

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

## **Perpetuação da Memória e Ilustração do Império**

em *História da América Portuguesa*, de  
Sebastião da Rocha Pita

**Clara Carolina Souza Santos**

Vitória da Conquista  
Dezembro de 2010

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

## **Perpetuação da Memória e Ilustração do Império**

em *História da América Portuguesa* de,  
Sebastião da Rocha Pita

**Clara Carolina Souza Santos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre Em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientador: Pro. Dr. Marcello Moreira

Vitória da Conquista

Dezembro de 2010

S2373p Santos, Clara Carolina Souza  
Perpetuação da Memória e Ilustração do Império em *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita. Clara Carolina Souza Santos; orientador Marcello Moreira - - Vitória da Conquista, 2010.  
120 f.

Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade ).  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2010.

1. Memória. 2. Retórica. Poética. 3.~Práticas Letradas. 4. América Portuguesa I. Moreira, Marcello. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

Título em inglês: Memory's perpetuation and elucidation of the emperor in história da América Portuguesa by Sebastião da Rocha Pita

Palavras-chaves em inglês: Memory. Rhetoric. Poetic. Literate Practices - Portuguese América.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Marcello Moreira (orientador); Profa. Dra. Lúcia Ricotta Vilela Pinto (titular); Prof. Dr. Márcio Ricardo Muniz (titular); Prof. Dr. Edson Silva de Farias (suplente); Prof. Dr. Prof. Dr. Francisco Ferreira de Lima (suplente).


Data da Defesa: 15/12/2010

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcello Moreira (UESB)  
(Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Lúcia Ricotta Vilela Pinto (UESB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Márcio Ricardo Coelho Muniz (UFBA)

**Suplentes**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Edson Farias (UESB/ UnB)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Francisco Ferreira de Lima (UEFS)

Local e Data da Defesa de Dissertação: Vitória da Conquista, 15/12/2010

Resultado: Aprovado

para Aninha, Dídi e Nina  
amores da vida inteira

Para Maria da Glória (Gogó)  
e Marcello Moreira  
mestres do caminho

## AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À Capes pelo financiamento da pesquisa;

ao Programa em *Memória:Linguagem e Sociedade* e a todos seus professores;

à Guilherme, Mirian e Nayane pela excelência do trabalho e disposição em auxiliar aos alunos;

a Maria da Conceição Fonseca e Silva pelos direcionamentos precisos do colegiado;

a Thiago, Tulio, Thiaqueliny, Sarinha, Rogério, Ronaldo, Poli, Neidinha, Marleide, Cecília, Fabíola e Murilo pelo acompanhamento nas jornadas em sala de aula;

a Lúcia Ricotta, Livia Diana Magalhães, Maria da Conceição Fonseca, Marcello Moreira, Edson Farias, Nilton Milanez e Ana Elizabeth pelas disciplinas ministradas e que em muito contribuíram para a consecução desta pesquisa;

a Halysson Dias, Poliana Anjos, Jerry Guimarães, Manuela Freire, Bit Vanderli, Viviane, Daniel Bedoni, Andréia e Eronildes (None) e outros companheiros de percurso e de trabalho;

a Vó Marta e Vovô Léo; às Três Marias que iluminam minha vida: Simone Maria, Nicéia, Lenira Maria;

aos Tios Marcão, Pedrinho (pela voz e música), a Neto, Lú, Fernando e Niltinho; Gugu, Nathi, Nilo, Mile, Nanda, Felipe, Mariana, Luíza, Fabinho e Laís por cada brincadeira no navio-goiabeira-pirata; Bella, Sam, Raquel e Pedro; Irene, Ailton, Nilzete, Rubens e Warda Santos; Branca, Nenêm, Telminha, Décio (Bocais), Érica, Rebeca, Tia Tepe, Tiné, Tia Elza, Tio Polo, Poli, Popó, Tontom e todo o povo do sertão de Ibitira, Ibiassucê, Olhos D'água e Barra da Estiva;

a Vó Dédé, Biza-vó, Vovô Jaime, Martinha e Lino in memoriam; Fabrício Bento, Michele, Marrie, Tainara, Tita, Nanda, Priscila e João, irmãos de fé e de coração;

a Anne d'Israel e Rafa, Luiz Salviato, Diêgo Garcia, Flávia, Meg, Naira, Monique, Danillo, Marcos Amorim, Juliana, Ana Paula, Gilmar, Caíque, Minho, Xanda, Aloha, Tcheus, Eduardo(s), Purki, Kika Daniela e Fabiana pela amizade, ouvidos, jogos ao entardecer, almoços aos domingos e calçolais;

a Cássio Montalvão, Diretor para toda a Vida; Pablo Luz, Dona Carmen, Anne e Alex, Téo e Cida; Claudinha e Luciana Nascimento; Jorge Sallum e Iuri Pereira; Luciana Gama, que me apresentou estes assuntos; Marcello Moreira, com quem cresci além do que pensava; Maria Gorete, com quem iniciei a pesquisa acadêmica; Elisângela, Diógenes, Valdira, Maria da Glória (Gogó), Joceli, Jorge Viana, Beth June, Ângela, Zeneide, Giêdra, Valéria, Sílvia, Lucas Campos, Flordinice, Cláudia Vivien, Adriano, Orlando Ribeiro, Mariângela Borba e Alessandra que me formaram;

e, em especial, a Ester Maria e Waldenor Pereira, pelo exemplo de força e determinação; Letícia, Bia e Dan Thales, por serem também parte de mim;

Carlito Santos, meu herói; Ana Emília, Bianca Luz, Nina Valle e Ricardo Valle,  
por me tornarem uma pessoa melhor.

## RESUMO

Este texto visa a apresentar resultados de pesquisa realizada no curso de Pós-Graduação em *Memória: Linguagem e Sociedade* da UESB, na linha de pesquisa *Memória: Discursos e Narrativas* no projeto Estudos Filológicos e Textuais e Práticas Letradas Coloniais, cadastrado pelo CNPq. Para compor as narrativas sobre *ações* dos lusitanos em terras baianas, Sebastião da Rocha Pita atualiza ações que ocorreram no globo terrestre e recuperados os princípios das coisas como as doutrinaram Platão, Aristóteles, Santo Ambrósio ou Santo Agostinho. Observando diversos enunciados em diferentes histórias verificamos que era possível que a ordenação da *História da América Portuguesa* ajudasse a conservar na memória a ordem e localização dos lugares com o propósito de deleitar homens ilustres e servir de exemplos para as virtudes belicosas dos homens de armas e letras legitimando pela narrativa o domínio legal português sobre as terras da América Portuguesa. Observamos nos textos preambulares do livro *História da América Portuguesa* como as histórias até o setecentos são ratificações da fé cristã e partem de princípio “verdadeiros” que referem ao tempo, à ordem ou ao alicerce. Dentro destes princípios, nos dedicamos em especial àqueles vinculados às práticas descritivas do corpo natural e material da América Portuguesa quando atualizadas em narrativas históricas de matéria brasileira e suas atualizações nos programas de veiculação das imagens nacionais a partir do século XVIII.

### Palavras-chave

Memória. Retórica. Poética. Práticas Letradas. América Portuguesa



## **ABSTRACT**

This Master's shows the results of research bound in the project *Estudos Filológicos e Textuais de Práticas Letradas Coloniais*. In order to compose historical narratives that had occurred on American lands, historians of XVIII century recover principles of Plato, Aristotle, St. Ambrose or St. August. Observing these statements and its actualizations we observe how the history's order helps the lector to save on his memory the description of places, fruits and other objects of Portuguese America's Material and Natural body. On the seventh century, History ratify the christian faith: its truth, its perception of time and its structures. Within these principles, we observe literate practices of Portuguese America's material and natural body and its actualizations on the production of national simulacres since the XVIII century.

## **Keywords**

Memory. Rhetoric. Poetic. Literate Practices - Portuguese América.

## SUMÁRIO

1. Sobre a (im)possibilidade da Memória para textos setecentistas	10
1.1. O livro	10
1.2. Critérios de Leitura	17
1.2.1. Memória e Outras Artes	17
1.2.2. Memória Social e Poéticas	26
1.2.3. Memória Social e Retóricas	45
1.2.4. Memória Social e Autoridade (auctoritates)	54
1.2.5. Memória e Artifício	60
2. Caminhos para a Memória em História da América Portuguesa	70
2.1. Títulos	70
2.2. Preâmbulos	80
3. Corpo Político e Corpo Natural	94
Referências Bibliográficas	110

# 1 Sobre a (im)possibilidade da Memória para textos setecentistas

Os pontos fracos de um livro são com frequência a contrapartida de intenções vazias que não se soube realizar.

(Deleuze, 2006, Diferença e Repetição)

A guerra é a progenitora de todas as cousas, pois que de hum só golpe gerou tantos Historiadores. (Luciano de Samósata, Sobre o discurso histórico)

## 1.1 Introdução: O Livro

O livro *História da América Portuguesa* (PITA, 1730) foi impresso em 1730 na Oficina de Joseph Antonio da Silva para cumprimento de ofícios na Universidade de Coimbra.

Sebastião da Rocha Pita recebe então o título de *Acadêmico Provincial da Academia Real da História Portuguesa*, como figura na primeira aprovação de Antonio Rodrigues da Costa, do conselho de D. João V e do Tribunal Ultramar, em data de 10 de agosto de 1726. Nesta licença da Academia Real diz assim:

Em execução da ordem de Vossas Excellencias vi o livro, intitulado *Historia da America Portugueza* composta pelo Coronel Sebastião da Rocha Pitta, e ainda que me parece mais elogio, ou panegyrico, que História, não entendo, que desmerece o Author, que Vossas Excelencias lhe concedaõ a faculdade, que pede de poder condecorar o seu nome na edição, que fizer desta obra, com o titulo, que goza de Academico Provincial desta Academia Real da História Portugueza (PITA, 1730, p.11)<sup>1</sup>.

Afetando modéstia, Rocha Pita em seu *Prólogo ao leitor* já agradece o título com que orna o próprio nome no livro:

As grandezas, e excellencias, ó Leitor discreto, da Região do Brasil, tão celebre depois de descoberta, como aniquilada em quanto occulta, exponho ao publico juizo, e attenção do Mundo,

---

<sup>1</sup> Aprovação de Antonio Rodrigues da Costa, do Conselho de Sua Magestade, e do seu Tribunal Ultramar, Academico da Academia Real da História.

onde as suas riquezas tem chegado mais, que as suas noticias, posto que algumas andem por varios Authores introduzidas em diversos assumptos, diferentes do meu, que não tem outro objecto. O costume sempre notado nos Portuguezes de conquistarem Imperios, e não os encarecerem, he causa de que tendo creado o Brasil talentos por eminencia grandes, nenhum compuzesse a Historia desta Região, com mayor gloria da Patria, da que pôde lograr nos meus escritos, tomando eu com inferiores forças o pezo, que requeria mais agigantados hombros; porém o respeitado character, em que por sua grandeza, e não por merecimento meu, me constituiu a Real Academia, honrandome com o preclarissimo lugar de seu Academico, me dará alentos de Hercules para sustentar pezos de Athlante (p.6).

Para este texto, o livro representa a *imago mundi* do Império lusitano, ilustrando pelos assuntos da América Portuguesa toda a Coroa lusitana<sup>2</sup>. Esta mimese, com Canfora, “cala inclusive a explicitação das diversas fontes que utiliza e a discussão sobre a sua qualidade (CANFORA, apud BRANDÃO, 2001, p.41)” nos enunciados de cada objeto digno de menção em uma História, daí a dificuldade de reconstituir o que seja o *saber* histórico do livro *História da América Portuguesa*<sup>3</sup>.

Este estudo poderia partir do reconhecimento do campo que hoje se denomina Retórica<sup>4</sup>, poderia também partir da leitura de preceptivas retóricas que, supõe-se, foram produzidas na “antiguidade clássica”, mais em específico a *Retórica* de Aristóteles, do anônimo *Ad Herennium* e de alguns escritos de Cícero. Posteriormente, para compreender o cruzamento das Retóricas com as Poéticas, fez-se necessária a leitura de diálogos platônicos (*Teeteto*, A

---

2 Esta *imago mundi* é para mais ou para menos o que Canfora (CANFORA apud BRANDÃO, 2001, p.41) chamou de *mimese especular no corpus lucianum*. Também presente em produções de descrições no livro de Sebastião da Rocha Pita, as matérias representadas teologicamente “*are neither words, nor probable things; but both the real and the visible Works of God*” (GREW, 1673, p.11). Esta doutrina é presente na composição do conceito artificioso, como o explica Tesouro em suas primeiras definições de agudeza aproximando-a da linguagem dos anjos (TESAURO, 1968) e é o que João Adolfo Hansen estuda como “substância” em alguns textos sobre práticas letradas brasileiras. É importante dizer isso em nota pois estudos contemporâneos nas Letras brasileiras esforçam-se em encontrar a *palavra* ou *discurso* das narrativas, apropriando os textos como *atos de fingir* e esquecendo-se de que a *palavra* para o setecentos produz um efeito teológico, um efeito concreto, um efeito de material simbólico... Esta doutrina é melhor conhecida se lido o *Suma Teológica* de Tomás de Aquino e as *Meditações* de Santo Agostinho.

3 Em projeto apresentado ao programa partíamos da noção de *matrizes* e *auctoritates* ditas, principalmente, nos trabalhos de Curtius (CURTIUS, 1996).

4 Referimos, aqui, os trabalhos de Gerard Genette e as tentativas das teorias das literaturas em constituir um método analítico validado historicamente recuperando as doutrinas que regravam os discursos históricos, poéticos, matemáticos e naturais nos séculos anteriores ao XIX. Daí, desde os estruturalistas é comum recuperar a doutrina *Retórica* para demonstrar com método e razão a temporalidade narrativa e o que constituiria aquilo que lhe é próprio. Também os escritos que recuperam a Retórica como um saber, como estudo de Lausberg e Perelman (LAUSBERG, 1993; PERELMAN, 1996).

*República, Górgias e Fedro*) a fim de verificar como o discurso histórico é concebido por retores, como visto na proposição do livro *A História, A Memória e o Esquecimento* de Paul Ricoeur (2004)<sup>5</sup> para quem estas noções da “antiguidade clássica” constituem um “dever de memória” e um “dever de não esquecer” e que, posteriormente, se inscrevem nas narrativas que tratam dos genocídios e seus direitos à “condenação, reabilitação e perdão”<sup>6</sup>.

Pensamos ser importante recuperar estes textos de Ricoeur (2004), pois que a historiografia brasileira lê as descrições das diversas guerras brasílicas em Sebastião da Rocha Pita (1730) como o “olhar do dominador” esquecendo-se de que existem doutrinas que regram aquele discurso e que não obliteram as práticas lusitanas de tratamento das gentes nativas<sup>7</sup>. Outro exemplo pode ser a produção setecentista da história da guerra dos holandeses, da qual Rocha Pita também participa em conjunto com um número sem fim de historiadores, relatores e outros ofícios. Estas descrições inscrevem as práticas de matar, fugir ou ordenar militarmente os corpos em doutrinas a fim de favorecer o entendimento do ‘perdão’, da ‘celebração’ e da ‘manutenção do bem comum’ (SKINNER, 2006).. Nestes livros pode-se compreender a a) construção do caráter (*ethos*) de homens de valor e b) o modelo místico/político de explicação do mundo como visto no livro *História da América Portuguesa* (1730). Esta constituição do *ethos* do historiador e o modelo

---

5 Pedimos ao leitor que não confunda o uso de Ricoeur como um *postulado teórico*, mesmo que de fundamental importância para o campo da memória, pois em muitos pontos deste texto utilizamos o conceito *discurso*, para o qual não há uma relação binária entre o que é lembrado ou é esquecido, logo diferencia-se das análises do fenomenologista. Trato esta relação do discurso como compreendido no livro *História da Sexualidade*: “O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discricção exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam o discurso (FOUCAULT, 1988, p.33-34)”

6 Esta discussão sobre a constituição do “direito ao perdão” pode ser compreendida a partir do livro *O Justo*, no qual Ricoeur lê o discurso jurídico e pensa como se constitui o sujeito de direito.

7 Esta parece ser a proposta de Gerard Genette para a análise estrutural das narrativas (*O discurso da Narrativa, Le Architext, Introdução ao Arquitexto*). O texto pode ser compreendido pelo próprio texto e não há necessidade de alguma existência exterior que contribua para a compreensão do ‘contexto’ daquela narrativa: a língua, os modos, durações, alternâncias de tempo (prolepses e analepses) e outras categorias quando dispostas e ordenadas textualmente são indicativos que revelam uma *estrutura* histórica, simbólica e social daquela narrativa.

místico/político de explicação do mundo em narrativas pode ser exemplificado como diz Rocha Pita na *Carta Dedicatória* ao rei D. João V:

A América Portuguesa, em toscos, mas breves rasgos, busca à soberanos pés de Vossa Magestade, porque a obrigação, e amor a encaminhaõ ao Monarcha Supremo, de quem reconhece o dominio, e recebe as Leys, e a quem com a mayor humildade consagra os votos, implorando a Real protecção de Vossa Magestade, porque ao Principe, que lhe rege o Império, pertence patrocinarlhe a História. Nella verá Vossa Magestade em grosseiro risco delineada a parte do Novo Mundo, que entre tantas do Orbe antigo, que comprehende o circulo da sua Coroa, he a mayor da sua Monarchia (p.3).

A *Fundação Cultural do Estado da Bahia Pedro Cálmon* e a *Diretoria de Bibliotecas Públicas da cidade de São Salvador* disponibilizam no acervo da *Biblioteca Central na Subgerência de Obras Raras* livros que, então, pensava poder servir para a compreensão de uma cadeia de leitores de Sebastião da Rocha Pita. No entanto, ao observar o *Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia* encontrei diversas outras fontes que abriram interessantes possibilidades de pesquisa. Dentre estas figuram Plínio, o Velho em edição do século XVIII, João de Barros, Antônio Caetano de Souza, Francisco de Sá de Meneses, Fernão Álvares do Oriente, Jerônimo Corte Real, Tucídides ... e outros mais ou menos oitenta livros impressos sob os mesmos sistemas de *scientia* do *História da América Portuguesa*. O contato com este arquivo foi de fundamental importância para ampliar o escopo desta pesquisa. Sob os cuidados da *Fundação Pedro Calmón*, na cidade de Salvador, nesta subgerência, encontra-se uma cópia com rasuras que possui as capitais ornamentadas e a página de rosto impressa em preto e vermelho. É esta cópia que referimos para esta dissertação.

Em torno das circunstâncias de produção deste livro, desde o século XIX, diz-se que uma academia (LAMEGO, 1923; AZEVEDO, 1885), constituída pelo vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, reúne algumas figuras distintas na Bahia e inicia suas atividades fazendo uso dos privilégios do decreto de 20 de abril de 1722 (IHGB, 1857), no qual todos os livros da *Academia Real de História Portuguesa* ficariam isentos da licença do *Desembargo do Paço* para serem impressos, sujeitos unicamente aos exames dos censores do próprio seio da Academia (RIBEIRO, 1871-1914) e, também,

encarrega ao vice-rei de reunir as informações necessárias para a redação da História portuguesa na parte referente ao Brasil (PINHEIRO, 1868). Esta alteração nos protocolos de impressão livresca no século XVIII indica que os acordos são particulares conforme as circunstâncias institucionais dos grupos que os tratam, como sugere Hansen para o século XVII (HANSEN, 1989)<sup>8</sup>.

Este decreto é posterior ao de 8 de dezembro de 1720, no qual o rei D. João V manda estabelecer a *Academia Real de História Portuguesa*, “em que se escrevesse a história eclesiástica d'estes reinos, e depois tudo o que pertence à história d'elles e de suas conquistas<sup>9</sup>” e ao de 1721 que confirma os estatutos da Academia Real de História Portuguesa, a qual o livro de Rocha Pita toma por *empresa* ou *divisa* querendo com isso significar que se propunha a restituir às notícias do mundo os feitos portugueses praticados nestas partes do Império lusitano, conforme disposto na carta régia que facilitava à dita academia a obtenção de cópias de todos os cartórios e arquivos do reino (RIBEIRO, 1871-1914,p.169-172).

Ao longo do século XIX, entre aqueles membros do IHGB que cuidaram da organização do *História da América Portuguesa* lamentam-se as teses perdidas em naufrágios (SÁ, 1840) e as curiosidades particulares que teriam relatado a região do Brasil caso o programa de consecução de uma história `brasileira' houvesse terminado (LAMEGO, 1885).

Sobre o *História da América Portuguesa* é dito que emula *Europa, Ásia e África Portuguesas* de Manuel de Faria e Sousa, impresso em Madrid em 1639 e que, deste livro, existem três edições que circularam na Bahia (PITA, 1964) e poderiam ter servido à invenção de Rocha Pita e sua tentativa de consolidação do nome próprio como *auctor*.

---

8 Neste livro, no capítulo *A murmuração do corpo místico* estuda-se cartas e atas, ou o arquivamento de decisões e providências efetivadas, que registram os motivos, advertências, propostas, respostas e contraresposta da Câmara da cidade de Salvador ao Rei-destinatário principal e procuradores. Hansen diz que estas cartas e atas como “*atos discursivos, são intervenções particulares numa prática administrativa/protocolar e refratam a hierarquia conforme posição de seus agentes, fazendo com que visibilidade e posições particulares se tornem visíveis, negando, com isso, a generalidade do `bem comum`*” (HANSEN, 1989, p.105-106).

9 “*No século XVIII a Academia Real de História portuguesa, fundada em 1720 por D. João V, apresentou, pela primeira vez, investigações propriamente históricas em substituição à literatura, por assim dizer, monástica em que se haviam baseado até então todas as indagações históricas e arqueológicas. Os trabalhos da referida academia acham-se consignados nos quatorze volumes de folio grande, e nos dois de quarto que compõe a Colleção de documentos e memórias escritas pelo marquez de Abrantes*” (HÜBNER, s.d.)

É curioso como estes documentos vinculam a produção livresca, em especial a de Sebastião de Rocha Pita, a um sistema de circulação, com regimes especificados pelo hábito em conformidade com a lei<sup>10</sup>. Dito assim, indicamos que leremos o livro *História da América Portuguesa* analisando certos processos de produção de efeitos (PÉCORA, 2001)<sup>11</sup>. e como a descrição no livro pode validar usos particulares daquelas descrições. Nos estudos de caráter geral sobre as histórias impressas na América Portuguesa durante o reinado de D. João V o nome de Rocha Pita é uma constante.

Contudo, apesar das referências que são feitas ao livro na historiografia literária brasileira, este pareceu ser, afinal, catalogado e "arrumado" quase invariavelmente por meia dúzia de epítetos: clássico, pouco engenhoso, sóbrio, afetado, barroco, rocambólico, pouco arguto, enlevado (JANIGA, 1990; SINQUEVISKE, 2007)...Sendo esta obra quase sempre apresentada como referência no gênero histórico (e, em especial, referência para a História da Bahia), observamos que os motivos de sua popularidade são apontados, mas insuficientemente estudados, ou mesmo, eventualmente confundidos quando, por exemplo, relacionam a carreira em Coimbra de Sebastião da Rocha Pita e sua cor mulata a representação da constituição de uma brasilidade, pois que Pita teria sido o "primeiro mulato" da América Portuguesa a ascender carreira em território lusitano<sup>12</sup>. Enquanto uns textos apontam para as histórias "inventadas" de Pita, outros censuram o conteúdo destas mesmas histórias, como o faz Santa Rita Durão no livro *Caramuru* (DURÃO, 1781) ao propor em argumento histórico da épica uso das histórias contadas por Rocha Pita ou como faz Pedro Cálmon no século XX quando

---

10 Dialogamos, aqui, com CALMON, 1949; CASTELLO, 1978; MOTA, 1930; VARNHAGEN, 1946.

11 Por efeitos aqui entendemos como estas doutrinas retóricas uma vez apropriadas e emuladas no século XVIII podem ou não reger a produção dos discursos históricos e relacioná-los ao louvor e ao vitupério e como, a partir desta produção, estão subordinados interesses dinásticos da sociedade estamental na América Portuguesa. São levantadas, nesta intenção, questões sobre o caráter marcadamente não-neutro do discurso histórico (WHITE, 1995) e como as retóricas são utilizadas para construção do verossímil próprio do discurso histórico e para a consecução do seu aporético próprio a fim de iniciar as discussões sempre complexas entre verossimilhança e verdadeiro no âmbito da história. Por meio das descrições do continente americano e dos mecanismos utilizados pelos navegadores portugueses, o discurso histórico legitimava o domínio e jugo da Coroa Portuguesa sobre suas colônias ultramarinas e estabeleciam instituições de poder nos espaços periféricos da monarquia no período colonial.

12 Em edição ao livro, J. G. Góis constrói como argumento para impressão do livro o fato de ele ser escasso, caro e por ser o primeiro livro impresso por um brasileiro sobre História do Brasil. Com o passar do tempo, passa a ser dito na historiografia brasileira que além de brasileiro, Rocha Pita era também 'mulato'.



edita o texto anotando em rodapé os "erros" nos fatos históricos. No primeiro caso, Santa Rita Durão faz um "reparo", que é uma prática possível de produção de argumento para composição de épicos (FREIRE, 1759) e para as histórias no XVIII. No segundo caso, Pedro Calmón preocupa-se com a constituição do fato histórico ou de um "registro fidedigno da realidade". Há uns que apreciam o aspecto historiográfico da obra, outros rejeitam-na porque demasiado vinculado aos valores e à moral católica (FURTADO,s.d.); uns salientam sua atualidade, outros o seu desgaste face aos tempos que correm (JANIGA, 1990).

Gabrielle Janiga (1990) e Eduardo Sinqueviske (2007) fizeram um levantamento bibliográfico destas fontes: antologias, listagens, apreciação da obra em prefácios e introduções, textos selecionados, apresentação do *História* em diversos textos de história e crítica literária, apresentação do *História* na história literária, dicionários de literatura, pequenos ensaios, teses universitárias, apresentação em obras de referências, re-edições do livro no século XIX e XX. Outro estudo que considera o "barroco" Rocha Pita em algumas de suas especificidades é o de Nilton de Paiva Pinto (2007). A estrutura dessa dissertação de Pinto mantém a análise na tríade autor-obra-público referindo em particular a poesia de Rocha Pita produzida na *Academia dos Esquecidos* e apresenta uma biografia condensada de Sebastião da Rocha Pita (como sabemos, controversa por seu gênero *bíos*) em paralelo à apresentação dos moldes de funcionamento da Academia; faz uma breve recepção dos textos de Rocha Pita - em moldes semelhantes aos de Sinqueviske (2007)-, e ao tratar da poesia escolhe duas sessões do Acadêmico Vago, desconsiderando a primeira sessão da agremiação brasílica. Diz Pinto (2007) sobre esta primeira apresentação:

[...] ocorreu no dia 23 de abril de 1724. Por ser a primeira, ela é diferente de todas as outras. Nessa sessão, não houve assuntos poéticos para os exercícios literários. Todos os poemas daquela tarde são encomiásticos (PINTO, 2007, p.13).

Ambas as biografias, e também a do *Prefácio* de Pedro Calmon em edição ao livro em 1958, consideram a cadeia de recepção do livro sem, no entanto, observar as discontinuidades e rupturas das apropriações,

importantes para o conhecimento das relações históricas entre a "obra" e seus auditórios. Não foi surpresa, por isso, quando encontrei nesta pesquisa referências a Rocha Pita em pequenos manuais sobre a literatura americana para estudantes de Oxford no século XIX. Uma outra confusão que recai sobre o livro de Sebastião da Rocha Pita é devedora da tese de João Adolfo Hansen para quem aos textos de Gregório de Matos são atribuídos sentidos e 'formações' de sua 'obra' que não constituem o seu sentido primeiro. Parece a Hansen que a constituição do *auctor* Gregório de Matos é posterior ao ato de enunciação daqueles textos e após esta tese que segue há cerca de vinte anos ganhando terreno nas instituições atuais é muito comum referirem os textos do século XVIII como o lugar da ausência da marca do autor ou como se a todo texto impresso nos setecentos, seiscentos e quinhentos pudesse ser dito '*narrativa atribuída a* fulano. Não é o caso de Sebastião da Rocha Pita que imprime o seu livro sob privilégios régios, como não é o de Cláudio Manuel, Manuel Botelho, entre outros. Como já dito, a análise no campo da Memória de discursos narrativos requer a apreensão de *particulares* e de *sujeitos em situação*, mais ou menos o que Foucault propõe em sua noção de sujeito e funções de autor, por exemplo. O assunto é extenso e, embora pertinente para este texto, requer primeiramente compreensão de outros aspectos.

## **1.2. Critérios de Leitura**

### **1.2.1. Memória e Outras Artes**

Esta dissertação compreende como as artes que se dedicam a tratar das máquinas de mundo são também máquinas de produzir discursos e quais processos levaram estas artes a serem deixadas de lado nas teorias literárias e históricas atuais na medida em que o *sujeito*; a *ideologia* e outras noções contemporâneas engendraram estas disciplinas. O *Prólogo* de Rocha Pita (1730) nos auxilia a compreender de onde parte esta pesquisa e quais aspectos ela irá focar:

Que como nos dous primeiros livros descreve o corpo natural, e material desta Região, as maravilhosas obras, que nella fez a natureza, as admiraveis producções em varios generos, e

especies, e as sumptuosas fabricas, que para o trato Civil, e Politico das suas Povoações foy compondo a arte, no retrato de tanta fermosura, precisada a ser pincel a penna, não teme sahir dos preceitos da Historia, quando altera a pureza das suas leys com as idéas da pintura, que requer mais valentes fantezias, tendo por exemplar portentos, em que a mais elevada frase Poetica he verdade ainda mal encarecida. Que nos outros livros, que contém materias Politicas, leva o estylo Historico com estudo castigado, e não poem nas margens os numerosos rios, e as varias especies das producções do Brasil, porque sendo tanto do instituto desta obra, entende, que devem ir no corpo della (PITA, 1730, p.10).

Rocha Pita inscreve uma das leis<sup>13</sup> da história aproximando-a, em muitos sentidos, à produção das máquinas de mundo como as concebe a cosmografia:

Cosmographia, segun la Etymologia, Origen, y verdadera significacion del vocabulo, es descripcion, traça y pintura del mundo: el qual es cõpuesto de quatro Elemētos, Tierra, Agua, Ayre, Fuego; y del Sol y dela Luna, y de aquello que se contiene dentro del circuito del cielo. Esta sciencia primeramente considera los Circulos, de los quales imaginamos ser compuesta la suprema Sphera celeste. Despues segun la distincion y repartimiento delos dichos circulos, declara el sitio de las tierras, que les responden, y la medida y porporcion de los climas, la diversidad de los dias y noches. Allende destos los quatro puntos principales del mundo, los quales mucchos llaman los quicios del mundo: que son levante, Poniente, Norte, Su o Medio dia. Habla tambien del movimiento de las estrellas fixas y delas erraticas: que se dizen Planetas: y de sus nascimientos, y occasos: y sobre que gente se mueven. Y tambien de todas las cosas que ala consideracion del cielo pertenecen: como son las alturas del polo, Paralelos y Meridianos circulos: todas estas cosas y las semejantes con declaraciones Mathematicas claramente demuestra la Cosmographia, la qual diffiere , de la Geographia: porque la Cosmographia describe la tierra por los Circulos del cielo, de baxo de los quales sta, y no por los montes, mares, rios, ni otras particularidades como haze la Geographia (APIANO, 1558,p.6).

A Cosmografia, por sua vez, supõe a pintura<sup>14</sup>. Aproximamos o uso da pintura<sup>15</sup> e da cosmografia pois são doutrinas referidas por Rocha Pita em seus textos preambulares:

---

13 Por *leis históricas* entendo aqui o que é citado nos textos preambulares como regras próprias para a narrativa de Rocha Pita, como diz o qualificados do Santo Ofício, por exemplo. Ver PITA, 1730.

14 Para esta reflexão, temos por norteador aquela conhecida articulação teológico-retórico-política, uma vez rastreada por Alcir Pécora para os *Sermões* de Vieira (PÉCORÁ, 1994). Como critério de leitura

Com esta expressãõ offereço este volume: se entenderes, que o compuz em applauso, e reverencia do Clima em que nasci, podes crer, que são seguras, e fieis as noticias, que escrevo, porque os obsequios não fizeraõ divorcio com as verdades. Se em alguns termos o estylo te parecer e\*\*(encarecido), ou em algumas materias demasiado o ornado, reconhece, que em mappa dilatado a variedade das figuras carece da viveza das cores, e das valentias do pincel; e que o meu ainda está humilde nas imagens, que aqui pinto, assim por falta de engenho, como, por não ter visto todos os originaes; fazendo a mayor parte das copias por informaçoes, das quaes me não póde resultar o acerto de Apelles no retrato de Elena pelos versos de Homero;mas se te não conciliar agrado pelas tintas a pintura, não deixem de merecerte attençãõ pela grandeza os objectos; e se a tua vista for taõ melindrosa, que não bastem a contentalla com lhe apartares os olhos, a ti te escusas o enfado, e a mim a censura (PITA, 1730, p. 7-8).

E também:

Que como nos dous primeiros livros descreve o corpo natural, e material desta Regiaõ, as maravilhosas obras, que nella fez a natureza, as admiraveis producções em varios generos, e especies, e as sumptuosas fabricas, que para o trato Civil, e Politico das suas Povoações foy compondo a arte, no retrato de tanta fermosura, precisada a ser pincel a penna, não teme sahir dos preceitos da Historia, quando altera a pureza das suas leys com as idéas da pintura, que requer mais valentes fantezias, tendo por exemplar portentos, em que a mais elevada frase Poetica he verdade ainda mal encarecida (PITA, 1730, p. 10).

Em tratados de pintura, como o de Felipe Nunes impresso em Portugal em 1658 sustenta-se as razões do ofício de pintor, como um *indivíduo*

---

esta articulação é válida para compreender a construção de máquinas de mundo, pois que supõe todas as máquinas possíveis e imagináveis que podem operar dentro daquele mundo já que estão *“compreendidas nos mesmos limites que este universo”* (PISO, 1648, p.3). A proposição teológico-retórico-político não deixa, no entanto, de ter fins didáticos e esquemáticos para a compreensão do presente de Rocha Pita e em muito auxilia nas sínteses exigidas pelos programas de ensino atuais.

- 15 Para compreensão de um uso da pintura, lemos o Anthony Blunt (2001). Este livro trata da escrita dos tratados de Alberti que doutrinam e sistematizam grande parte da produção na Itália de 1450 a 1600, valendo-se dos esquemas que consideram a produção das esculturas, obras, etc. Sob o olhar de esquemas relativamente gerais (naturalismos, idade média, etc.). Para Blunt (2001), nos tratados produzidos anteriores à 1400, a prescrição da pintura é orientada pela teologia, pelo aconselhamento ético e moral da Igreja (*‘Seu dever era antes inventar o símbolo apropriado para transmitir as lições morais e religiosas da Igreja’* (p.11)). O pintor era um artesão que realizava uma função prática sob a direção da Igreja e por intermédio da organização das guildas.

*independente, que devia estar a par das artes liberais"* (p.22). No livro *De re aedificatoria*, em seu livro IX, capítulo primeiro, Alberti diz assim:

Antes de prosseguir, acho que seria conveniente dizer a quem exatamente eu chamo de arquiteto: pois não colocarei diante de vós um carpinteiro e vos pedirei que o vijiais como o equivalente de homens profundamente versados nas outras ciências, embora seja verdade que o homem trabalha com as suas mãos serve como instrumento para o arquiteto. Chamarei de arquiteto aquele que, com razão e preceitos seguros e maravilhosos, sabe em primeiro lugar como dividir as coisas com sua mente e inteligência; e, em segundo lugar, ao levar a cabo a sua tarefa, colocar corretamente juntos todos aqueles materiais que, pelo movimento dos pesos e associações e acúmulo dos corpos, podem servir com sucesso e dignidade às necessidades do homem. E, ao levar a cabo uma tarefa, ele precisará do conhecimento maior e mais que excelente.

Para esta dissertação este livro foi importante para compreender acúmulo de autoridades, uso da pintura em relação à poesia e sua atualização na Itália que, como sabemos, reverbera na produção poética lusitana<sup>16</sup>. Assim como o pintor, o historiador deve estar a par de todas as formas de conhecimento que são relevantes para a sua arte, a produção discursiva é fruto da aplicação da razão humana ao estudo do mundo, a arte deve ser apreendida pela razão e pelo método e controlada pela prática. Rocha Pita deve escrever sobre os princípios fundamentais da sua arte por intermédio da razão (ou engenho); deve estudar as melhores obras produzidas por artistas de épocas anteriores à sua na tentativa de se constituir como *auctor* e, por esses meios, estará apto a formular preceitos sobre a prática das artes que devem estar combinadas à sua experiência prática. As semelhanças entre a pintura e a narrativa são pertinentes à constituição do seu lugar de *saber*, discussão que é presente até nos diálogos platônicos que tratam sobre os ofícios das gentes e que algumas formas de marxismo quando infiltrado na constituição das

---

16 Para Blunt (2001), essa associação fundamenta seus pressupostos nos traços do 'racionalismo' do 'homem renascentista'. Tal argumentação pode ser vinculada, como num sistema progressivo, de novas idéias modernas que orientam a arte pela razão entendida como o raciocínio lógico desconexo das funções místicas ou sobrenaturais da arte que tende a expor/imitar o mundo exterior. Blunt (2001) diz ainda que o acúmulo de doutrinas, de conhecimentos nas mais variadas áreas, é traço que distingue este 'humanismo'. A argumentação busca categorias gerais que dêem conta da substituição das necessidades mais místicas do catolicismo pelas demandas da razão humana.

ciências confunde com o lugar 'trabalho' e sua relação entre 'opressor/oprimido'.

As divergências entre o ofício do poeta e do pintor referem à *consecução da arte*: os preceitos são diferentes em relação aos materiais. Por exemplo, quando se pinta uma gravura de um animal em textos históricos setecentistas para representar a imagem narrada em geral escolhe-se uma *perspectiva* para objetivar aquela representação. Este olhar perspectivado é também presente na narrativa - no correr do texto com palavras - , pois ao se observar uma flor, por exemplo, observa-se suas propriedades naturais, gustativas, fitoterápicas sob a representação de um ângulo. No entanto, os materiais da pintura são uns, os da narrativa histórica são outros<sup>17</sup>.

Acredito que por seus textos preambulares terem sido desconsiderados nas edições atualizadas do livro estas doutrinas foram também desconsideradas na historiografia literária e histórica do *História da América Portuguesa* já que as únicas edições do livro que contam com o *Prólogo ao Leitor* - texto preambular que arregimenta a intenção do livro ao ser publicado - são a de 1730 e a de 1880<sup>18</sup>.

---

17 Isso é bem óbvio mesmo, mas é importante ser dito pois as Letras brasileiras procuram semelhanças de consecução entre artes distintas, principalmente quando lêem a tópica horaciana do *ut pictura poesis*. Até onde esta pesquisa chegou, percebe-se que há necessidade de reavaliação do uso da tópica horaciana nos estudos das práticas letradas na América Portuguesa, pois se por um lado a poesia tem conexão estreita com a pintura, não é por todos os lados que as práticas de pintar se infiltram nas práticas descritivas de paisagens, animais e frutos.

18 Sabe-se de uma edição de 1878 ignorada por J. G. Góis, mas não encontramos nenhum volume desta para conferir. A edição de 1730 foi impressa para compor bibliotecas institucionais, como muito bem diz o estudo de Janiga para quem o livro de Rocha Pita foi escrito 'bibliotecas e para bibliotecas'. Na cidade de Salvador, obtivemos a informação de que este livro em sua edição de 1730 foi muito pouco movimentado. Sabe-se de um incêndio e algumas inundações em uma das bibliotecas da cidade e que, por conta disso, os livros raros da Fundação Pedro Cálmon foram reunidos na subgerência que citamos e, desde algumas leis que instituíram benefícios financeiros para bibliotecas que tenham obras raras, estes livros estão devidamente guardados em câmaras isoladas. É possível que tenham sido impressas no máximo 100 cópias do livro em 1730 na biblioteca régia e que estes livros tenham sido destinados a compor as bibliotecas de homens ilustres, como é o caso da Biblioteca Henriquina, por exemplo. A edição de 1880 na oficina de Francisco Artur da Silva é a única que pode ser encontrada para compra em sites especializados a preços que passam de muitos mil dólares e constitui acervo de obras importantes sobre a América Latina em muitas bibliotecas universitárias ou de institutos de pesquisas estadunidenses, inglesas e francesas. Estas informações, quando cruzadas com o estudo de Janiga, nos levou a repensar as impressões de Rocha Pita, o uso feito deste livro a partir do século XIX e a produção de pontos de força para uma história nacional pela distribuição de certos livros autorizados. O livro de Sebastião da Rocha Pita, muito lido, é também escasso e de difícil acesso seja em suas edições atualizadas ou primeiras: coisa de historiador ou de pesquisador, como se diz. Uma coisa curiosa que acontece com os arquivos brasileiros e com a conservação dos escritos é que a instauração de arquivos que componham o repertório das imagens brasileiras recusam um acesso amplo ao livro, talvez uma permanência daquele hábito que a impressão de Rocha Pita

Na tentativa de sistematizar um estudo que observasse as coisas fingidas dentro do espaço do que se entendia por céu e terra, articuladas discursivamente dentro dos modos de se dizer da história, no segundo capítulo deste trabalho estudo o *louvor e persuasão em História da América Portuguesa* encaminhando a) anotações sobre textos preambulares lidos a partir da *Ars Dictaminis* (PÉCORA, 2001) e crônicas que ajudaram a formar o *História* (SKINNER, 2006) e b) observações da doutrina, da moral e suas propostas de reforma pessoal, observando, neste caso, a história como um espelho de príncipes, como propõe, por exemplo Sebastiao Cesar de Meneses (MENESES, 1650).

Por intenção de estudo, ainda, encaminharia um levantamento da "recepção" do *História da América Portuguesa* a partir de suas edições e antologias e, com isso, procurava dar sentido às afirmações idênticas ou contraditórias que sobre ele encontrava. Para este intento tinha por "modo de ver" a proposta de Peter Burke em seu livro *As fortunas d'O Cortesão* (BURKE, 1997) para mais ou para menos observando como o livro chegou em minhas mãos, qual interesse me foi despertado e outras particularidades. Sobre Rocha Pita, estudo semelhante foi feito por Gabrielle Janiga (1990), Eduardo Sinkevisque (2007) e Nilton de Paiva Pinto (2007), como já dissemos.

Nestas vertentes, foram levantadas observações a respeito do estilo da obra que visavam "pontos barrocos" (COUTINHO, 1955-1959; BOSI, 1970), apropriações do texto em estudos posteriores à sua impressão e circulação da obra no século XVIII vinculado a um sistema de privilégio entre famílias. Ao lidar com textos setecentistas, o campo da *memória* oferece alternativas multidisciplinares e possibilidades de rastrear semelhanças entre artes de produzir narrativas. A Memória tem auxiliado a pensar a contemporaneidade e as questões demandadas pelo pós-guerra no século XX (HUYSSSEN, 1995; OLLILA, 1999; KENNY, 1999; HUTTON, 1993; YOUNG, 2000) e dentro destes limites teóricos-metodológicos não há consenso nos âmbitos acadêmicos para a abordagem de um texto setecentista (FENTRESS & WICKHAN, s.d.). É de supor que este texto utilizaria de duas formas de experiência espaço-temporal: uma relacionada a "percepção do passado em um determinado momento do

---

vitupera: a dificuldade de divulgação dos feitos lusitanos e a restituição de suas narrativas à sua história ou, como diríamos hoje, manutenção e constituição de efeitos de saber e poder particulares.

presente e outra, a um processo contínuo de aprendizado (SANTOS, p.158), portanto não há passado a ser resgatado e nem tampouco a imortalidade daquilo que se relembra. Neste caminho, perspectivas que desconsiderassem a conhecida tríade autor-obra-público reduziriam o entendimento das condições que possibilitaram a impressão daquele livro no século XVIII e tornariam obscuras a compreensão das descrições de frutas, flores, montes e outros assuntos, e seu caráter oculto, fitognômico, pragmatográfico, entres outros a depender do uso.

Por largo período, foi repetido que esta *História* em particular "he a única, que temos seguida, e completa dos dilatados, e riquíssimos Domínios, que ElRey nosso Senhor tem nesta grande parte do Mundo (PITA, 1730)".

Este louvor, produzido na aprovação de D. Antonio Caetano de Sousa, foi reiterado por outras figuras ilustres da terra brasileira. Parte desta pesquisa recuperou alguns destes usos do livro de Rocha Pita e como, em algumas medidas, o *louvre* participa da construção da imagem do Brasil ainda na atualidade. Em projeto apresentado ao programa, por objetivo geral procurava estudar a representação do corpo natural do Novo Mundo no livro *História da América Portuguesa* a partir das descrições a fim de desvelar práticas livrescas implicadas na representação de matérias brasileiras. Estes discursos históricos ao mesmo tempo determinavam socialmente tanto os modos de operar a representação dos assuntos, quanto seus usos políticos e morais. Partíamos, em especial, das leituras dos textos de João Adolfo Hansen sobre práticas letradas de representação no século XVIII. Sobre os critérios de leitura para estes registros assim diz Hansen:

Evidentemente, esses critérios de que falo são miméticos e pressupõe a relação natural, substancial ou motivada de signo, consciência e realidade. Provavelmente, eles dão conta da leitura de ficção, em geral, até o final do século XVIII, mas não da literatura moderna iniciada com a revolução romântica, que destrói os sistemas de verossimilhança semântica, mantendo apenas o verossímil sintático, quando passa a dissolver unidades postas até então como essenciais, ou seja, quando passa a dissolver a expressão do *eu* como unidade do *cogito*, a designação do real como totalidade natural e social e a significação como transcendência do significado fundado em uma palavra essencial, Deus etc. ... Os regimes modernos de invenção e leitura do texto têm por pressuposto que os preceitos técnicos produzem a ficcionalidade sem representar algo exterior ao seu próprio artifício. O texto de ficção contemporâneo é resultado de um ato



de fingir que, diferentemente dos textos antigos, que pressupunham substâncias, é a sua própria poética singular. Por outras palavras, o texto de ficção não é reflexo de seu mundo, mas resultado de uma prática real que põe em cena metáforas dos discursos que constituem a realidade social dele. No entanto, como disse, as oposições de real/falso são quase sempre mantidas para classificar operacionalmente 'ficção' e distinguir semântica e pragmaticamente a leitura literária de outros regimes de leitura, como os textos pragmáticos, históricos, filosóficos e científicos (HANSEN, 2005, p.18-19)

Considerando o História da América Portuguesa (1730) um tratado fundamentalmente descritivo, pensava no projeto da *Academias dos Esquecidos* para escrever uma história da América Portuguesa que pusesse à vista dos lusitanos todas as riquezas que representassem o seu domínio. Íris Kantor (2004) apresenta o plano de ações da dita academia no qual estaria prevista a impressão de cinco histórias da América Portuguesa (militar, bélica, política, eclesiástica e natural) e diversos textos históricos (relação, memorial de serviços, etc.) que "forneciam informações estratégicas à gestão das conquistas e aos negócios ultramarinos" (KANTOR, 2004) e diz que estes relatos não se assemelham a um tratado que seja "totalizante" dos domínios portugueses na América. Kantor (2004) procura recuperar e reconstituir em arquivos do Brasil e de Portugal as "iniciativas coletivas" que teriam constituído uma "gênese da historiografia brasileira". Para a autora, a criação da Academia Brasílica dos Esquecidos, em 1724, e a Academia Brasílica dos Renascidos, em 1759, com o objetivo de escrever a história da América portuguesa, permitiu que a "atividade historiográfica" na América Portuguesa ganhasse "foros de ação coletiva", numa sociedade corporativa e estamental, já que, até então, de acordo com Kantor, a escrita da história brasileira ficara restrita a iniciativas isoladas de colonos, missionários, viajantes, militares e administradores.

Não pretendendo rebuscar um caminho em direção à "origem" e sem universalizar em "foros coletivos" práticas de representação no século XVIII, esta pesquisa parte de um suposto que *escolhe* os textos comparando-o com doutrinas e sistemas que operam nas narrativas<sup>19</sup>, por isso estas iniciativas de

---

<sup>19</sup>Cabe relembrar, aqui, a noção de imago mundi e de mimese especular, pois que as fontes são declaradas ou não no discurso de Sebastião da Rocha Pita. Ora ele cita Plínio, o Velho, ora cita

viajantes entre outros que Kantor qualifica como isoladas - que tanto podem ser exemplificadas nas cartas de Antônio Vieira, documentos da câmara do Senado da cidade de Salvador, atas da Câmara, exercícios de descrição nas escolas jesuíticas, ou até mesmo as atas das reuniões acadêmicas dos Esquecidos e Renascidos - podem fazer parte de um conjunto estritamente rígido de leis e cumprem funções institucionais e corporativas passíveis de reconstituição ou passíveis de parte de seu rastreamento. É o que se pode verificar pelo documentos manuscritos do *Inventário Sumário da Câmara Municipal* da cidade de Salvador do *Arquivo Histórico Municipal de Salvador* na *Fundação Gregório de Matos*, no *Setor de Arquivos Permanentes*. Parte destes documentos relatam ações institucionais de letrados, dentre eles, Rocha Pita e fornecem ``um referencial, discursos, não um referente `real' empírico, que, sendo sempre formulado da perspectiva dos oficiais da Câmara de Salvador, gente diretamente ligada aos negócios do açúcar, informa sobre temas do local dramatizados na poesia em outro registro retórico (HANSEN, 1989, p.24)"

Em excelente estudo sobre as práticas ditadas por autoridades políticas para legitimar o domínio sobre terras americanas, Patrícia Seed (1999) diferencia cerimônias e práticas simbólicas comumente usadas por franceses, espanhóis, portugueses, holandeses e ingleses para instaurar o senhorio sobre as colônias. Segundo Seed (1999), grupos diversos são homogeneizados e agrupados sob o denominador da ``Europa" quando o que estes diferentes Estados europeus mantinham como mesma identidade era uma plataforma tecnológica comum (balestras, canhões, arcabuzes, cavalos, equipamentos de cerco, doenças e outros maquinários de guerra) e representam diferenciadamente os usos destas tecnologias em atos de tomada de posse . Partimos deste estudo de Seed para refletir sobre determinados usos da linguagem entre os lusitanos e como, a partir dos decretos que sancionavam o funcionamento das *Academias*, os livros participam desse maquinário. Chamava a atenção como esta articulação era recorrente em tratadísticas históricas impressas durante o Império Marítimo português, mesmo que subordinadas a interesses de outros estados, como por exemplo em Guilherme Piso (1648) na *História Natural e Médica da Índia Ocidental*:

---

autoridades eclesiásticas, ora nega a presença das musas, ora assevera a importância dos deuses nas ações dos lusitanos ... As comparações foram feitas a partir da pertinência da doutrina para cada caso.

Foi nos antigos séculos parte não pequena da dignidade real pretenderam os reis informar--se da extensão do céu e da terra e dos espaços e propriedades dos mares, e favorecerem os comentários destes assuntos; assim, entrelaçando os cuidados da paz e da guerra, asseguravam--se uma posse mais estável e mais feliz do poder; e isto não tanto pela grande perícia das letras quanto pela verdadeira utilização delas (p.5).

Ainda com Patricia Seed, a descrição celeste nos escritos do século XVI relativos às navegações portuguesas significava um novo conhecimento astronômico, com medidas mais precisas do firmamento. Assim, por meio de um conhecimento teórico e técnico que constituía a autoridade real portuguesa nas terras de além-mar, legitimava-se o *descobrimento* da terra pela descrição do céu que a recobre.

### 1.2.2. Memória Social e Poéticas

Centralizado na noção forçosamente plural de `Poética', este estudo tinha por objetivo fundamental questionar momentos, movimentos e práticas de representação na América Portuguesa (HANSEN, 2006). Para isso percorreria as metáforas que representam as flores, frutos, montes, rios, mares, pessoas etc das terras brasílicas nas quais são previstos acordos com enunciados prudenciais<sup>20</sup> que antecipam em sua descrição os inconvenientes ou impedimentos que podem sobrevir àquele uso persuasivo da palavra (*cautio ou provisio*). É o que se pode compreender quando nas histórias seiscentistas e setecentistas louva-se a variedade das espécies em terras americanas principiando pelos particulares que interessam `comercialmente'. Assim, não é por acaso que em Guilelmo Piso as propriedades medicinais das árvores sejam as primeiras descritas; em Cardim os animais sejam os primeiros louvados, seguindo regras do *Examerão* e, logo, da ordem da criação do mundo e em Rocha Pita os engenhos, diga-se de passagem da família do `mulato', sejam

---

<sup>20</sup>Como nos indica o autor ao Herênio: ``Prudentia est calliditas, quae ratione quidam potest delectum habere bonorum, & malorum"

extensivamente louvadas, como é tratado no próximo capítulo desta dissertação.

Nos textos de história, as observações das partes orgânicas são comumente ditas como feitas por testemunhos de própria vista (GANDAVO, 2008) e tratam da comunicação das propriedades naturais (como seus acidentes externos, seguidos de seus conteúdos e qualidades), de seus usos econômicos e algumas coisas observáveis com adornos de figuras promovendo o louvor de cada parte combinadas com as demais a fim de dizer de um uso terapêutico ou deleitoso para os olhos do homem.

Reunimos didaticamente estas descrições em diversas narrativas históricas respeitando cinco principais 'blocos' de observação do corpo natural e material da América Portuguesa. O primeiro seria correspondente aos *aspectos exteriores* ou modos de dizer de plantas particulares que tornam aquele corpo natural diferente dos outros exteriormente por meio da atribuição de figuras que registrem a sua compleição. Isto é feito a partir do registro das proporções dos vegetais, em quais estações é propício o seu plantio, observação e em que lugares florescem. Nestes sistemas de máquinas de mundo, cada objeto recebe o nome de *corpo* ou *substância*, isto é, um assunto que tem existência própria (CANFORA, 2001) e que existe abaixo de uma aparência ou forma qualquer chamada *modificação*, ou como chama Gracián seguindo Aristóteles *substância* ou *acidente*. Sintaticamente, a substância em geral corresponde gramaticalmente aos substantivos e as modificações correspondem aos adjetivos. Neste esquema que delineio sobre a descrição é possível dizer que a unidade mínima que nos interessa é esta *estrutura*: o que se diz de um substantivo quando relacionado a um adjetivo? Por que se diz deste modo?

A *palavra*, aqui, é um modo de diferenciar o que está-aí a-significado, como é a opinião de doutrinas aristotélicas nas quais a substância e sua modificação em sua natureza são inerentes entre si, indissociáveis. Na *palavra* é onde reside a diferenciação entre o substantivo (ou aquilo que nomeia o corpo, ou aquilo que é a substância do corpo) e o adjetivo (ou aquilo que atribui alguma qualidade ou diferença a algum corpo).

O segundo modo de registrar a descrição do corpo natural da América Portuguesa seria por meio da investigação das *partes orgânicas da anatomia das espécies* e em que critérios elas tornam aquela descrição *necessária* ou *verdadeira* para compor o registro político e teológico da planta ou monte. Para estas descrições são relevantes os regimes em que os corpos naturais devem ser analisados: qual o cuidado que se deve ter durante a observação (ao manusear a planta, por exemplo); se a propriedade que a torna peculiar é vista a olho nu ou sob a observação de algum material manual (como um microscópio, por exemplo); o que há a ser observado e o que há para uso e fixação possível para cura de doenças tropicais, mediterrâneas ou indianas, a depender da narrativa. Estas instruções deveriam servir ao fidalgo como um conhecimento curioso ou preciso de terras (des)conhecidas, dos aspectos particulares da natureza de outros mundos e das faculdades de cada espécie nova<sup>21</sup>.

O terceiro tipo de descrições são aquelas pertinentes ao *conteúdo* do corpo natural e material: suas qualidades, consistências, cores, cheiros, gostos ... e tantas quanto forem as habilidades corpóreas reconhecíveis nos sistemas de corpo operantes no setecentos (DELLA PORTA, BARREYRA, 1658). Estas descrições dizem quais propriedades tornam determinada estrutura do corpo natural parte do gênero dos vegetais ou dos montes, como odores, cores e faculdades. Estes aspectos de conteúdo seguem em alguns casos ao lado de descrições de métodos de agitar plantas, friccioná-las, infundí-las, digerí-las, decantá-las, destilá-las, rarefazê-las e correspondem a produção de um efeito de uso econômico ou terapêutico por meio de uma experimentação. Estas experiências são percebidas através do *ver*, *ouvir*, *tocar*, *cheirar* e *degustar* e, por meio destes *sentidos* o historiador descreve os objetos que fazem parte das máquinas de mundo próprias de cada arte.

O quarto bloco de descrição é aquele que investiga os princípios e conteúdos das partes orgânicas combinados de modo geral às *perspectivas de uso futuro* dos conhecimentos até então estabelecidos pelas *scientia* e como as qualidades e poderes peculiares de cada matéria até então desvendados podem compor agenciamentos medicinais, terapêuticos e econômicos futuros.

---

21 O estudo de Gabrielle Janiga (1990) demonstram com acuidade esta relação entre saber adquirido por meio dos livros e prática social de leitura entre fidalgos.

O quinto tipo de descrição é uma investigação dos *corpos* de cada espécie e em quais sentidos os princípios anteriores são derivados ou se comunicam uns com os outros ou derivam de quatro partes essenciais: da terra, ou receptáculos sólidos; da água, ou receptáculos líquidos; do ar e do Sol, como ensinou Salomão. Sendo *história* e tendo por finalidade o *deleite*, tudo isso segue junto da atribuição de virtudes naturais, concedidas pela Graça (BARREYRA, 1658), como quando se diz `aqui as madrugadas são mais belas' a produção de louvor reitera as modificações sensíveis do dia, representando-as e determinando-as pelo uso de palavras que sirvam para nomear ou atribuir a algo qualidades que são, por natureza, essenciais.

É possível que a história seja *ordenada* sob princípios da arte da *invenção* ou *acomodadas ao acaso do momento* ((CÍCERO), 2005). O primeiro princípio é aquele modo de dispor segundo as regras da introdução, narração, divisão, confirmação e refutação, próprios do fazer retórico. Ainda conforme a arte, cada um dos “argumentos se organizará em proposição, razão, confirmação da razão, ornamentação e conclusão”. A disposição retórica é, assim, dupla: “uma nos discursos, outra nos argumentos, de acordo com os princípios daquela arte” ((CÍCERO), 2005, p.169).

Nestes casos que cito sobre o louvor ao engenho da cidade da Bahia é possível que Rocha Pita ordene seu texto afastando-se *da ordem prescrita e se acomoda ao momento segundo o juízo do orador* (169). Assim, são compostos nas histórias de Gandavo, Piso, Cardim, Salvador, Pita os argumentos *bastante fortes* (169). Nestes casos, o uso particular da história é o que determina a sua ordem. Em uma *Retórica* atribuída a Cícero, diz assim:

Na confirmação e refutação é conveniente dispor os argumentos assim: colocar os mais fortes no início e no final da causa; intercalar os de força mediana e aqueles que não são nem inúteis ao discurso, nem necessários à prova, que isolados e ditos separadamente são fracos, mas unidos uns aos outros tornam-se fortes e prováveis (171).

Não apenas as regras da arte das descrições seriam materiais relevantes para pesquisa, como também certos usos políticos da representação dos agentes que compunham o corpo natural no reinado de D. João V Por isso, através de uma reflexão sistematizada em torno da leitura de doutrinas morais, políticas, poéticas, retóricas, pictóricas, entre outras de

comum importância às letras e armas na América Portuguesa, levantamos questões semelhantes entre textos que poderiam servir para compor a adequação do que se entendia por História e que circulavam na Península Ibérica no século XVIII<sup>22</sup>. Esta ordenação da extensão da terra da América Portuguesa e demais corpo que representam o seu corpo natural e político seriam compostos por imitação<sup>23</sup> da pintura da terra e de suas partes principais conhecidas. No caso específico de Rocha Pita a disposição do texto principia por um louvor à Coroa Lusitana e finda com a descrição da fundação da Academia pelo vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses e a “suave harmonia do seu ditoso governo, no qual com o mesmo curso de acertos e felicidades fica continuado este presente ano de 1724”.

Outro lugar de particular interesse para a compreensão das histórias e de seus fundamentos é a passagem da *Poética* aristotélica tornada “famosa” quando a *História* reclama para si seus direitos de ciência<sup>24</sup>. Dito assim, o assunto parece amplo, pois que o primeiro problema que se inscreve nesta proposta é a recuperação das categorias aristotélicas quando aplicadas a textos ficcionais. Nos estudos literários atualmente produzidos nas instituições brasileiras, Aristóteles figura como o ‘primeiro’ preceptor para as regras da poesia e nestes usos é comum referir categorias aristotélicas para análises de livros impressos no setecentos sem questionar a apropriação destas categorias no oeste latino. Daí, noções aristotélicas como ‘verossimilhança’, ‘mímeses’, ‘diegeses’ ou mesmo as horacianas ‘ut pictura poesis’ e ‘in media res’ são aplicadas nos estudos literários aos textos ficcionais por relação de sincronia e

---

22 Esta proposta de análise partia, principalmente, da leitura do livro de Quentin Skinner (SKINNER, 2001) no qual traça-se um movimento de exercícios preparatórios, mais especificadamente de cartas familiares escritas em universidades por fidalgos das casas nobres na França, Alemanha, Itália, em especial, que, circunscritas num ‘currículo’ de ensino para fidalgos, habilitaria-os a escrever documentos oficiais em outras instâncias institucionais, desde que completos os estudos em determinadas universidades, academias ou centros de saberes. No dito livro, Skinner indica a pertinência das cartas familiares para a composição de escritos que formariam atas de senado, câmara e outros exercícios políticos no início do que ele chama de período ‘moderno’ e estes escritos poderiam derivar o que conhecemos por crônicas e, por conseguinte, história.

23 Para um uso da palavra *imitação* que aqui seguíamos sugerimos como leitura um ensaio de João Adolfo Hansen sobre a obra de Luiz Costa Lima (HANSEN, 1999).

24 Muito já foi dito sobre o apagamento e reaparecimento dos escritos aristotélicos na Europa ocidental entre os séculos v ao xii e posteriores. Nos limitaremos a sugerir alguma bibliografia básica para conhecimento da questão já amplamente discutida: WEINBERG, 1953; LAILLA; BALDWIN; SORABJI, 2000}; \cite{fortenbaugh}

semelhança<sup>25</sup>. No entanto, para consecução de estudo, ao falar sobre estas *histórias* é comum partir dos usos que se fez das *Retóricas* e *Poéticas* e de alguns preceitos aristotélicos e horacianos. Por meio destes usos, que podem ser reconhecidos na poética de Minturno, Robortello, Piccolomini, Cândido Lusitano e outros, percebe-se que os traços distintivos das histórias são construídos em analogia aos da poesia e seus diversos modos de apresentação (história e épica ou história e tragédia, por exemplo). Cada um destes usos promove uma espécie de *persuasão* no louvor ou no vitupério e *encenam* as *ordens* políticas do estado em suas hierarquias. Como é conveniente a um texto do gênero demonstrativo da *Retórica*, para melhor conhecer as máquinas que operam no simulacro das invenções históricas, recorreremos às conhecidas passagens do que se conhece da poética aristotélica<sup>26</sup>, nas quais se fala da história em oposição à poesia. Nessa razão poética, como se diz, a função do poeta é descrever as coisas que aconteceriam (*ta genomena*) de acordo com a *probabilidade* e *necessidade*. A partir destes textos, costumou-se dizer que a diferença entre historiadores e poetas (*historikos* e *poietes*) reside não apenas no fato de um produzir discursos em versos e outro em prosa (por exemplo, se Heródoto escrevesse em versos, ainda assim seria história o discurso produzido), mas também na possibilidade de o poeta escrever o que deveria acontecer e o historiador escrever a coisa tal qual aconteceu. No que se conhece como *Poética* (1451b, 3-8) diz-se que a poesia refere-se ao *universal*, ou a atribuição a um particular

---

25 Como se sabe, este pequeno tratado foi copiosamente estudado por escolásticos, perdido na antiguidade e também no período Bizantino, traduzido para diversas línguas: "Ever since the Renaissance, scholars have stressed that Averroes commentary gives a very misleading idea of the *Poetics* Not only was Averroes forced to use a second-hand translation, but, totally ignorant - like all Arabs - of Greek poetry, he was unable really to understand what Aristotle meant." (TIGERSTEDT, 1968, p.8). Em nota, Adma Muhama diz: "Pelo que consta, a primeira edição latina da *Poética*, numa tradução de Giorgio Valla em 1498, passou despercebida até a publicação do texto grego com a tradução de Alessandro de Pazzi, em 1548. Sua efetiva divulgação, porém, ter-se-á dado a partir da edição comentada de Robortello. Talvez hoje essa opinião necessite ser revista: são notáveis em autores dos séculos XVI e XV considerações específicas da *Poética* que parecem não terem sido transmitidas pelas retóricas de Cícero e Quintiliano, nem pela *Ars Poética* de Horácio, obras que não sofreram interrupção de leitura durante todo o período medieval, mesmo que incompletas. Uma explicação possível seria que a tradução da *Poética* feita por Averróis, no século \textsc{xiii}, não tenha sido assim tão desconhecida no Ocidente quanto se tem assim por assente" (MUHAMA, 2002, p.12).

26 Para assinalar o caráter fragmentário desta reconstituição do *corpus* aristotélicas nesta pesquisa, citamos estudos de Weinberg, Blum, Schenkeveld, Cerreta, Tigerstedt e outros que rastreiam os percursos das poéticas aristotélicas. Estes estudos recuperam usos de *Poéticas* impressas nos seiscentos e setecentos e reconstituem, em partes, as circunstâncias dos seus usos.



de ações e pensamentos que, por necessidade e verossimilhança pertencem à sua natureza, ao passo que a História refere particulares. A constituição dessa verossimilhança dá-se pela coerência interna de suas partes, de modo que a unidade da obra corresponda a uma unidade de sentido que, não sendo verdadeira, é verossímil ou semelhante ao que se diz da *verdade*. Com Cícero, sabemos que essa 'coerência interna' é também decoro, como diz Hansen:

As duas espécies de ficção figuravam o possível e o impossível, sendo tradicionalmente relacionadas com a passagem da *Poética* em que Aristóteles escreve que o gênero histórico trata do que efetivamente ocorreu, como narração de existência que conta eventos particulares e verdadeiros, diferentemente da poesia, que figura o possível ou o universal, como ficção de essência sem necessidade de referência a eventos particulares. Tradicionalmente, a ficção é um ato de fingir o possível, ou seja, é um ato pseudo-referencial e, ainda, auto-referencial. Como sabem, Aristóteles considera a história inferior à poesia, porque a história é mimesis parcial que trabalha com o conhecimento de existência do passado ou um conhecimento particular fornecido por testemunhos autorizados do que houve. Por isso mesmo, em suas versões clássicas, a história consegue estabelecer a variante 'verdadeira' quando estabelece 'fatos' que permitem eliminar outras variantes concorrentes (HANSEN, p.17).

Sucintamente, para não esquecer, diremos novamente da oposição entre *história* e *poesia* relacionada a primeira ao *particular* e a segunda ao *universal*, pois que a *história* conta aquilo que *Alcebíades fez ou fizeram a ele*. Este excerto já demasiado comentado - naquele sentido que Foucault (1999) usa deste termo - por inúmeros sistemas seiscentistas e setecentistas, por exemplo, quando Pinciano (1566), em sua *Antigua Philosophia* diz que

la Fábula ha de ser imitacion de la obra, y que no ha de ser la obra misma; y que por esta causa Lucrecio, Lucano y otros muchos no son Poetas: porque no imitan en sus escritos a la cosa, sino escriben la cosa como ella fue, o es: y enfin se resuelve, que si uno acaso compone y finge una accion en España, que de la misma manera sucede realmente en la India, que el que acá la finge sería Poeta, y que allá escribiese el mismo suceso sería Historiador.

Em Minturno, a distinção entre *História* e *Poesia* aproxima a primeira do verdadeiro e a segunda do fingimento, sendo, por isso, os agentes na Poesia representados como *melhores, piores ou iguais a-nós*. O mesmo pode ser dito da *História* que representa os melhores-do-que-nós (reis,

príncipes, condes, etc.) em ações heróicas e *particulares*. Nestas histórias, coisas úteis são ditas para a ``educação dos coevos com suas histórias; certamente, também, tanto pela história, se calcula a conta dos tempos e dos anos recuando na soma, quanto, entre os muitos (feitos) dos cônsules e dos reis, perscrutam-se os que são necessários (PINTO, 2008, p.395)

Aqui, cabe lembrar, num olhar que relativiza o Outro por meio de classificações que hoje poderiam ser entendidas como ``arbitrárias'', o termo ``piores do que nós'' corresponde a funções específicas, determinadas por um conjunto de leis, doutrinas, preceitos que existem para nós nos livros que nos chegaram (SEGNI, 1551). Numa sociedade regida por estamentos estritamente definidos e regulada por um conjunto de doutrinas e comportamentos específicos, tais lugares correspondem aos ofícios doutrinados em muitos textos que podem ser exemplificados pelo excerto contido em *L'arte poetica del signor Antonio Minturno, nella quale si contegno i precetti Eroici, Tragici, comici, satirici, e d'ogni altra poesia: com la dottrina de'sonetti, canzoni, ed ogni forte di Rime toscane, dovo s'insegna il modo, che tenne il Petrarca nelle sue opere. E si dichiara a'suoi luoghi tutto quel, che da Aristotele, Orazio, ed altri autori greci e latini è stato scritto per ammaestramento de'Poeti*, impressa em sua terceira edição em Napoles, em 1725.

Vesp. Que coisa é a poesia? Min. Imitação de vários tipos de pessoa, levada a efeito de diversos modos, ou com palavras, ou com harmonia, ou com tempo; pode-se também produzir a imitação com todas as coisas referidas ao mesmo tempo, ou apenas com parte delas. Vesp: Demonstra-me, se é do teu gosto, essa definição, para que eu possa melhor entendê-la. Min: Três coisas em toda imitação devem ser consideradas: primeiramente, o que imitamos; em segundo lugar, com que imitamos, e, em terceiro lugar, de que modo imitamos. As coisas que imitamos são os costumes, os afetos e os feitos das pessoas que são de três qualidades: a primeira respeita aquelas melhores do que os homens da nossa própria idade. A segunda àquelas que são semelhantes à nós. A terceira, àqueles que são piores. Piores são os sátiros, os Silenos, os Ciclopes e todos aqueles que nos movem ao riso. Entre os melhores podem ainda ser compreendidos os Príncipes e todos os homens ilustres e excelentes, ou por serem valorosos, ou por possuírem maior dignidade do que os outros tanto nesta quanto em qualquer outra idade. Piores são os camponeses, os Pastores, os Trabalhadores, os Parasitas, que são dignos de que deles ríamos, assim como aqueles que por qualquer vício notável ou baixaza de estado são reputados vis. Semelhantes a nós são os cidadãos que, nem por excelência de virtude, nem de fortuna se elevam acima dos outros.

Assim como a Poesia, a Pintura nos descreve esta variedade de pessoas...

A "sociedade" assim pensada, pode-se apresentar a nós, anacronicamente, como um sistema circular e fechado, no qual todas as partes partilham entre si da graça divina, em maior ou menor participação<sup>27</sup>. Quanto mais próximo da cabeça do estado, mais luz divina recebida e vice-versa (KANTAROWICZ, BURKE). O termo "sociedade" pode referir-se nos textos do XVIII também a uma companhia ou sociedade que correspondia a união de pessoas de uma mesma ou diferente profissão, por exemplo, o corpo dos nobres (*nobilium ordo*), o senado em corpo (*senatus universus*), o corpo dos cidadãos (*corpus civitatis*). A doutrina prescreve que, sendo o homem um animal sociável, por ventura, e, sendo o homem a metade de outro indivíduo, só a união destas metades faz o indivíduo inteiro. Alguns tendem a ajuizar esta união como o matrimônio, e outros a ajuizam metaforicamente: sendo a alma um vivo fogo, não há causa mais alegre que o resplendor de muitos fogos juntos. Diz o clérigo Rafael Bluteau:

Só Deos póde Estar só, porque em si tudo possui; o Animal, como mudo & ignorante, não póde communicar. Não necessita Deos de Sociedade, O Animal não He capaz della. Mas O homem, cuja natureza, nem He perfeyta como a de Deos, nem tão imperfeyta, como a do Animal, tem a capacidade para ser parte do

---

27 Para pensar um dos modos de tipificação entre melhores, piores, citamos ainda, Hansen quando trata da construção dos discursos sobre os indígenas no quinhentos: "A carência do Bem católico que é produzida quando a perspectiva da verdade cristã constitui uma alma para o indígena que é classificado, no ato, como "animal", "gentio", "selvagem" e "bárbaro", é simultaneamente suplementada por duas espécies básicas e, podemos dizê-lo hoje, complementares de intervenção. Ambas são violentas pelo mero fato de serem intervenções, embora tenham uma violência de graus ou intensidades diversas. Genericamente falando, a intervenção dos que afirmam que o indígena é um "cão" ou um "porco" bestial, bárbaro e "escravo por natureza" e a intervenção dos que afirmam que é "humano", mas selvagem e que deve ser salvo para Deus por meio da verdadeira fé, que o integra como subordinado, escravo ou plebeu. Quando lemos os textos de cronistas e jesuítas que atuaram no Brasil nos séculos XVI e XVII, observamos que produzem um novo objeto de conhecimento, "o índio". O novo objeto -chamado de "índio" por causa do equívoco geográfico de Colombo, que acreditou ter chegado à Índia, em 1492- é construído por meio de um mapeamento descritivo de suas práticas, ao qual se associam prescrições teológico-políticas que as interpretam e orientam segundo um sentido providencialista da história, que faz de Portugal a nação eleita por Deus para difundir a verdadeira fé. Obviamente, não havia "índio" nem "índios" nas terras invadidas pelos portugueses, mas povos nômades, não cristãos e sem Estado. No contato, repito, os missionários e os cronistas do século XVI classificam a pluralidade desses povos como "índios" e, simultaneamente, produzem uma essência, "o índio", que definem como alma selvagem ou animal sem alma naturalmente subordinados às instituições. Quando classificam o novo objeto com as metáforas "animal", "gentio", "índio", "selvagem" e "bárbaro", também evidenciam a positividade prescritiva da universalidade de "não-índio", ou seja, o "civilizado", branco, católico, de preferência fidalgo e letrado." (HANSEN, 351-352)

corpo civil; & assim não há lugar no mundo, onde O homem não seja membro de alguma família, ou Republica (BLUTEAU).

Os usos laudatórios no *História da América Portuguesa* visam à promoção dos agentes próprios da história e reforçam o que se convencionou designar, a partir de Maquiavel, "razão de Estado (HANSEN, razão)". Este uso político da história relacionada ao louvor e vitupério pode ser exemplificado pelo livro *Summa Política*, de Sebastião Cesar de Meneses, impresso em 1650<sup>28</sup>. No *Summa Política* o argumento se funda na proposição de que para o exercício do poder monárquico e para a manutenção do bem-comum e harmonia entre os estamentos do corpo do Estado são imprescindíveis as virtudes do soberano, a saber, a prudência, uso da razão, diligência da criação, natureza e experiência (p.25). O argumento é composto por *exposição* e *analogias* (p.4) que produzem o efeito de que o poder se centraliza no uso de um indivíduo particular, cabeça do estado, que regula todos os demais membros – do fidalgo ao negro, em estamentos rígidos e estratos demarcados por relações que justificam o exercício da violência e do poder (ELIAS, 2001). O vínculo que une e respeita as três razões de Estado é a presença do homem, que se ordena para a família - composta de muitos homens -, e as famílias, por sua vez, formam a república (MENESES, 1650,p.50). A representação da máquina da razão de Estado por meio do tratado político serve para a instrução do Príncipe e é restrita a três fundamentos principais: conselho, forças e reputação, que auxiliam na formação do conselho interno do próprio príncipe.

O conselho é aquelle lume da razão que mostra ao príncipe os instrumentos de reynar. Approvação que o entendimento faz do que lhe parece mais conveniente para o fim que se pretende. As forças são aquellas cinco condições que quando se juntaõ, fazem o Príncipe poderoso; e consistem em ter o seu estado fiel; grande; Unido; armado, e rico. A reputação, he aquella fama illustre que se estende pellos estados alheos, da efficaz opiniaõ, que todos concebem do conselho e forças do Príncipe (MENEZES, 1650, p. l)

Neste tratado, o uso da história é dito como auxílio para a instrução de príncipes na medida em que, em pleno domínio de suas qualidades naturais – conhecidas como conselho interno e primeiro fundamento da razão de Estado,

---

28 \footnote{Também por \cite{botero}, \cite{faria}, \cite{tratadopoliticopita}.}

referidos acima -, o príncipe se aperfeiçoa pelo uso das qualidades adquiridas por meio da instrução fruto de sua inteligência, juízo, natureza, criação e experiência (p.l). O conhecimento dos ancestrais, com notícias de suas ascendências e costumes -ou História- fundamentam as qualidades adquiridas para instrução do príncipe, ajudando-o a arrazoar as principais obrigações tanto do soberano quanto dos demais membros que compõe o corpo do Estado, inclusos aqui o fidalgo, o padre, o negro, o gentio, o bárbaro, o índio...

O conhecimento dos sucessos que as histórias referem, ajuda muito a regular o presente, e a prever o futuro, efeito principal da prudência, a qual como naceo da observação de casos particulares, creçe com raizes mais solidas no sugeito que tiver mais larga, e copioso experiencia delles, com a lição da historia (MENEZES, 1650, 26).

O Império (*Imperium*<sup>29</sup>), tal qual compreendido pela empresa lusitana no XVIII (BOXER, 2008) corresponde a uma região muito ampla e dominada de um príncipe, que estabelece autoridade e senhorio, com direito de propriedade sobre terras, rios, etc (*dominium*) (MENEZES, 1650, p. 50) que se pode usar e dispor como próprios (*possessiones*). A liberdade dos corpos que compunham os estados se arrazoava mediante acordos estabelecidos com os lugares de poder, sendo cada corpo uma potência ativa com todos os requisitos para obrar, poder obrar e não obrar (*liberum arbitrium, libera voluntas*) segundo os preceitos da Santa Igreja Católica, preceitos estes que autorizam o corpo a falar sem impedimento ou obstáculo do poder superior (KANTAROWICZ, 2000). Implícito está na "liberdade dos corpos no XVIII" quais seriam os

---

29 É fundamental compreender o conceito "Antigo Regime", que, neste contexto, se refere a um período específico que costuma-se delimitar, para fins didáticos, do fim da Idade Média até a Revolução Francesa. Diz-se que a expressão teria surgido no final do século XVIII, pela idéia dos revolucionários franceses de 1789. Antes de ser um conceito, Antigo Regime indicava aquilo que os revolucionários se opunham, e rapidamente a expressão transcendeu os limites da monarquia francesa, pois aquelas características condenadas não se encontravam apenas na França. Contudo, o que nos importa destacar são algumas características presentes no que entendemos por Antigo Regime, em que "as leis eram consuetudinárias, os direitos eram consagrados pelo uso. Os poderes, prerrogativas e privilégios sobrepunham-se e conflitavam entre si infidavelmente (DOYLE, 1991, p.26)". Cf. William Doyle, O antigo Regime, São Paulo, Ática, 1991, p.26. As práticas políticas do dito Antigo Regime são específicas e singulares, conforme (BICALHO, 2005) Maria Fernanda Baptista Bicalho, "Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América Portuguesa e a cultura política do Antigo Regime", Almanack Braziliense: revista eletrônica, n.2., IEB/USP, nov. 2005, disponível em [www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br), visitado em 15.11.2008. Preferimos o termo "América Portuguesa" por ser esta a palavra utilizada por Rocha Pita e consideramos as divergências na historiografia sobre a delimitação deste conceito.

lugares ou ofícios hierarquicamente legítimos do discurso que conferiria a verdade do que está dito, ou seja, todos aqueles que participassem da comunhão sagrada com o Deus-Pai (HANSEN). No XVIII, o indivíduo livre para o cristão só o era se agisse mediante a vontade da presença divina e fosse cumpridor das diligências da Igreja, e mesmo os que ignoravam determinadas leis fariam também parte do corpo do estado, como último membro do corpo místico do rei. A liberdade assim entendida corresponde a um número de "regras e condutas", se assim pudermos dizer, que o bom cristão cumpriria ao longo de sua vida terrena e todos os demais que estivessem fora ou longe deste sistema esquematizado por um conjunto de doutrinas e aceitas por um conjunto de monges, papas, reis, cortesãos, e todos os demais corpos que possam compor o corpo do estado seriam, por definição, excluídos dos privilégios e denominados, a depender da ocasião, bárbaros, gentios, índios, indoutos e quaisquer outras definições que relativizariam o Outro como "pior do que nós", uma vez que estes seriam dominados por seus apetites e afetos torpes que os tornariam voluntariamente escravos e submissos ao corpo místico do rei, pois falta-lhe a luz da divina graça<sup>30</sup>.

Com Kantorowicz (2000) aprendemos que o "corpo do Estado" é composto pela harmonia entre o monarca e seus vassallos, sendo o bem comum instaurado pela concórdia, ou responsabilidade de cada "membro" perante os demais, abaixo ou acima de si, na hierarquia. O *bem comum* é regulado pelo controle das paixões, prescrito, aqui, também, o uso da violência como forma de manter a tranquilidade de cada alma particular (ELIAS, 2001). A soberania do monarca é legítima desde que se estabeleça a absoluta submissão de todos os súditos que recebem os privilégios concedidos conforme

---

30 Para esta breve compreensão, seguimos Hansen: "Segundo a doutrina católica do poder adotada em Portugal, da concórdia individual e da amizade do todo nasce a paz. Para assegurá-la, a Coroa aplica medidas de várias espécies, como o monopólio da violência fiscal, judiciária e militar; o combate às heresias; a censura intelectual; os castigos exemplares, açoites, fogueiras, forca, garrote vil e degredo. O "bem comum" do reino é definido, então, como um estado de equilíbrio dos interesses e conflitos particulares obtido pela subordinação voluntária do todo no corpo místico da comunidade à cabeça do Império, o rei, num pacto de sujeição pelo qual os indivíduos, os estamentos e as ordens se alienam do poder. Abrindo mão dos direitos e declarando-se súditos, recebem os privilégios que os hierarquizam. Nessa hierarquia, que desce da cabeça real até as plantas dos pés dos escravos, os indígenas têm a liberdade de integrar-se como membros subordinados, pois então a liberdade dos indivíduos e do todo do reino é entendida paradoxalmente como subordinação hierárquica à cabeça mandante, o rei." (cite[p.350]{hansenguerrajusta}). Sobre o assunto, mas abrangendo os estados monárquicos, ver: \cite{elias}, \cite{burke}.

a posição natural dos membros do corpo político na hierarquia. As histórias setecentistas (re)afirmam, neste sentido, o início místico das genealogias cristãs quando em seus exórdios dizem toda a extensão dos reis lusitanos, a começar pelo Hércules Líbico e Tebano, como o faz Rocha Pita. Este início místico antecede ao próprio tempo que a história relata, pois nas doutrinas teológicas "a totalidade das coisas visíveis são o céu e a terra, que parecem dizer respeito não só ao ornamento deste mundo, mas também a um sinal das coisas invisíveis; são uma espécie de argumento daquelas que não se vêem (AMBROSIO, 2009, p.29)". Por isso, as histórias comprovam o pertencimento legítimo das espécies aos melhores da Coroa e ao seu corpo místico. Com Hansen:

Os casos narrados reiteram e elogiam a naturalidade da política católica, interpretada providencialmente, sendo os portugueses instrumentos ou 'causa segunda' de Deus na história. Quando reitera a naturalidade do pacto de sujeição da hierarquia, do providencialismo e da conquista pela fé e pelas armas, o letrado representa a si mesmo com os critérios da excelência fidalga, constituindo-se como 'melhor', por ser detentor de um saber que é, simbolicamente, uma memória autorizada dos modelos que fundamentam a autoridade da excelência presumida (HANSEN, 2002)

Ou, ainda:

Estas ações são análogos diferidos, são causas segundas da Causa primeira promotora da significação e sentido providencialistas, que misteriosamente as enuncia como natureza profética na Escritura e escritura enigmática na natureza, confirmando-as futuras no presente, como perfectibilidade alcançável pelas semelhanças do tempo português, que são causas instrumentais (HANSEN)

Nesta razão de Estado, cada grau hierárquico corresponde a um merecimento autorizado pelos feitos e proezas narrados nas histórias. Assim, as representações letradas no período colonial pressupõe o estabelecimento de uma certa ordem hierárquica na qual é justo que a cada grau compete o merecimento de cada um, em analogia à hierarquia celestial (MENEZES, 1650; TESAURO, 1968). Esta orientação providencial da história reflete, por sua vez, na legitimidade do jugo e da conquista impostos pela Coroa e pela Igreja

(HANSEN, 2002; KANTAROWICZ, 2000). Uma vez compreendida a descrição do negro escravo, corpo último do estado, é possível também rastrear em sentido inverso a constituição e a legitimação da monarquia católica portuguesa da América Portuguesa. A escrita do tratado político, enquanto documento passível de reiteração da memória social no XVIII (FENTRESS & WICKHAM, s.d.; LE GOFF, 2000), é análoga a do gênero histórico: acumula autoridades e compõe o argumento por esse acúmulo de autoridades – poéticas, se o tratado for poético; históricas, se o tratado for histórico; políticas, se o tratado for político. A acumulação cria o efeito de verdade do enunciado e possibilita ao tratadista o fim da emulação ou da superação que o elevaria ao status de *auctoritates*, o que podemos exemplificar ainda na aprovação do Fr. Boaventura de S. Gião, quando este enumera aquelas regras históricas. É comum também encontrar tanto nas doutrinas vigentes quanto em estudos contemporâneos a afirmação de que a *história* nos séculos XVI, XVII e XVIII encena a sucessão dos dias e atualiza, *a cada momento*, a ação encenada. A vida (*vida*) da memória é, nesta arquitetura narrativa,

fama, lustre, e realce da nobreza, a excelencia na virtude; conhecida huma cousa, e outra, nos grandiosos titulos, e famosos apelidos, com que soberanos Principes enobreçam familias de seus Reinos, e dando (para diferença) a cada qual armas, às faziam superiores às demais (efeito do supremo poder, que faz diferente, o homem do mesmo homem). Mas o tempo entrega ao esquecimento coisas que deviam ser lembradas.

Este seria tão somente o propósito da história no XVIII. É tópica para *História da América Portuguesa* citar os homens ilustres que fizeram “guerra aos Gentios (PITA, 1730)” das Províncias, amplificando a sua estima pelo acúmulo das guerras que venceu, afugentando os “Bárbaros (PITA, 1730)” para o interior do Sertão. Nos modos de representar os homens ilustres da América Portuguesa são ressaltados os socorros da Coroa e a obediência dos guerreiros ao Rei. As ajudas do Rei às empresas são referidos como “cumprimento” dos degredos ou como “impulsos do valor” real. Procedimentos semelhantes de amplificar o louvor são referidos em tratadísticas antigas como Cícero ou Menandro e as diversas artes que dão sustentação às narrativas em *História* são ditas mais ou menos dos mesmos modos. Nas histórias, geografias, corografias, topografias e outras artes de



entretenimento para o engenho de fidalgos na América Portuguesa as genealogias são reconstituídas a partir da Antiguidade, citando as autoridades para cada arte em determinado uso particular. Por isso, para a *História* Plínio, o velho é citado, para a Geografia, Sefostris, rei do Egito e outros tantos. Estes modos de dizer sobre as coisas são ornadas com preceitos<sup>31</sup> que recuperamos em retóricas, poéticas e outras tratadísticas de representação do mundo (HANSEN, 1989). As causas de produção destes engenhos são ditas assim:

Assim como as inundações do Nilo deiraõ causa aos Egypcios inventarem a Sciencia da Geometria, semelhantemente a precisaõ, e necessidade, que os Homens tiveraõ de se communicarem reciprocamente, e de transportarem dos diferentes Paizes do Mundo os generos, de que tambem mutuamente careciaõ, deo motivo a inventar-se a Sciencia da Geografia; a qual per si só he capaz de entreter agradavelmente o engenho, em quanto se considera vendo o Mundo, todas as suas partes, seus habitantes, ou Reinos, as Provincias, as Cidades, e tudo que nelle ha notavel, por meio das Cartas Geograficas, Corographicas, e Topographicas no seu gabinete: E em quanto se considera recreando-se por meio da noticia dos seus principios: ou gyrando o Mundo, e admirando esta portentosa Obra do creador\cite[p.]{novoatlas

Estas artes valem o mesmo que *descrição da terra* (*Ge* para significar Terra e *grafén* para escrever ou descrever.). Nas *Histórias* as artes de inventar os mundos combinam-se com as regras de bem viver dos homens. Explicando lugares assinalados no Globo Terrestre combinando as regras de explicação das superfícies de ciências puramente matemáticas como a Geometria e Astronomia e demonstrando a extensão das superfícies da terra como faz a Geografia indica-se por debaixo de qual clima, signo ou zona está qualquer região ou país e, por meio desta determinação imaginada no Globo celeste, consegue-se fixar pontos na Terra registrando do ponto mais alto do céu à superfície da pele do corpo qual a explicação individual de cada tipo nativo ou estrangeiro, de cada tipo ilustre ou baixo. Descrevendo os homens da Terra em

---

31 É conhecido hoje que, nas *Retóricas* Quintiliano defende o uso de regras para produção do discurso e que, para Cícero, por exemplo, os discursos são máquinas em movimento, usos particulares e circunstanciais. No entanto, para usos didáticos e apreciação da questão torna-se necessário observar certos sistemas de escrita na história e, por isso, termos como *preceitos* ou *regras* são admitidos nesta dissertação. Tentamos delinear o uso de autoridades na descrição e como elas podem se constituir como um saber na composição das narrativas.

*História da América Portuguesa* é possível que Rocha Pita explique quanta parte do nosso mundo é habitada, qual a sua figura, qual sua natureza e que relação tem a respeito com toda a máquina da Terra. Ao menos é isso o que é indicado em sua *Dedicatória*:

Nella verá Vossa Magestade em grosseiro risco delineada a parte do Novo Mundo, que entre tantas do Orbe Antigo, que comprehende o circulo da sua Coroa, he a mayor da sua Monarchia. Naõ offerece a Vossa Magestade grandezas de outras Regioens, em que domina o seu poderoso Sceptro, tendo tantas que lhe tributar na do Brasil. Se o quadro parecer pequeno para a idéa tão grande, em certos circulos se figuraõ as immensas Zonas, e Esféras celestes; em estreito mappa se expoem as dilatadas porções da terra: huma só parte basta para representar a grandeza de hum corpo; hum só Simulacro para symbolizar as Monarchias do Mundo: faltarlhe ha o pincel de Timantes para em um demonstrar hum Gigante; a intelligencia de Daniel para em huma Estatua explicar muitos Imperios; mas sobralhe a grandeza de Vossa Magestade, em cua amplissima superior Esféra se estaõ as suas Provincias contemplando como Estrellas; só com ella póde desempenharse o livro; prenderá as folhas, se Vossa Magestade soltar os rayos, que elles allumiaraõ (com Reaes ventagens) mais ambitos dos que pertende illustrar a penna, existindo estes borrões só na forma, em que às luzes podem servir as trevas(VÁRIOS, 1782, p.3).

A produção da *prosopopéia*, na qual a obra passa a dirigir-se ao Príncipe (ou rei) é prática comum para a *captatio benevolentiae* dos textos. Em geral, as matérias destas dedicatórias são similares e, mesmo que a leitura de uma seja suficiente para expor os *exempla* que compõe os *topoi*, julgamos necessário acrescentar a dedicatória de Piso ao Príncipe Guilherme de Nassau:

Esta História, ansiando por aparecer agora juntamente com os cobiçados tesouros da natureza da Índia Oriental, julgou que deveria dirigir-se a Vossa Alteza Sereníssima, a fim de que, sob os auspícios de tão grande nome, não só pudesse resguardar o seu valor, se algum possui, mas ainda, amparada pelo vosso patrocínio e apoio, mais fácil e eficazmente fazer-se estimar de outrem. E tanto mais confiantemente acha que deve ousá-lo, quanto, por desgraça do presente século, ao estrugirem por tôda parte as tempestades das guerras, não se concedem retiros seguros e tranquilos às Musas que velam pela saúde e, se é lícito dizê-lo, mostram querer prolongar por novos meios o tempo outorgado à vida pelo destino. Assim, visto que ela não pretende ser intérprete das coisas imaginadas para deleite dos sentidos e engôdo dos prazeres, ou aparelhadas à pompa vã ostentação,

mas declara ocupar-se das obras do supremo Criador em estilo simples, não deve parecer indigna de trazer o vosso nome no frontispício, e deseja viver e ser avaliada, aos olhos dos homens, debaixo da tutela de tão augusta inscrição (PISO, 1648, p.4-5).

Assim descritos, observa-se singularmente cada um dos objetos que se oferecem sobre o mar e sobre a Terra. Desta combinação resulta a arte da história. Portanto, pode-se dizer que o *História da América Portuguesa* tratará das matérias do Brasil, pois que, por sua variedade pode representar o Império inteiro e já que, por uma parte se pode representar a grandeza de um corpo inteiro. O que nas *Poéticas* e *Retóricas* compreenderíamos como *sinédoque*<sup>32</sup>, nos tratados cosmográficos podemos compreender como *Geografía*, pois que esta é ...

una forma, o figura y imitaciõ de pintura de la tierra, y de sus principales partes conocidas: de las quales la redõdez de la tierra conocida es cõpuesta: y de las cosas mas señaladas \~q en las dichas partes se halla\ (APIANO, 1558, p.6)

...e, no campo da memória, podemos valer por dois usos igualmente válidos<sup>33</sup>. Interessa-nos, por isso, como algumas histórias que participam de um certo sistema em que se considera a História como "*memória de cosas humanas, publicas, y particulares* (HIGUERA, 1578,p.39)" e também como "*una verdadera y sincera narracion de cosas hechas, con aquella orden e manera que fueron hechas* (p.39)" cruzam com os procedimentos das descrições do corpo natural e sob quais modos estes procedimentos atualizam

---

32 Peço ao leitor que não cofunda, aqui, *sinédoque* com as arquiteturas textuais que auxiliam o *Ser a abstrair* do caos cotidiado, como propõe Bachelard (1969). Aqui a sinédoque não é uma oposição à *palpabilidade* de Jakobson, nem tampouco a uma produção de *corporeidade* de Burckhardt "that forces the reader to look at language rather than through it to its referentials" (DOWNING, 1988,p.13).

33 Colocaremos em nota uma das formas de produção de conhecimento a partir da aceleração das tecnologias, principalmente no século XIX. Inserimos, aqui esta nota pois no século XIX a história busca a sua construção sob parâmetros científicos. Comparando estudos que tratam deste período com os tratados setecentistas, impressiona as semelhanças da produção de sentido: "*A 'historia universal', de fato, à maneira antiga, não passa de abstração. É o estudo do mundo dominante, da Europa Ocidental, com vagas referências ao norte da África e ao Oriente Próximo, ou simples citações de outras áreas. A universalidade pretendida é antes geográfica que histórica, uma vez que as regiões remotas são apenas referidas como natureza ou exotismo, sem real compreensão de seus valores humanos.*" (IGLÉSIAS, 1971, p.19). Nas teorias literárias, a *ideologia* fomentou estudos que tratam do *contexto* e como este *contexto* (forma palpável e facilmente reconhecível exterior ao *sujeito*) *geram* poesias (por exemplo, SENA, 1965). Pela citação, podemos observar como em alguns sentidos a ideologia norteou parte do conhecimento produzido.

alguns usos comuns para as histórias (por exemplo, *historia magistra vitae, exemplum*) quando articulados com algumas categorias das poéticas aristotélicas (particular, verdade e produção de verossimilhança<sup>34</sup>). A história, nesta chave, é contada assim:

Que estas operações se fizeraõ com intervallos de tempos, e desde o anno de mil e quinhentos e quarenta e nove, em que veyo o primeiro Governador do Estado, leva a' conta delles pela successao dos Governos, e ordem dos factos, mediando ainda alguns largos espaços sem acções para a escritura, a falta, que precisamente interrompe a serie dos annos, mas não altera a verdade da Historia, nem as noticias do Brasil, que he o fim para que o Author a escreve, e toda a alma, e substancia dos escritos; pois o mais são accidentes. Que as materias, e noticias, que nella trata, são colhidas de relações fidedignas, conferidas com os Authores, que estas materias tocaraõ, e com particulares informações modernas, (que eles não tiveraõ) feitas por pessoas, que cursaraõ as mayores partes dos continentes do Brasil, e as depuzaraõ fielmente como testemunhas de facto, com a sciencia de que o Author as inquiria para compor esta Historia, cujo essencial instituto he a verdade (PITA, 1730, 9-10)

Ao percorrer *História da América Portuguesa* para conhecer o corpo natural das terras em um certo sistema no qual Rocha Pita participa e rastreando este sistema de escrita na história, percebemos que para *ordenar e instituir* a história entre as gentes ditas remotas é comum considerar as *estações* e sua respectiva influência; examinar ventos quentes e frios e, principalmente, os peculiares a cada região; observar as qualidades das águas, diferentes no sabor, peso e propriedades. Percebemos que, ao passo que as matérias se particularizam (por exemplo, ao observar as águas em uma cidade), esses assuntos funcionam como máquinas em movimento já que,

---

34 Citamos em nota um excelente estudo sobre práticas de representação na América Portuguesa: "Para compor os exemplos, acionam uma memória criteriosa e minuciosa de casos gregos, latinos, bíblicos, patrísticos e escolásticos invariavelmente adaptados à definição da fidalgia como excelência em "letras e armas". Narrados com muita erudição mitológica e poética, os casos reiteram e elogiam a naturalidade da "política católica". Esta é interpretada providencialmente, constituindo-se os portugueses como instrumento ou "causa segunda" de Deus na história. Quando reitera a naturalidade do pacto de sujeição, da hierarquia, do providencialismo e da conquista pela Fé e pelas armas, o letrado também se representa a si mesmo com os critérios da excelência fidalga, constituindo-se como "melhor" não por ser necessariamente "gente de representação" ou "filho de algo", mas por ser detentor de um saber do ditado que é, simbolicamente, uma memória autorizada dos modelos que fundamentam a autoridade da excelência presumida. Memorizando esse saber, o letrado o repetia incansavelmente em novas ocasiões cerimoniais e polêmicas, reproduzindo-se a si mesmo como autoridade no saber que fundamentava a autoridade dos "melhores". (HANSEN, 2002)

tendo descrito as estações, águas, montes, frutos ... observa-se a situação e a relação das matérias corográficas com os ventos, o nascer e pôr-do-sol, como as águas perscrutam as cidades em particular (se são palustres, suaves ou ásperas, se jorram de lugares altos ou rochosos, se são salgadas ou cruas), considera-se a própria terra na relação com a cidade, inquire sobre o modo de viver dos homens (se são amigos da mesa e do ócio ou se são laboriosos). Estes enunciados textuais ou pictóricos ao combinarem-se funcionam como *regras do viver* ou *remédios políticos* (HANSEN, 2002) aplicados aos corpos do Novo Mundo registrando a sua compleição.

Estas conveniências do discurso, se remontadas rigorosamente, nos levariam aos *Progymnasmata* de Aélio Theon e Hermógenes, pois que a consolidação da memória remonta a textos antiquíssimos. Relacionaríamos os montes, rios, frutos, animais \dots com passagens do tópico I da *Retórica* aristotélica (HANSEN, 2006) e do que se convencionou chamar *Poética* aristotélica (WEINBERG, 1953) nos quais diz-se sobre a *doxa* e produção de verossimilhança. Estes enunciados, se pensados aristotelicamente, lidam com as probabilidades de enunciar certos assuntos para que não seja dito nada que possa ser representado como repugnante (PORFÍRIO, 1994). No que ficou conhecido de seus *Tópicos*, Aristóteles (1853) ensina como descobrir modos de dizer silogismos sobre qualquer matéria não a partir da *verdade*, mas de assertivas prováveis. É a partir destas leituras que vinculamos a descrição a um *novelo ou meada*<sup>35</sup>, pois que, sendo saber constituinte de diversas artes de produção de mundos, também o é enquanto ornato retórico para a produção de verossimilitudes das máquinas fingidas de mundo. A produção das verossimilhanças dos rios, montes, serras, animais etc. brasílicos podem ser rastreados a partir de diferentes técnicas e, por isso, é possível depreender um certo modo de fazer ou inventar rios, serras, montes, bichos, gentes e matos no

---

35 Como o uso que Deleuze diz que Foucault faz de dispositivos concretos: "A filosofia de Foucault muitas vezes se apresenta como uma análise de 'dispositivos' concretos. Mas o que é um dispositivo? Em primeiro lugar, é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam umas das outras. Cada uma está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores"

qual é aceitável fingir um tipo e outro sem variação de sua natureza, de sua essencialidade.

No século XVIII a impressão de livros históricos é promovida e divulgada pelas *Academias* que se instauram em toda península ibérica e seus terrenos ultramarinos (KANTOR, 2002), no entanto, são raras as preceptivas específicas para a história, sendo possível inferir aquilo que se pensava da história pela própria narrativa que se quer histórica, como, por exemplo, por seus textos preambulares. Na pesquisa que sigo construindo o maior desafio que enfrento é o de desvincular os enunciados sobre matérias brasileiras (que, muitas vezes, refiro como *tópicas*) tornando claro no texto seu caráter particular, único, irrepetível. Mesmo que inscreva os enunciados de Rocha Pita, Cardim, Gandavo, Soares, Vicente, Piso etc em 'sistemas', com o decorrer da pesquisa, foi ficando claro que esta junção era mais didática, pontual do que um 'dado e resultado' de pesquisa. Uso os termos *tópicas* e *enunciados* pois assim os agrupamentos são didáticos e tornam possível dizer o que foi dito sobre o *História*, como a linha do tempo que Bergson propõe em seu *Matéria e Memória*. Algumas vezes no texto é provável que esta confusão comum às generalizações da ciência esteja presente, embora tenha me esforçado para eliminar esta marca na sintaxe. Por isso Rocha Pita, Cardim, Soares, Piso e outros que seguirão citados no texto, embora se assemelhem, são ora atualizações, ora díspares, ora particulares.

### 1.2.3.MEMÓRIA SOCIAL E RETÓRICAS

Os discursos históricos são, neste sentido, máquinas de produzir mundos (*mundi descriptio*) verossímeis. A *Retórica a Herênio* (2005) indica que o orador "deve discorrer sobre coisas que o costume e as leis instituíram para o uso civil, mantendo o assentimento dos ouvintes até onde for possível (p.55)". Os gêneros de causas são distintos em três aspectos: demonstrativo, no qual destina-se ao elogio ou vitupério de determinada pessoa; deliberativo, que efetiva-se na discussão que inclui aconselhamento e desaconselhamento e judiciário, que contempla a controvérsia legal e comporta a acusação pública ou reclamação em juízo com defesa. Cada gênero de causa é adequado para

determinadas funções civis, embora no livro *Brutos ou o Orador* Cícero relembre que nenhum gênero é imaculado de outro. Algumas retóricas indicam que o discurso deve ter composto em conformidade com cinco aspectos que seriam habilidades a serem desenvolvidas pelo orador. São elas a *invenção*, ou descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornam a causa provável; a *disposição*, ou ordenação e distribuição das coisas descobertas; a *elocução*, ou acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção; *memória*, ou firme apreensão no ânimo das coisas das palavras e das disposições ; e a *pronúncia*, que é a moderação com encanto de voz, semblante e gesto. Tais ``partes" retóricas do discurso são alcançadas por *arte (ars)*, ou preceito que dá método e sistematização ao discurso<sup>36</sup>; *imitação*, ou o que nos estimula em método cuidadoso a que logremos ser semelhantes a outros no dizer; e *exercícios*, ou prática assídua e costume de discursos que melhora nos exercícios das virtudes. É curioso como, em certa medida, estas máquinas discursivas, sejam retóricas ou cosmográficas, participam também das *leis* da história, chegando até mesmo a se confundirem em alguns discursos, por exemplo:

A America Portugueza, em toscos, mas breves rasgos, busca os soberanos pés de Vossa Magestade, porque a obrigação, e amor a encaminhão da Monarchia Supremo, de quem reconhece o dominio, e recebe as Leys, e a quem com a mayor humildade consegra os votos, implorando a Real protecção de Vossa Magestade, porque ao Principe, que lhe rege o Império, pertence patrocinarlhe a Historia. Nella [na História] verá Vossa Magestade em grosseiro risco

---

36 Lembro aqui as Instituições Oratória de Quintiliano que é referido nas pesquisas contemporâneas como um texto onde há o uso de preceitos. As outras Retóricas, em geral, não são formulam preceitos (confundidos em alguns casos como regras) para serem utilizados nas produções ficcionais. Digo isso quando refiro o uso da palavra *preceitos* e *preceptivas* e as tentativas da teoria literária em fazer uso destas aparentes `normas' para validar os usos retóricos em seus `métodos' de análises narrativas. Ao ler odes, sonetos e até textos históricos podemos verificar que a Retórica existe ali naquele modo de constituir o discurso como uma doutrina, mas as regras de produção de semelhança que são explicitadas pelas Retóricas de Cícero ou de Aristóteles nem sempre coincidem com os enunciados, ao menos não como ciência (*scientia*) ou regra. O que quero dizer é que não há uma relação de *homologia* entre uma Retórica impressa na Itália e a produção bucólica italiana, por exemplo. Como não há relação de homologia entre o tratado de arquitetura do Felipo Terzzi e as descrições das Igrejas da Cidade da Bahia por Sebastião da Rocha Pita. São produções de engano, manhas descritivas, como direi em outra parte do texto. Outro ponto sobre esta questão são as discordâncias nas apropriações das Retóricas nos quinhentos, seiscentos e setecentos. Nem sempre as ordenações do juízo, definições de ornatos ou as classificações entre gêneros são coincidentes. Há aqueles que consideram as margens entre o laudatório, judiciário e deliberativo bem marcados e há aqueles que afirmam que os gêneros são permeados uns dos outros. Um bom estudo que considera estas questões, inclusive organizando uma genealogia da palavra *preceito* tal qual pensada por Quintiliano é o de Kristeller. No entanto, não há uma regra geral do ponto de vista das condutas. Um uso onde há a construção de uma poética e aplicação desta poética na produção da poesia é o livro de Mario Equicola (1568).

delineada a parte do Novo Mundo, que entre tantas do Orbe antigo, que comprehende o circulo da sua Coroa, ha a mayor da sua Monarchia. Naõ offerece a Vossa Magestade grandezas de outras Regioens, em que domina o seu poderoso Sceptro, tendo tantas que lhe tributar na do Brasil. Se o quadro parecer pequeno para a idéa tão grande, em certos circulos se figuraõ as immensas Zonas, e Esféras celestes; em estreito mappa se expoem as dilatadas porções da terra: huma só parte basta para representar a grandeza de hum corpo; hum só Simulacro para symbolizar as Monarchias do Mundo: faltarlhe-ha o pincel de Timantes, para em um dedomstrar hum Gigante; a intelligencia de Daniel para em huma Estatua explicar muitos Imperios; mas sobralhe a grandeza de Vossa Magestade, em cuja amplissima superior Esféra se estaõ as suas Provincias contemplando como Estrellas: só com ella pode desempenhar o livro, prenderá as folhas, se Vossa Magestade soltar os rayos, que elles allumiaraõ (com Reaes ventagens) mais ambitos dos que pretende illustrar a penna, existindo estes borrões só na forma, em que as luzes podem servir as trevas (PITA, 1730, p.3-4)

Dito amplamente, nos importava pensar a *estrutura retórica* da descrição no livro *História da América Portuguesa* e como algumas práticas e usos da história que consideram *“a boa ordem, e admirável disposição com que está composta, novidades, que refere, particulares que relata, elegância com que se adorna (p.15)”* perpassam, cruzam, interpenetram aqueles exemplos descritos nesta história impressa no século XVIII. A noção de *cultura*, de *nação*, outras vezes de *ideologia*, em outros momentos a noção de *sujeito* se infiltraram nas possibilidades de construção do que se conhece sobre o *História da América Portuguesa* a partir da História, da Literatura e das Ciências Sociais e alteraram a compreensão e os usos do livro, hoje um objeto patrimonial, o que chamaríamos de *lugar de memória* e esta categoria assume um lugar especial no campo da memória, pois por conta dela pode-se pensar o caráter interdisciplinar dos estudos mnemônicos<sup>37</sup>

---

37 Por ser um campo ainda em formação nesta universidade, julgamos necessário citar alguns estudos que tratam dos processos de formação desta categoria e de que modo ela foi apropriada principalmente pelas teorias da história e ciências sociais. Por exemplo, neste artigo: *“Nora's concept of “memory sites” is contained in the introduction, “Between History and Memory,” which appeared in English translation in Representations in 1989; his concept then migrated rapidly from its discipline (history) and place of origin (France) to other disciplines and areas, much as did Benedict Anderson's “imagined communities” around the same time. Nora took his title from Frances A. Yates's book The Art of Memory(1966), but his theme is not only different from Yates's-French national identity rather than religious experience-his definition of memory sites is also far more catholic: “The archives and the tricolor; libraries and festivals; dictionaries and the Pantheon; museums and the Arc de Triomphe; the DictionnaireLarousse and the Wall of the Federes (where defenders of the Paris Commune were massacred by the French Army in 1871)”. The collection also includes real people (Rene Descartes and Joan of Arc), mythic ones (the Good Soldier, Nicolas Chauvin), battles (Verdun), competitions (the Tour de France), and novels (Marcel Proust's Remembrance of ThingsPast).} Realms of Memory*



Em alguns casos, é comum considerar as espécies de persuasão a fim de provar alguma verdade com argumentos *fortes* e *necessários* expondo-os de modo a convencer e motivar a vontade e o entendimento daquele que recebe o discurso. Algumas vezes, supõe-se que a apresentação das verdades *fortes* e *necessárias* sejam não apenas provadas com argumentos *necessários* e *prováveis*, mas também com os *afetos*, *eloquência*, *pronúnciação* e *ações convenientes* ((CÍCERO),p.55). Nestes casos, tocam examinar as explicações de qualquer coisa de modo a prová-la *necessariamente* (ARISTÓTELES), valendo-se de tópicos para demonstrar as coisas prováveis por meio de conexões de termos que correspondem à verdade de cada assunto. Para provar uma *verdade* na História, poderíamos supor que ela seria louvada do determinado modo por um dos qualificadores do Santo Ofício:

He sem duvida, que aquella parte do Mundo contém prodigios, que excedendo aos hyperboles, não offendem a verdade, ley mais essencial para a Historia, do que os outros mais rigorosos preceitos, com que ella se deve compor. Este Author o faz em estylo tão elegante, que tem muito de Poetico, em que lhe acho companheiros de tão grande nota, como algum de eminentissimo character, e este será o motivo, porque concilie na mayor parte dos Leitores applauso, e louvor; porque entendo, que não será menos estimada esta Historia, do que outras, que vemos de semelhante estylo na nossa lingua, e na dos nossos visinhos, aonde tem bastante reputaçãõ (PITA, 1730, p.13).

As práticas de apresentação dos elementos da fauna e flora do Novo Mundo seguem uma *ordem* aparentemente semelhante à das retóricas. Percebemos nos textos históricos produzidos nos séculos XVI, XVII e XVIII emulação da *História Naturalia* de Plínio, o Velho e do *Historia Plantarum* de Teofrasto, obras autorizada com as descrições de paisagem, fauna, flora,

---

belongs to the genre known as *histoire des mentalités*, which grew out of the desire of French historians to free themselves from the Comtean determinism of nineteenth-century historical writings and the Marxist-inspired *Annales* without lapsing into the perceived elitism of the history of ideas. Nora characterizes his enterprise, which eschews the linearity of previous historical narratives, as a "history of the second degree". He defines it as "a history in multiple voices \dots less interested in causes than in effects; ... less interested in 'what actually happened' than in its perpetual re-use and misuse, its influence on successive presents; less interested in traditions than in the way in which traditions are constituted and passed on". As Nora rightly observes, his approach to studying "the past is far more prevalent and better developed in the United States than in France. The ruthless process of selection involved in condensing seven volumes into three gave Nora an opportunity to refine his ideas. Some of the articles deleted from} *Realms of Memory* are no doubt of limited interest to nonspecialists. This is probably the case with essays on various professions and administrative divisions." (TAI, 2001, p.907-908).

mantimentos e outras coisas que se tornam tópicos nos relatos do Novo Mundo, de acordo com verossímeis reconhecíveis pelos leitores europeus. Procurávamos, então, compreender a *descriptio* como um dispositivo e tínhamos a intenção *rigorosa* de rastrear *novelos ou meadas da descrição* a partir de enunciados que poderiam ser "*verificados ou infirmados por procedimentos científicos*"(FOUCAULT, 1979)". Um dos pontos de adequação entre a pesquisa no campo da memória e compreensão das práticas letradas de representação é o rastreamento dos regimes das ciências (ou artes) que estão supostos na composição das histórias no século XVIII (por exemplo, os regimes poéticos, gramáticos, corográficos %inserir outros próprios para a história ). Falamos isso a partir das recorrências destas matérias em escritas históricas. Por exemplo:

Por este mesmo motivo, entre os modernos, muitos príncipes cristãos foram assaz superiores aos mais poderosos que eles e quase se elevaram acima dos mortais, reunindo sempre ao poder o cultivo do espírito e orientando-se em tudo para o alto, para a sua e alheia salvação. Sem dúvida foi por isso que Deus, doador de todas as coisas, ensinou aos homens tantas ciências e artes e os proveu de engenho, sabedoria e prudência (PISO, 1648, p.5)

A escrita da história por Sebastião da Rocha Pita, membro da Academia dos Esquecidos, deriva de uma relação entre os argumentos feita com arte, com regras e método, com cuja observação se produzem obras úteis, agradáveis e necessárias à República, diferenciando-se, assim, da ciência, cujos princípios consistem em demonstrações. No XVIII, a história é associada a uma descrição das coisas "*tais quais elas foram*", por meio de uma narração continuada e "*verdadeira*" dos sucessos mais memoráveis e ações mais célebres dos agentes "*melhores do que nós*". A história, assim, dá forma a vida política dos príncipes, reis, duques, condes, governadores e todos os membros participantes do corpo do estado e edifica a espiritual por meio da perpetuação da memória dos agentes. Fundamentalmente, o modelo de escrita de história no XVIII atribui um caráter exemplar à própria história, geradora de exemplos úteis para o presente e o futuro, passando, assim, a se configurar numa marcha linear e progressiva, integrando passado, presente e futuro. Mantendo a fórmula de Cícero, uma das concepções sobre a história é no XVIII é a que a legitima como mestra da vida (*magistra vitae*), garantindo, através de

exemplos tomados do passado as melhores decisões a serem tomadas no próprio presente e das quais dependem as orientações futuras (KOSELLECK, 2006). A palavra, no XVIII, deriva do grego, (*isimi*), que quer dizer 'eu sei', e vale tanto como indagação de coisas curiosas como para a narração de coisas memoráveis, que tem acontecido em algum lugar, em certo tempo e com certas pessoas e nações, sendo, por isso, associada à memória pública (*rerum veterum memoria, rerum veterum ou temporum monumenta ou rerum gestarum monumenta*), já que na história perseveram as memórias do passado. Segundo os lugares históricos, sobretudo os de Cícero, a escrita da história nos séculos XVI, XVII e XVIII atribui um caráter exemplar à própria narrativa histórica. Neste sentido, uma das finalidades primordiais da *história* seria fornecer exemplos de virtudes e vícios, úteis em qualquer tempo presente para a concórdia da *civitas*, ou do corpo político do Estado. Numa famosa passagem do *De Oratore*, Cícero diz ser a história testemunha do tempo, luz da verdade, a vida da memória, a Mestra da Vida, e a mensageira da antiguidade (*testis temporum, Lux veritatis, vita Memoriae, Magistra vitae, Nuntia Vetustatis Historia dicitur*). Não só no louvor da própria *história* podemos encontrar esta tópica. Comum na composição de diversas *histórias*, o *historia magistra vitae* entre outras coisas produz o efeito ilusório do *referente* no texto que enuncia ao atualizar analogicamente os agentes referendados. Para compreender esta "atualização", citaremos como exemplo o *locus do clima ameno* das terras brasílicas e o julgamento que os antigos desta terra faziam. Diz o Guilermo Piso

Se mais acuradamente se atentar nesta admirável e contraditória variedade da natureza e noutras deste teor, verificar-se-á por certo que os antigos mencionaram erradamente muitas coisas acerca do círculo equinocial e da zona tórrida. Ao contrário do que Aristóteles, Plínio e outros julgaram, não somente este clima é habitável, mas os orvalhos perpétuos e as chuvas e as brisas agradáveis do mar o fazem temperado e fértil por toda parte, enquanto oportunamente dissipam os vapores matutinos e os nevoeiros, temperam o calor meridional, fazendo brilhar os sóis, límpidos e esplendorosos (PISO, 1648, 33-34).

Os mesmos lugares são louvados por Gandavo, no capítulo em que se *descreve o sítio e qualidades desta província*:

O ser ela tão salutífera e livre de enfermidades, procede dos ventos que geralmente cursam nela; os quais são Nordeste e Suis, e

algumas vezes Lestes e Lestes--Oestes. E como todos estes procedam da parte do mar, vêm tão puros e coados, que não somente não danam; mas recreiam e acrescentam a vida do homem. A viração destes ventos entra ao meio dia pouco mais ou menos, e dura até de madrugada; então cessa por causa dos vapores da terra que o apagam. E, quando amanhece as mais das vezes está o céu todo coberto de nuvens, e assim as mais das manhãs chove nestas partes, e fica a terra toda coberta de nevoa, por respeito de ter muitos arvoredos que chamam a si todos estes humores. E neste intervalo sopra um vento brando que na terra se gera, até que o sol com seus raios o acalma, e entrando o vento do mar acostumado, torna o dia claro e sereno, e faz ficar a terra limpa e desimpedida de todas estas exalações (GANDAVO, 2006, p.17)

Isidoro de Sevilha, que preside o Conselho de Toledo que por largo tempo fundamenta as razões da Igreja Católica, diz que a história, em grego, deriva de *historeîn* que significa `ver' ou `conhecer'. Daí, a história conhecida deveria ter sido também *testemunhada* (PINTO, 2008, p.394):

De fato, é melhor depreendermos as coisas que acontecem pelos nossos próprios olhos do que reuni-las de ouvir falar. Com efeito, aquilo que se vê, é narrado sem mentira. Esta disciplina está ligada à Gramática, pois tudo aquilo que é digno de memória é confiado às letras. Por isso, porém, histórias são ditas monumentos, pelo fato de que consagram a memória dos feitos (p.394).

Para isso, líamos em cosmografias, em especial nas de Pedro Apiano e Pedro Nunes (que nos interessa particularmente por ser lusitana), que a descrição é referida como demonstração (*demonstratio*) dos particulares de cada arte de inventar mundos (geografias, hidrografias, corografias, topografias). Este texto observa em algumas medidas as condições da *Retórica* enquanto disciplina principalmente a partir do final do XVIII, no qual ela ``só pode ocupar o lugar de uma memória, uma prática anacrônica e ritualizada ou uma empoeirada especialização acadêmica (WELLBERRY, 1998,p.29)" , mas nem por isso generaliza a retoricidade dos saberes ``retórica generalizada que penetra nos mais profundos níveis da experiência humana" (p.31). Para exumar a retórica no livro *História da América Portuguesa* considera-se por um lado o próprio texto e sua disposição a partir de atualizações das *Retóricas* nas quais estão supostas um uso particular destinado a determinado ``auditório (MINTURNO, 1748)". Por outro lado, desejávamos por em jogo também a historicidade daquele regime de palavras: prováveis usos e práticas da *descriptio*, deslocamentos da semântica da descrição e suas diversas

atualizações (*pragmatographia, ethopeia, hydrographia, prosopographia...*) e sua relação com outros saberes (jurídicos, regimentais, por exemplo). A fim de compreender como a máquina retórica funciona na composição do livro de Rocha Pita em alguns momentos pensava ser possível e necessário enunciar certos usos públicos de orações arrazoadas por certas doutrinas textuais a fim de ensinar e deleitar ao mesmo tempo em que move e persuade a vontade dos ouvintes (ou leitores) a crer no que se é dito. Por efeito retórico é comum nas doutrinas ciceronianas e aristotélicas que circularam na península Ibérica dizer mais ou menos assim (ALCAÇAR, s.d.):

Para hablar y escribir em qualquier genero de causa se requiere principalmente q aya invencion juntamente com memoria para disponer e ordenar la question, dando a cada cosa su conveniente lugar, declarada cõ palabras proprias e usadas, dichas e pronunciadas com meneos y affectos necesarios, segun la causa demandara, las quales cosas referidas a tres partes de la Retorica se llaman, invencion, disposicion, y eloqucion (HIGUERA, 1-2).

Nestes modos de escrita da história é admissível que o método seja breve, o estilo claro e, para atingir a clareza, algumas vezes decline para o grosseiro (ARGOTE, 1725, p.XIX), como diz uma certa aprovação de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença que figura no livro de Rocha Pita:

Algun reparo se poderá fazer na miudeza, com que em historia taõ succinta relata alguns successos mais dignos de horror, e silencio, que de memoria, mas naõ fazer delles menção, seria diminuir a gloria dos leaes, encobriendo a infamia dos traidores contra as severas leys da historia.

Esta prática é comum para as ocupações da República, pois ensina os assuntos dignos de memória para homens fidalgos\cite[p.xx]{argote. Dito de outro modo, os vestígios das *Retóricas* são objetos-suportes da memória-símbolo que dão razão às mnemotécnicas de produção de discursos. Estes repositórios que dão suporte em grupos humanos aos fundos das individuações psíquicas e coletivas condicionam a individuação<sup>38</sup> como compartilhamento simbólico que possibilita a exteriorização da experiência

---

38 Por isso, aqui, o autor é mais uma *função*. Sobre uma abordagem extensiva deste uso nas literaturas e suas teorias, ver: HANSEN, 1992, p.11-43 e FOUCAULT, 2006

individual através dos vestígios da memória de dado grupo<sup>39</sup>. Para a compreensão destas práticas letradas de produção de textos ficcionais recuperamos doutrinas que tratam do corpo humano e as relações analógicas entre os demais seres. Estes esquemas - que chamamos de *estrutura* pois presente em muitas doutrinas - reduziu-se nos esquemas interpretativos das ciências humanas à fórmula que ficou conhecida como '*O homem é a medida de todas as coisas*'. A partir deste senso comum sobre as humanidades e sobre a constituição do 'homem moderno' fomos compreendendo a constituição das *descrições* em narrativas que reverberam, inclusive, em narrativas contemporâneas. O desenvolvimento deste mote que constitui-se posteriormente como um *senso comum* para as interpretações das artes (*scientia*) setecentistas levou o século XIX a atribuir a sistemas de artes noções como 'humanismo' e 'era moderna' a interpretações do mundo como as fitognomias de Della Porta ou as fisiognomias de Aldrovandi que são atualizadas nas descrições do Novo Mundo tal proposta por Rocha Pita e outras históricas. No livro *A palavra e as coisas* Foucault diz assim destes sistemas:

Até Aldrovandi, a História era o tecido inextricável e perfeitamente unitário daquilo que se vê das coisas e de todos os signos que foram nelas descobertos ou nelas depositados: fazer a história de uma planta ou de um animal era tanto dizer quais são seus elementos ou seus órgãos, quanto as semelhanças que se lhe podem encontrar, as virtudes que se lhe atribuem, as lendas e as histórias com que se misturou, os brasões onde figura, os medicamentos que se fabricam com sua substância, os alimentos que ele fornece, o que os antigos relatam dele, o que os viajantes dele podem dizer. A história de um ser vivo era esse ser mesmo, no interior de toda a rede semântica que o ligava ao mundo. A divisão para nós evidente entre o que vemos, o que os outros observaram e transmitiram, a grande tripartição, aparentemente tão simples e tão imediata, entre a *Observação*, o *Documento* e a *Fábula* não existia. E não porque a ciência hesitasse entre uma vocação racional e todo um peso de tradição ingênua, mas por uma razão bem mais precisa e bem mais constringente é que os signos faziam parte das coisas, ao passo que no século XVII eles se tornam modos de representação (FOUCAULT, 1987,p.143).

Como se vê, não é a tãa que a tanto a *Cosmografia* quanto a *História* participam de sistemas onde se diz das coisas todas do mundo. Como

---

39 Memória, aqui, como o que Foucault chama de *arquivo* e de *contra-memória* (FOUCAULT, 1977). A reiteração da legibilidade de *História da América Portuguesa* é fragmentária, ruína, vestígio.

dissertação, este texto se propõe a tratar de um assunto local, no caso o História da América Portuguesa, mas nem por isso este `em torno' deve ser desconsiderado. Os desdobramentos interpretativos implicados nos apagamentos das Retóricas a partir de meados do século XVIII e as interpretações das ciências que inscrevem os saberes no corpo do homem deixaram como rastro esquecimentos profundos e marcas na consecução da invenção do que seja uma brasilidade. Daí, se pensado como um objeto da Memória, estas vertentes da ciência no século XIX sugerem por um lado a negação da retoricização do saber e por outro a marca do saber no Corpo e geram como efeito a) o aparente apagamento das marcas retóricas por um discurso que nega os usos retóricos substituindo-o por palavras que acusam usos regrados, vituperando este saber sem saber que o faz pelos usos retóricos e b) o saber no corpo abre a possibilidade de novas e múltiplas individuações (e da consolidação do Indivíduo) e c) esta noção de Indivíduo transfere a noção de uso coletivo do saber para as habilidade e potências de cada Ser (e eis que surge o autor e a autoria (FONTIUS,2002)).

Deste último uso, a recepção oitocentista de Rocha Pita, ou o saber constituído como uma execução corporal sob a permanência de doutrinas setecentistas, atribui ao Acadêmico Vago adjetivos que são imputados à sua *pessoa-indivíduo* e não à sua *persona* ficcional.

#### **1.2.4. MEMÓRIA SOCIAL E AUTORIDADE (auctoritates)**

Em projeto apresentado ao programa partíamos de autoridades (*auctoritates*) (FOUCAULT, SORABJI, HANSEN, 2002) que compreendíamos aproximadamente como o texto *A Tradição clássica* de Léon Kossovitch (2006) sugeria:

Com lacunas e sem rigidez linear, esta história de contribuições e artifícios não configura unidade alguma que reivindique o classicismo como tradição. Esta, só transmissiva enquanto de autores e contributos em Plínio ou Vasari, não pode acenar com um classicismo simplesmente porque o estilo e a iconografia que o caracterizam são anacrônicos como duas positivities da erudição neo-idealista do século XX. O clássico nem como jogo de diferenças se configura nos autores gregos e romanos, tão só nos modernos, que opõe a tradição clássica a outras tradições, como a maneirista, que Curtius fez remontar à Antiguidade, ou a barroca, que circula por toda a história

em Wöfflin ou, ainda mais, em D'Ors. Trata-se, aqui, de tradições propostas, não só devido à longa duração de sua vigência, como também à transmissão e recepção, noções que apagam a autoria e a contribuição; como repetições, podem apresentar-se como cíclicas nos autores referidos, uma vez que se configuram como pacotes estilísticos produzidos pela história da arte oitocentista-novecentista com suas classes classificadas lançadas na temporalidade das cronologias (p.2)

Pensar a escrita de *História da América Portuguesa* a partir de *matrizes antigas* nos auxilia a pensar estas formas de produções de narrativas históricas no século XVIII e que deram corpo às ciências no século XIX. Ao princípio desta pesquisa acreditávamos que ao nomear os equinócios, meridianos, os diferentes ventos ..., o *auctor*<sup>40</sup> da *História da América Portuguesa*, *História da província Sancta Cruz* e de outras históricas o fizesse em emulação a Plínio, o Velho, talvez sua principal *autoridade*, ou *modelo antigo*<sup>41</sup>. Na *Historia naturalia* (II, 46), designam-se os diferentes pontos do compasso dos quais os ventos provêm, nomeando-os de acordo com os pontos de onde se levantam e onde se deitam, nos diferentes períodos do ano. Na construção do discurso histórico em *História da América Portuguesa*, que pertence ao gênero demonstrativo da retórica, as tópicos do lugar ameno cumprem a função de louvar o monarca senhor daquele domínio por meio da amplificação das qualidades dos ventos, rios, lagos etc. Menandro (MENANDRO, 1981), por exemplo, prescreve que o louvor da natureza deve considerar se é montanhosa ou não a formação das rochas, se é árido ou encharcado, se é fértil ou menos fértil, e assim por diante. Para cada uma das qualidades louváveis, ou de seus contrários, Menandro apresenta um

40 Por *auctor* e *auctoritas*, Hansen (1992) esquematiza três usos até a década de 80 do século passado. A primeira como *autor-defunto* que marca a ausência da origem, logo do sujeito consciente que mantém relação direta com a obra e que é substituído por termos como *escritura* e por seus códigos "que se pensam intransitivamente nas operações dos discursos, postos a falar como máquinas" (p.14), a *função-autor*, de Michel Foucault que constitui uma "relação histórica, específica e descontínua, de um nome próprio de um autor e um discurso" (p.15) e o *autor-contradição* do marxismo que ao constituir o objeto constitui o próprio autor numa relação de produção. Para este uso, o termo *auctor* refere a práticas do discurso "como modelos anônimos mediatizados por categorias da Retórica, bem como sua reatualização como *auctoritas patristico-escolástica da hermenêutica bíblica, análoga da concepção teológica do tempo, como tipologia ou figuração profética da eternidade*" (p.15).

41 Seguíamos para mais ou para menos a proposta de "Tradição clássica" de León Kossovitch: "Com os contributos e os autores escreve-se um gênero de narração, como o da pintura na história da natureza de Plínio, o Velho. Relacionada com a parte dedicada aos usos da natureza, a história da pintura não, contudo, progressista, não seguindo o modelo das séries na parte que trata de contribuições e pintores. A sucessão de ambos, entretanto, não obedece a uma ordem rigidamente cronológica, abrindo-se, antes, um campo dedinante na arte, que por um tempo quase desaparece: é o segmento mais rarefeito em Plínio e o mais baixo em Vidas de Giorgio Vasari (p.2)"



argumento que deve produzir persuasão no louvor. Neste sentido, mesmo as paisagens mais áridas e pedregosas, e mais desertas do convívio humano, devem ser louvadas, por exemplo, pelas propícias condições para o exercício da filosofia e do desengano. Estes preceitos podem ser reconhecidos em Gandavo, Piso, Cardim, Soares ou Rocha Pita quando principiam a descrição da capitania de Pernambuco, por exemplo, indicando o fundador da cidade e a posição geográfica, procedimentos prescritos no *Rhetor* de Menandro, que indica que deve ser louvado o fundador, sua origem, sua posição em relação à terra etc. Se a origem da fundação da cidade for de uma causa colonizadora, deve-se louvar a grande e famosa cidade dos que estabeleceram a nova ou então o modo grandioso pelo qual a cidade foi construída, num espírito de amizade, não como efeito de uma revolução ou guerra. O louvor da cidade servia ainda para evidenciar os seus atributos: conhecimento astrológico, sistema político, artes, habilidades e ações. Neste sentido, a descrição segue preceitos da *cosmografia* (*descriptio tēporis, mundi descriptio*) pois que a terra está em relação de confrontação com a sua posição no céu e, com isso, em relação de analogia (ou metafórica) com a extensão do domínio luso. Política, retórica, teologia e jurisdição estão, portanto, implicados na construção da *descriptio* do novo mundo e estas descrições são construídas em relações analógicas (em alguns casos, homólogas) com os objetos da fauna e flora mediterrâneas que se têm por referente. Um breve percurso de leitura para articular estas categorias *lógicas* aos procedimentos das descrições - e, logo, da formação do *conceito* e da *definição imperfeita* - seria aquele que partiria do *De inventione* de Cícero e demais tratados retóricos que tratam da *invenção* das matérias. Na Dedicatória ao Sereníssimo e Poderosíssimo Príncipe e Senhor Dom Frederio Guilherme, diz Guilherme Piso:

É a *História Natural* matéria muito nobre, pois está compreendida nos mesmos limites que este universo. Nisto julgo residir a grandeza da obra que aos seus ombros impõe os que empreendem descrevê-la à posteridade. Fê-lo outrora, e com tão feliz sucesso quão estupenda ousadia, Plínio o Velho. Te-la-ia levado a cabo? Certamente não o pôde. Não por se cansar a grandeza do seu ânimo, com que teria forças para abarcar facilmente o outro mundo, mas por lhe faltar a matéria dos assuntos (p.3).

O argumento prossegue dando as razões que levaram Plínio a não concluir sua obra. *Histórias* que circularam no seiscentos e setecentos tributam a *“pouca observação e conhecimento”* dos assuntos das Índias oriental e ocidental às guerras em terra e às espécies de número incontável, sendo, por isso, apresentadas logicamente a cada novo enunciado novas espécies a se adicionar aos conhecimentos antigos. Estes *lugares* são repostos em narrativas históricas, como por exemplo em Rocha Pita quando produz o seguinte reparo louvando as terras da América portuguesa: *“posto que por ficar debaixo da Torrida Zona, o desacreditassem, e dessem por inhabitável Aristoteles, Plinio e Cicero, e com Gentios os Padres da Igreja Santo Agostinho, e Beda, que a terem experiencia deste feliz Orbe, seria famoso assumpto das suas elevadas pennas, aonde a minha recea voar, posto que o amor da Patria me da azas, e a grandeza me dilate a esféra (p.28-29)”*. *Inopem me copia fecit*.

Também o termo *“memória autorizada”* utilizado por João Adolfo Hansen em textos para elucidar práticas de representação de matérias brasileiras nos séculos XVI, XVII e XVIII seria, aqui, pertinente pois de muitos modos auxilia a compreender estas práticas sem as confundir com *“memória social”* como pensada por Fentress & Wickham (s.d.) ou *“memória coletiva”* tal qual proposta por Halbwachs (2006). Por *“memória autorizada”* é dito de um certo sistema de escrita e acumulação de textos no qual as *auctoritates* são constituídas e constituintes do saber daquele livro (SORABJI) e que podem ser exemplificados pelo livro Espanha Sagrada, também pela Bíblia, pelos textos de Homero, Platão ou Aristóteles ... O termo *memória autorizada* supõe *modelos, autoridades* que são recuperados numa *memória social*<sup>42</sup> que aceita como circulação de seu saber a acumulação e reprodução de suas

---

42 Para a construção da noção deste conceito e em que medida ele se afasta do conceito *memória coletiva*, sugerimos a leitura de *cite{fentress}*. É sabido, no entanto, que mesmo o termo *memória social* requer cuidados e uma reflexão precisa. Ver, por exemplo : *cite{boyarin}*; *cite{hannerz}*; *cite{tosh}*; *cite{kiernan}*; *cite{tonkin}*. Ainda hoje muitos estudos de excelência no campo da memória partem de estruturas individuais (alguns, inclusive, têm um certo teor autobiográfico) e se desenvolvem a partir da vinculação destas estruturas mnemônicas individuais a outros dispositivos que circundam aquele modo de dizer a vida. Obviamente, este aqui não é o caso, mas não poderia me furtar do *“dever científico”* de promover alguns deles: *cite{halbwachs}*; *cite{bartlett}*; *cite{bartlett2}*; *cite{may}*; *cite{frisch}*; *cite{zimmer}*. Aproveito em nota para agradecer ao programa *Memória: Linguagem e Sociedade* por disponibilizar o acesso à rede e por manter na própria universidade uma estrutura que possibilitasse a leitura contínua e tranquila dos textos. Boa parte dos artigos lidos nesta dissertação foram publicados em revistas disponibilizadas online pelo site *JStor* e, caso interesse ao leitor, eles podem ser buscados pelo acesso à Plataforma Capes. Agradeço, também, à Jorge Sallum por ter me fornecido acesso ao *JStor* quando ainda não estava inscrita no programa. }

autoridades. Para esta pesquisa, levantamos questões comuns entre as doutrinas morais, políticas, poéticas, retóricas ... que estão implicadas na composição das *Histórias*, e que também contribuem para a construção do que se entende da história no século de impressão do livro de Rocha Pita. Esta articulação entre diversas tratadísticas e diversas autoridades para compreender a história é necessária pois é um lugar recorrente nas escritas das histórias esta justaposição de *auctoritates*, como segue exemplificada pela *aprovação* de Antonio Caetano de Souza para o livro *História da América Portuguesa* que diz que ``Por diferentes meyo conciliaõ os Authores a aura popular com que os seus livros são estimados (p.13)'. A pergunta essencial é: é possível que a história impressa por Joseph Antonio da Sylva tira do esquecimento lugares latinos, gregos, ...? Já que sabemos que tais doutrinas não equivalem à História, ela de fato exuma estes lugares ``comuns? Em prólogo a uma impressão do *Discurso sobre a História* do Luciano de Samósata (1771), José de Oliveira diz assim:

Nenhuma cousa parece ter maior dificuldade, do que o falar dos preceitos sólidos sobre o escrever História; porque se em qualquer obra de letras o Escriitor quasi está obrigado a seguir aquelle estylo, que está mais em uso no seu seculo, a grande differença, que ha nas Histórias antigas, e modernas, basta para nos fazer duvidar qual seja o modello, que se deva escolher para imitação. Porém he certo, que se cada hum, que escrever Historia, formar o seu character sobre aquelles Antigos, que escrevendo em seculos taõ posteriores, agradaraõ sempre a todas as Nações, poderá conseguir aquella sublimidade, sciencias, pureza, e simplicidade, que nelles se admira, e que sem dúvida saberemos approvar, se ouvirmos os mais célebres Críticos, que sobre huns, e outros nos dão os preceitos, assim para nos apossarmos de hum sólido juízo, e delicado, como também para escrevermos como elles.

Como esta ``sobreposição" de saberes podem constituir um saber específico sobre o Império lusitano? Estas construções de verossimilhança ainda deixam vestígios no que constituímos como lugares de memórias? Reconstituir parcialmente preceitos de doutrinas vigentes no período de impressão dos livros a partir do rastreamento dos incontáveis caminhos na composição de histórias no século XVIII é um modo de delimitar o objeto: mais um dos diversos modos que existem de como ele pode ser tratado hoje.

Compreendemos pelas Retóricas, Poéticas, tratados históricos, etc. como ``se pode inventar mais adequada norma para ordenar ou instituir (PISO,

p.29)" a produção de mundos verossímeis, partindo das definições (*definitio* em seu sentido e uso retórico a partir de sua atualização latina) de cada coisa pela "descrição das coisas com as quais o homem costuma viver (p.30)." Neste sistema de produção do mundo para o que há abaixo do Sol *deve-se* considerar *regras* determinadas por uma erudição que mescla nesta ordem Aristóteles, Marco Polo, Hipócrates, Sêneca, Virgílio, Salomão e muitos outros de difícil reconstituição. Classificar as representações literárias em lírica, epopéia e tragédia - para citar apenas uma das formas de classificação - corresponde à interpretação dos gêneros mais corrente e generalizada vinculada aos românticos e aos hegelianos e estes, por sua vez, atrelados a idéias provenientes de antiquários do século XVIII (HANSEN,2006). A aplicação hoje desta "fórmula" hegeliana a textos que estão historicamente distantes de nós - como, por exemplo, as Poéticas impressas ao longo do século XVI - com modos de saber e produção específicos transliterando as formas desta representação às formas de representação posteriores à "fundação da filosofia da arte", ignorando que a "alteridade" contém em si o pressuposto de que o Outro também pensa a si mesmo sob outros parâmetros, pode escamotear e diluir a produção de artes ou qualquer outro tipo de produção desde que humana e ratificar a exclusão de diversas formas de pensar que legitimavam modos de existência diversos do que se conhece posteriores ao XVIII. Hansen (2006) discorre sobre o uso destas categorias de gênero e atribuições às "escolas" literárias aplicadas ao uso do *Barroco* como uma "constante universal do espírito", e rastreia o percurso desta apropriação dos gêneros proposta pela constituição da história literária e como elas passam a existir positivamente nos textos impressos no século XVI a partir da obra *Renascimento e Barroco* de Wöfflin:

Desde que Wöfflin usou o termo como categoria estética positiva, a extensão dos cinco esquemas constitutivos de "barroco" - pictórico, visão em profundidade, forma aberta, unificação das partes a um todo, clareza relativa - passou a ser ampliada, aplicando-se analogicamente a outras artes do século XVII, como as belas letras, apropriadas como "literatura barroca" em programas modernistas e estudos de tropos e figuras feitos segundo a conceituação romântica de retórica como estilística restrita à elocução psicologicamente subjetivada, para em seguida classificar e unificar as políticas, as economias, as populações, as culturas, as "mentalidades" e, finalmente, sociedades européias

do século XVII, principalmente as ibéricas contra-reformadas, com suas colônias americanas, na forma de essências: "o homem barroco", "a cultura barroca", "a sociedade barroca"(p.18).

Sobre estes modelos e autoridades para a produção de máquinas de mundo, cito, aqui, o que Hansen diz:

Como tradições de autoridades poéticas, filosóficas e históricas de extensão e duração diversas, algumas dessas estruturas são antiqüíssimas, como o grande bloco greco-latino ou as doutrinas e a poesia gregas e latinas da arte como mimese: a doutrina aristotélica da épica exposta na Poética; a doutrina da reminiscência de Platão e Plotino; a doutrina do sublime de Longino e Hermógenes; as epopéias de Homero, a bucólica de Teócrito, a épica de Virgílio, a ode de Horácio, a elegia erótica de Ovídio etc. Outras, mais recentes, datam do século XV, como o platonismo reciclado por Marsilio Ficino, Pico della Mirandola, Cristóforo Landino e Angelo Poliziano na academia florentina de Careggi. Muitas datam dos séculos XII e XIII, como a poesia da coyta e do amor cortês dos trovadores galego-portugueses e provençais; e o "doce estilo novo" italiano, mescla de língua vulgar, formas poéticas e culto da Antigüidade, exercitado nos anos iniciais do século XVI por poetas portugueses, como Sá de Miranda e Antônio Ferreira, que imitam o soneto e a canção de Petrarca, o terceto de Dante, a elegia e os capítulos de Bembo, as éclogas de Sannazzaro, a oitava rima de Poliziano, Bocaccio e Ariosto (p.19).

### 1.2.5. MEMÓRIA E ARTIFÍCIO

Isso tudo, no entanto, só seria possível se primeiro compreendêssemos o que é o artifício da descrição. Ao princípio da pesquisa, por artifício (*artificium*) compreendia a produção de semelhança segundo alguns preceitos e regras especificadas por cada *arte*. Por exemplo, o fazer de um escultor possui um artifício próprio, assim como o fazer de um costureiro possui regras específicas, e assim por diante<sup>43</sup>. Daí partimos para análises que

---

43 Como nos lembra Pierre Vernant a *technè* grega corresponde a um fazer com arte e artifício (*tecné*) seguindo certos procedimentos e regras determinadas de "fabricação" que resultam na produção de objetos discursos, etc. belos ou utilitários. Vernant ainda sugere que estes objetos podem ser materiais, resultantes das artes mecânicas (pintura, arquitetura, escultura, vestimenta, agricultura etc.) ou intelectuais, aqueles produzidos pelas artes liberais do trívio (dialética, gramática, retórica) e do quadrívio (aritmética, astronomia, geometria, música). Mesmo que saibamos hoje não ser possível delimitar os sistemas de arte entre os "gregos" (cite{sorabji}), prosseguiremos no caminho de Vernant para quem, os gregos, dotados de "um verdadeiro pensamento técnico", entendiam a produção humana em um sentido fundamentalmente "instrumentalista". Para Vernant, os "technai" sendo assimilados a um conjunto de "regras do ofício", a um "saber prático adquirido pelo

considerassem o caso específico das práticas de produção de discursos no XVIII, nos quais para a produção de semelhança da matéria o orador (poeta, historiador etc.) faz uso de uma memória autorizada, dos mecanismos da memória artificial e de um conjunto de práticas e técnicas mnemônicas (YATES, 2007; POST)<sup>44</sup> para a produção de *enunciados* que auxiliam o artífice (*inventor, artifex*) na composição dos conceitos artificiosos. Metaforicamente, no XVIII, se toma o artifício por fingimento, cautela, astúcia, destreza, dissimulação, invenção. É conhecida a tópica da fundação da memória por Simônides (p.357) e Yates a relata contando como uma disposição ordenada dos elementos do discurso em uma arquitetura é essencial a uma boa memória. "Boa" memória, neste sentido, seria uma demonstração (*demonstratio*) dos discursos a partir dos principais *loci*. Em Quintiliano, por

---

aprendizado" e visavam exclusivamente à eficácia e à produtividade. Para Vernant, a noção de *technè* na Grécia é uma categoria intermediária do fazer: apesar de liberta das esferas do mágico e do religioso da época arcaica, Vernant indica que ela não se circunscreve completamente no domínio de ciência tal qual a definirá os modernos. Há, portanto, uma reflexão sobre a técnica entre os gregos e sobre como saber-fazer. Pierre Vernant constata com isso que as *technai* se aplicavam essencialmente ao mundo da agricultura, do artesanato, da mecânica, da linguagem (a poética aristotélica e a retórica sofística, por exemplo). Para Vernant, a *technè* remete à idéia de um instrumento ao qual o homem recorre para lutar contra uma potência superior, para assim dominar uma *physis* (força) que lhe escaparia sem tal instrumento e que, uma vez controlada e canalizada para seus fins, lhe permite ultrapassar certos limites. Daí a importância do modelo da *technè rhèthorikè* do sofista (domínio dos procedimentos argumentativos na disputa oratória para vencer o adversário voltando contra ele sua própria força do discurso) (Sobre estes assuntos, ver: VERNANT, 1971). A memória para Vernant (VERNANT, 1972) em muito supõe a presença do Espírito (*Geist*) no qual "o fenômeno exterior é assim traduzido na representação interior" (HEGEL, 1995, p.12). É importante conhecer os modos como Vernant falou desta "psicologia dos gregos", pois que este desenvolvimento nos auxilia a pensar o que Foucault chamou de "técnicas de si" e práticas mnemônicas quando trata de saberes semelhantes em seu livro *Hermenêutica do Sujeito*. Lembro, aqui, uma passagem nos excelentes volumes de Richard Sorabji no qual escolhe-se um dos poucos monumentos em gravura representando possíveis estudantes na Academia aristotélica (possivelmente quando lá lecionava Amônio). Antes de se questionar sobre os processos que levaram aqueles "determinados" alunos a assumirem a postura em aula representada na gravura ou antes de determinar naquela gravura uma prática acadêmica, Sorabji se propõe a discutir a formação dos comentadores daqueles escólios.

44 . Farei breves considerações sobre estas práticas mnemônicas que Yates estuda e que Foucault chamou de "técnicas de si" (FOUCAULT, 1999)". No livro, Yates (YATES, 2007) estuda práticas consagradas principalmente pela circulação dos comentários ciceroneanos nos séculos XI ao XVI e parte-se do pressuposto de que destas técnicas mnemônicas sobrevivem no século XX apenas fragmentos, vestígios, indícios. Para propor a problemática de sua investigação, Yates inicia com uma anedota sobre um determinado professor que causava espanto ao citar em ordem 73 palavras ditas aleatoriamente em grupo reunido por ocasião e ela relata que, talvez, para nós estes casos espantosos de rara acuidade da memória sejam os vestígios, rastros de um conhecimento talvez mais amplo e, hoje, perdido. É curioso que uma obra de largo alcance entre a comunidade científica com o sentimento de não ser científica e que, para conquistar seu lugar, construir os argumentos que constituiriam a sua aporia.

exemplo, a formação das imagens seria relacionada à arquitetura para a composição do louvor das armas<sup>45</sup>. Esta *ars memorativa* que Yates estuda em muito se perdeu (p.20-21) e, hoje, os estudos sobre a memória são vinculados a situações de confronto, relembração, comemoração, esquecimentos (SANTOS).

Simônides (ou quem quer que tenha descoberto a arte da memória) percebeu de modo sagaz que as imagens das coisas que melhor se fixam em nossa mente são aquelas que foram transmitidas pelos sentidos, e que, de todos os sentidos, o mais sutil é o da visão e, conseqüentemente, as percepções recebidas pelos ouvidos ou concebidas pelo pensamento podem ser mais bem retidas se forem também transmitidas a nossas mentes por meio dos olhos (p.357).

Para Yates (p.20), aqui, Cícero enfatizava que *“... a invenção da arte da memória por Simônides não radicava apenas na sua descoberta da importância da ordem sequencial para a memória, mas também na de que o sentido da visão é a mais forte de todos os sentidos”*. na ars Oratória de Quintiliano.

O estudioso da história da arte clássica da memória deve sempre lembrar que essa arte pertencia à retórica, como uma técnica que permitia ao orador aprimorar sua memória, o que o capacitava a tecer longos discursos de cor, com uma precisão impecável. E foi como parte da arte da retórica que a arte da memória viajou pela tradição européia, sem ter sido jamais esquecida - pelo menos até tempos recentes, e que os antigos, guias infalíveis de todas as atividades humanas, traçaram regras e preceitos para aprimorar a memória.(p.18)

Para rastrear as artes que simulam a matéria descrita, os elementos da fauna e flora brasileira são compostos por analogia aos elementos da natureza do Velho Mundo, possuem um entendimento físico peculiar e uma força de representação que pode ser compreendida pela arte, indústria e destreza do

---

45 ... para formar uma séria de lugares na memória, deve-se recordar uma construção a mais ampla e variada possível, com o pátio, a sala de estar, os quartos, os salões, sem omitir as estátuas e outros ornamentos que decoram estes lugares. Quintiliano sugere como imagem uma âncora ou uma arma, dispostos na ordem em que foram memorizados na construção. Isto feito, tão logo a memória dos fatos precise ser reavivada, percorrem se todos esses lugares sucessivamente e pede-se a seus guardiões aquilo que foi depositado em cada lugar. \dots O método garante que os pontos sejam lembrados na ordem certa, já que a ordem é fixada pela sequência dos lugares na tal construção.(p.19)

letrado ao compor aqueles elementos com artifício. *Grosso modo*, a *descriptio* e seu uso regrado é um hábito que mediante o exercício adquire o letrado para compor descrições de qualquer obra e que o põe em estado de o fazer com agilidade e perfeição, segundo a sua própria capacidade e a possibilidade da coisa que se há de fazer a fim de que, sem engano algum, supere muitos zoilos ou adversários de discursos. Suposta neste artifício está também a boa disposição e habilidade ligeira para produção de elementos com todas as suas particularidades ou aquelas mais singulares especificadas pelas categorias aristotélicas de conhecimento dos assuntos.

Para comprovar com "método" e "artifício" a relação entre esta cadeia de leitores do Rocha Pita e as atualizações das doutrinas observáveis nas invenções das histórias contidas no livro, citaríamos estudos sobre as provas técnicas (ou não artísticas) na Retórica de Aristóteles e seus usos na invenção. Dentro deste "esforço intelectual", para mais facilmente proceder à análise, distinguiria a partir do que respeita à recepção a) um estudo das capacidades persuasivas do livro, tentando ir ao encontro das finalidades doutrinárias (estudar a doutrina e as propostas de manutenção do bem comum) partindo de um estudo das "estórias" da Bahia - conteúdo, estrutura, personagens e efeitos sobre os receptores - na tentativa de caracterizar, finalmente, de forma palpável, a denominada "argüidade" e "estilo" de Rocha Pita - seu discurso e formulação elocutiva. Quanto aos métodos utilizados na análise e interpretação da obra, seriam os mais variados de acordo com as características e com as questões que interessaria destacar. Assim, buscaria apoio na terminologia da estética da recepção, da retórica e da análise estrutural da narrativa, para permitir detectar, analisar e tornar patente a potencialidade da obra. Muito disso foi buscado e, no entanto, os direcionamentos da pesquisa não foram tão precisos quanto indica esta apresentação. Esbarrei nos livros que chegaram e abri-os quando possível.

Ainda neste esforço, como pretendia verificar dentro de certos procedimentos sistemas de escrita na história, foi reunido diversas histórias impressas nos séculos XVI, XVII e XVIII que tratassem de matéria brasileira e que representavam o senhorio dos lusitanos a partir de modos semelhantes de escrita. Por economia do *corpus*, excluimos os relatos franceses, holandeses, ingleses que pudessem sobrevir aos relatos lusitanos. Excluimos também os



relatos de Heródoto, Tucídides, Luciano, Cornélio Nepos e outros gregos e romanos que trataram de História. Citamos em quando necessário, uma vez que estes relatos compõe as autoridades (*auctoritates*) de *História da América Portuguesa*. Neste sentido, nos afastamos de certas análises que reiteram as descrições dos particulares do Novo Mundo quando buscam os 'elementos legítimos' do Brasil. Por isso, quando líamos Gandavo e outros viajantes como uma '*testemunha de vista* (GANDAVO, 2006, p.58)' das particularidades dignas de conhecimento dos lusitanos, buscávamos compreender a construção dessa *fides* na história, ao invés de observar estas representações como 'relatos etnográficos' nos quais estaríamos mais próximos de '*um conhecimento aproximado da terra brasileira do Quinhentos* (CARDIM, 2008, p.31)" já que seriam '*descrições em primeira mão* (p.31). Para esclarecimentos sobre o caminho de análise que escolhemos

... Com isso, tradicionalmente, a história opunha-se à fantasia poética que, ao tratar do passado, como a epopéia e o romance histórico, não referia o que efetivamente foi, mas o que poderia ter sido. Por isso mesmo, no caso da ficção literária definida como produto de um ato de fingir, e aqui retorna a questão da leitura, não há evidentemente uma interpretação correta, no sentido de interpretação verdadeira e outras falsas, pois a ficção é metáfora. Mas há, evidentemente, como venho repetindo, interpretações adequadas que refazem os procedimentos técnicos do ato de fingir - e serão melhores quanto mais forem exustivas dele ou adequadas a ele (HANSEN, p.18)

Nestas invenções da separação e distribuição dos do corpo natural do Novo Mundo em diferentes momentos percebíamos elementos políticos sendo atualizados a cada novo enunciado. Quando representados os pontos de estrelas fixas e erráticas (ou planetas), seus nascimentos e ocasos são relacionados nas histórias com as gentes que se movem na redondez da Terra<sup>46</sup> nos quatro pontos principais do mundo. Nestas histórias, as diferenças entre as gentes são construídas considerando-se o lugar no céu ao qual

---

46 \footnote{Estas cosmografias no século \textsc{xvi} são especialmente curiosas por admitirem o mundo como um Globo. Não estamos, aqui, dizendo de um conhecimento 'novo', pois que os sistemas de mundo são incontáveis. Poderíamos citar a título de diferença o sistema proposto por Lucrécio os sistemas epicuristas e também os aristotélicos \ldots Para esta pesquisa é, no entanto, relevante trazer este dado pondo-o em importância por conta da força lusitana nas navegações e sob quais discursos esta força era dita, reafirmada. Pensávamos que as navegações emulavam os relatos romanos, por exemplo.

pertencem: a depender da altura dos pólos, paralelos e meridianos, diz-se certas coisas sobre determinados tipos particulares<sup>47</sup>, como por exemplo diz Piso:

Foi nos antigos séculos parte não pequena da dignidade real pretenderam os reis informar-se da extensão do céu e da terra e dos espaços e propriedades dos mares, e favorecerem os comentários destes assuntos; assim, entrelaçando os cuidados da paz e da guerra, asseguravam-se uma posse mais estável e mais feliz do poder; e isto não tanto pela grande perícia das letras quanto pela verdadeira utilização delas. Passavam por eruditos Tibério, Nero, Domiciano e outros mais, nascidos, entretanto, para a maior ruína do gênero humano. Ao revés, Trajano e Alexandre, e os que se lhes assemelham, embora menos eruditos, serviram, não obstante, de esplêndido ornamento ao mundo (PISO, 1648, p.5).

Percebemos na leitura que a cada novo elemento descrito são referidas as doutrinas que o particulariza. É certo que não há uma relação de equivalência entre doutrinas e o *História*, mas pensamos que, para ler sob certos parâmetros (em especial aqueles que se dizem científicos) é possível relacionar textos doutrinários à escrita da *História*. Para a compreensão do artifício das descrições por meio do campo da memória, perceberíamos não apenas como os mecanismos elocutivos entram em jogo na enunciação, mas também como estão supostas na produção de *conceitos artificiosos* uma certa prática social. Por exemplo, no prólogo Sebastião da Rocha Pita, diz assim:

As grandezas, e excellencias, ò Leitor discreto, da Região do Brasil, taõ celebre depois de descuberta, como aniquilada em quanto occulta, exponho ao publico júizo, e atençaõ do Mundo, onde as suas riquezas tem chegado mais, que as suas noticias, posto que algumas andem por varios Authores introduzidas em diversos assumptos, differentes do meu, que naõ tem outro objecto (PITA, 1730, p7)

Quando Rocha Pita diz "discreto" é provável que refira o discernimento e distinção de uma coisa de outra, formando, assim, júizo de todas as coisas e dando a cada coisa o seu lugar (*Sapiens, prudens*). O leitor discreto é aquele tem muito engenho, muita agudeza (*Ingeniosus, acutus*)" e, ao dizer, "discreto"

---

47 Nas cosmografias ainda se diz assim: "Todas estas coisas semelhantes demonstra a Cosmografias a qual se difere da Geografia porque a Cosmografia descreve a Terra pelos círculos do céu, debaixo dos quais está e não pelos montes, mares, rios nem outras particularidades como faz a Geografia"

é adequado o destinatário do texto e ao louvar o leitor, louva-se também a matéria do livro e o engenho do historiador<sup>48</sup>. Outras práticas sociais poderiam ter sido escolhidas neste *exemplo*, o que torna a nossa explicação do que seja o discreto meramente dispersa, descontínua. Sugerir ao leitor que reflita em termos como *juízo* ou na máquina de produção de um mundo verossímil por meio da *inventio* e *elocutio* e mais outras incontáveis possibilidades de reflexão sobre saberes esquecidos não tornariam a escrita rigorosa desta qualificação *menos* arbitrária. São por estes jogos descontínuos e escolhas arbitrárias que a *Memória* tem se consolidado como um campo interessante e provocativo de reflexão.

Queremos dizer que, mesmo que as *ars memorativa* que Yates estudou sirvam algumas vezes como retenção da doutrina moral e outras como 'celeiros de provisões (CURTIUS, 1996)' para a produção dos mais diversos textos nos séculos XVI, XVII e XVIII, para nós é indispensável ter em consideração um uso político e moral da memória, desta vez não apenas como a *quinta parte da memória* (CÍCERO, 2005), mas também como um certo saber que participa em alguma medida da moral, doutrina e regra na formulação do conceito artificioso. Isso porque, mesmo que hoje saibamos que nos séculos XI e XII Cícero é conhecido por relegar à memória a última parte da retórica (e, logo, da produção do discurso), não podemos esquecer que nas doutrinas ciceroneanas, principalmente no *Orador ou Brutos* e no *De inventione*, os discursos são tidos mais como máquinas em movimentos nas quais os gêneros e partes são permeados uns dos outros, mesmo que esteja instituído o lugar de onde se fala de antemão (por exemplo, um texto do gênero judiciário apresenta em alguma medida características do demonstrativo e vice-versa). Neste

---

48 Vale o que Hansen diz sobre a adequação do destinatário em sátiras: 'Basicamente, há dois tipos de destinatários codificados pela preceptiva retórica e dramatizados na formulação dos poemas satíricos, o discreto e o néscio. Apresentando as virtudes do cortesão e do perfeito cavaleiro cristão, o discreto distingue-se pelo engenho e pela prudência, que fazem dele um tipo agudo e racional, capacitado sempre para distinguir o melhor em todas as ocasiões. Quanto ao néscio, caracteriza-se pela falta de juízo, rústico e confuso. Néscio é o vulgo, termo também empregado em oposição a discreto e que significa "população" do terceiro estado, genericamente, e os oficiais mecânicos e a gente baixa, especificamente. Embora por vezes a oposição discreto-vulgo não é equivalente à posição político-econômica senhor-homem pobre-livre ou fidalgo-peble, pois a oposição é antes de tudo intelectual, tendo por núcleo o conceito de juízo, aristotelicamente definido. Poeticamente, o termo "vulgo" também pode significar aqueles que, embora pertencentes aos "melhores" pela propriedade e posição, são caracterizados como rústicos, falhos de discernimento e, portanto, como "néscios".' (HANSEN, 1989, p.93)

sentido, vale citar também as doutrinas de Quintiliano que nos ensina que a memória está presente em maior ou menor grau em todas as partes do discurso, funcionando como uma arquitetura que direciona a fala do orador (ERIKSEN, 2008).

A descrição do corpo físico, médico, material ... do Novo Mundo pode ser lido, neste sistema, como um agrupamento de atributos essenciais ou acidentais tomados de qualquer tópico (ou lugar comum). Ao longo do corpo do texto trataremos na medida do possível da erudição que constrói estes topoi.

Laudatório, o *História* demonstra os agentes materiais do novo mundo partindo por sua demarcação territorial, pelos "montes mais famosos desta região (p.8)" enumerando-os por sua *extensão, grandeza, altura* e "outras circunstâncias memoráveis(p.8)".

Foi justamente a percepção deste movimento de escrita no *História da América Portuguesa*, no qual principia de assuntos do corpo natural na América Portuguesa e registra os efeitos de cada particular em outros corpos (por exemplo, funcionamento das águas e terras em corpos humanos e cidades inteiras) depois de circunscrever a verossimilhança de cada particular, que motivou o direcionamento desta pesquisa para o campo da memória, principalmente.

Mais dois motivos seriam dignos de menção para a compreensão da adequação deste texto ao campo da memória e para o acompanhamento dos desdobramentos da pesquisa que se há de ler. O primeiro é que poderíamos traçar direcionamentos que nos levassem a reconstituir "linhas" de saberes que perpassam as espécies descritas, por exemplo os tratados de phitognomonía para flores, os de phisiognomonía para gentes, os de geografia para montes, cosmografias para a máquina de mundo etc. O segundo é a reconstituição do que foi dito a respeito do *História da América Portuguesa* e que constitui um *saber* sobre o *autor* e a relação de *saber/poder* a partir das apropriações do livro a principiar pelo IHGB.

A terceira proposição deste texto vincula-se a um certo pudor que reina em estudos multidisciplinares sendo, por isso, a proposição de maior alcance no texto e de menor resolução, dada a sua complexidade. Questionamos, por exemplo, se é possível que haja marcas e vestígios de uma distinção retórica na matéria quando em *Tratados Históricos* se define a matéria mediante

procedimentos da *descrição* independente de o sistema que rege aquela produção de máquina de mundo ser regrada pelas *Retóricas* ou não. Esta proposição respeita à conhecida discussão de Hayden White sobre os limites da História e da Literatura e tentamos de alguns modos por em cena a questão a partir de doutrinas aristotélicas, onde se diz que a explicação da coisa como o faz Piso, Cardim, Soares, Gandavo e Rocha Pita é para mais ou para menos assim:

Definición es una oración, que breve i claramente explica el ser de la cosa. Si ésta en el todo, o en parte, es corporal, su definición no será otra cosa, sino sus partes esenciales juntamente tomadas, como si decimos que el hombre es un animal capaz de razón. Si la cosa es absolutamente incorporeal, la definicin será el señalamiento del fin i de la causa eficiente, como: Geometría es el arte que enseña la medida de las cosas. La definición, o es propia, o impropia. La propia, o es de nombre, o de cosa. La del nombre se llama etimología, o origen, i es una declaración de su significación, supuesta la qual deve estarse a ella para que no se confundan las ideas de las cosas. I assí, la definición del nombre ata la significación, la qual no deve fingirse sin necesidad; i en tal caso más vale inventar algún nombre, que sirva para declarar la idea de la nueva significación. (SISCAR, p.8-9)

Nem todas estas frentes da pesquisa se fecham e, para alguns casos, elas são meramente referidas, como se há de ver<sup>49</sup>. Cito, aqui, Rocha Pita para defender das possíveis proposições inacabadas:

Visto já, posto que em sombras, a pintura do corpo natural desta Região, a benevolência do seu clima, a fermosura dos seus Astros, a distancia das suas costas, o curso da sua navegação, o movimento dos seus mares, objectos, que mereciaõ mais vivos, e dilatados rascunhos, mostraremos também em brutesco breve as suas produções, frutos, plantas, lavouras, e manufacturas, com que os Portuguezes foraõ fazendo grandes os interesses do seu commercio, e as delicias das suas Povoações, e outras arvores, flores, e frutas estrangeiras, que com o tempo lhes introduziraõ, recebendo-as a terra para as produzir taõ copiosamente, que bem mostra, que só donde não he cultivada, deixa de ser profusa: exporemos o mimo dos seus mariscos, o regalo dos seus pescados, e a riqueza das suas pescarias; de tudo daremos breve, mas distinta noticia (P.18)

---

49 Parte deste texto foi composto a partir das demandas que surgiam dentro das disciplinas do programa, no contato com diferentes mestres, em orientação e outras tantas que o desenrolar da pesquisa indicava.

Dito para mais ou para menos os artifícios que constróem o efeito de texto nesta dissertação, partimos para uma espécie de leitura dirigida dos textos preambulares do livro ``História da América Portuguesa".

## 2. Caminhos para a Memória em História da América Portuguesa

### 2.1. Títulos

Na sua impressão primeira pela Academia Real, assim figura o *título* na *portada* do livro tal qual impressa em sua oficina régia<sup>50</sup>:

Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Offerecida à magestade augusta del rey D.Joaõ V. Nosso senhor, composta por Sebastião da Rocha Pita Fidalgo da Casa de sua Magestade, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Coronel do Regimento da Infanteria da Ordenança da Cidade da Bahia, e dos Privilegiados della, e Academico Supranumerario da Academia Real da Historia Portugueza. Lisboa Occidental, na officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real. M.DCC.XXX. Com todas as licenças necessárias (p.2).

Esta prática social que compõe o título em analogia a um brasão ou emblema<sup>51</sup> é comumente suposto como uma mera curiosidade ou mais um desses títulos longos. Vários estudos seiscentistas e setecentistas chamam a atenção para a estreita comunicação entre o emblema e outros impressos ilustrados (VISTARINI, 2007), o que em muito nos auxiliou pensar a *descriptio* inscrita em parâmetros os quais Foucault (1987) chama de *episteme* composta por analogias e semelhanças, logo uma ciência diferenciada daquela que surge no século XIX. Parte destes estudos derivaram para aquele tipo de *descriptio* que denominamos *ekphrasis* (HANSEN, 2006, p.102; LEE, 1940; HEFFERNAN, 1993; BERGMANN, s. d.) e vinculam a efrase a doutrinas retóricas que tratam do gênero demonstrativo. Daí, em odes, em sonetos, outras espécies de poesia metrificadas, bem como numa diversidade de textos ficcionais é comum vincular este *saber* poético às suas categorias de louvor ou

---

50 O livro contém duas páginas com o título. A primeira impressa é toda preta. A segunda que contém o título que orna o nome do autor é em vermelho e preto.

51 Emblema, aqui, como doutrina como por exemplo nos tratados de Diego Saavedra Fajardo (\cite{saavedra}), do Alciato (\cite{emblemalopez}; \cite{alciato}) e Tesouro (\cite{tesauro}). Citamos estes três pois pesquisas recentes recuperam estas tratadísticas para representação de matérias brasileiras. Para maiores explicações sobre o tema, ver: \cite{alegoria}.

maledicência. Percorrendo mais a fundo estas análises nas teorias literárias e cruzando diversas doutrinas, ficou claro que a ecfrase é *mais um* dos modos de produção das descrições e possui um entendimento específico. Em texto aqui citado, Hansen(2006) observa justa e abrangentemente categorias epidíticas e como elas recaem na ecfrase para produção de textos fantasiosos.

Tradicionalmente, a distinção de *vera fictio* e *falsa fictio* permitia conceber operacionalmente a ficção verdadeira como discurso que relaciona a existência verdadeira ou a essência verdadeira de algo com eventos que não aconteceram. E também definir a ficção de algo falso, que não é nem existe, como discurso que relaciona o não-ser com acontecimentos que nunca ocorreram. Mimeticamente, a *falsa fictio* inventa simulacros, algo impossível de ser e, portanto, de ocorrer, como acontece no gênero fantástico, nas narrativas de Luciano de Samósata, na ficção de Swift, nos contos de Borges, no defunto autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e em muita ficção científica contemporânea. Em ambos os casos, verdadeiro e falso, o termo *ficção* definia uma operação da imaginação, os conceitos do real e do possível, de verdadeiro e falso, e as técnicas retórico-poéticas, o sistema dos gêneros discursivos, as formas, os estilos e os efeitos de decoro e verossimilhança aplicados ora ao conhecimento de existência, ora ao conhecimento de essência, visando efeitos determinados (p.17)

Por exemplo, à figuração de um *tatu* em terra pensado alegoricamente no emblema do *Nova Lusitania, História da Guerra Brasileira* composto por Francisco de Brito Freyre podem ser atribuídos sentidos presididos pela "razão e reto uso (PISO,p.74)" dos escritos com arte e engenho como relatados nos tratados de fisiognomia de Della Porta que diz das semelhanças entre animais de narizes compridos e homens dóceis (VERDIER, 1573,p.53).

Conta uma anedota relatada na introdução ao livro *Nova Lusitania* que Francisco de Brito Freyre defende as gentes da terra, como o faz Vieira, tendo os dois por semelhança de afeto trocado cartas generosas. O 'tatu' representado em terra no canto inferior esquerdo do emblema pode, por isso, tanto representar a destreza dos homens da terra quanto metaforicamente o *ethos* destes tipos tal defendido por Brito Freyre. Por isso, o 'tatu' aqui tanto pode ser a constituição de uma genealogia lusitana na parte da América Portuguesa com as gentes da terra, como pode ser uma alegoria de uma arma de guerra, pois que as metáforas o referem como 'corpos cheios de lâminas



(CARDIM, 2008) " ``duros como flechas" e, ainda, a posição do auctor diante dos homens da terra.

Nas fisiognomonias, os nomes, gêneros e formas das coisas são doutrinas de conhecimento que constituem o homem e produzem a alegoria do *tipo* humano que ali vive, diferente das prosopografias que regram os modos de se dizer da *persona* dos duques, reis, imperadores, poetas, gentes e figuras bíblicas (VERDIER, 1573) e que servem para a invenção dos tipos em odes, sonetos e textos ficcionais. A constituição do emblema e título no frontispício do livro difere-se, portanto, das semelhanças produzidas nos discursos históricos quando lá figura a descrição do *tatu*, para continuar no mesmo exemplo. Gabriel Soares (2010) em seu "Tratado Descritivo do Brasil", por exemplo, difere quatro tipos de tatus comparados às conchinhas comidas por índios e de carne saborosa. Em Fernão Cardim (2008) diz-se de muitas espécies de 'tatu' comparado a um leitão, "de cor branca" e "focinho comprido", com carne "parecida com a de galinha". Em Guilelmo Piso, chama-se 'tatu' de 'armadilho', 'Schilt-Vercken' ou de um nome genérico distinguindo 'as suas várias espécies por um cognome peculiar ajuntado (PISO, p.234)': tatu-péba, tatú-eté, tatu-apará \dots Enquanto no Rocha Pita são referidos como 'quadrúpedes silvestres' bons de caçar e de comer, compondo a variedade da terra.

Outras figurações da América Portuguesa são representadas nestes emblemas. Em Brito Freire constam ainda bananeiras, abacaxis, flores e ruínas. Em Guilelmo Piso consta uma celebração dos índios, além dos referidos corpos naturais repetidos por Brito Freire. Em Sebastião da Rocha Pita as letras são ornadas em preto e vermelho, indicando que as páginas foram publicadas por impressores reais. As funções de cada produção de semelhança é especificada por uma arte determinada por cada uso particular. Um exemplo dessa particularidade é a impressão do frontispício da *História Natural e Médica da Índia Ocidental* composto por Guilherme Piso. Em 1658 corria à boca miúda um suposto 'roubo' de anotações sobre o corpo natural compostos por Marcgrave, um botânico da corte de Maurício de Nassau acompanhante de Guilherme Piso.

Sob circunstâncias hoje irrecuperáveis\cite{moreirapiso, por privilégio régio, cabe à Guilherme Piso a impressão do livro queorna com um

fronstispício semelhante ao "História Natural e Médica da Índia Oriental", alterando em suas figurações o indiano com turbante e calça por uma indígena com lança e cocár e substituindo um animal exótico semelhante ao flamingo por indígenas dançando em uma espécie de ritual. As descrições que seguem no livro são recuperadas por Auguste Saint-Hilaire em seu livro *Plantes usuelles des Brésiliens*.

Nas teorias literárias, os textos preambulares são referidos como "primeiros lugares onde se desenvolveu uma reflexão sistemática sobre as qualidades e defeitos estéticos das obras literárias (ABREU, 2007)" e nestas teorias a semelhança entre produção escrita e iconográfica é referida com categorias como *intertextualidade*, *semiologia* e outros termos que Roland Barthes e Julia Kristeva auxiliaram a formar como modos de refletir sobre a literatura e das quais nos distanciamos em parte nesta pesquisa (LANDWHER, 2002). Um exemplo deste uso destas categorias quando aplicadas em cosmografias é o seguinte:

According to the conventios of medieval *mappae duplices*, rivers and coasts are conceived on the grand scape, and streets and city walls appear on a much smaller, but still generally proportionate one. Both kinds of 'fixed', or strictly physical elements, whether large or small, are shown in a 'bird's-eye' view, meaning according to an 'ichnographic' or flattened plan. To use a strictly modern term, those smaller, permanente and planarized elements represent what may be called the wholly 'topographical' features (MOFFIT, 1993, p.60-61)

No título tal qual impresso em 1730 já percebemos a adequação do livro a um regime de ciências, vemos condensados os argumentos que serão estendidos por meio dos procedimentos das várias descrições nas mais variadas partes do corpo do livro. Os títulos são, assim, esboços ligeiros dos assuntos do livro. Sobre o exercício protocolar da inscrição do título, seguimos Ricardo Valle (2010):

*Títulos*, conforme o Bluteau, são tanto inscrições gerais postas à frente de livros, como predicados específicos atribuídos a pessoas particulares. Neste caso, são ofícios concedidos por direito e mando de um Príncipe ou por ofício de súditos com direito e poder de ordem delegados pelo Príncipe. Nas acepções que tomam *título* como uma *inscriptio* colocada nas "costas" de um livro, Rafael Bluteau - no seu *Dicionário* - atribui ao título o fim de

corrigir o livro e facilitar a sua venda. Isto mesmo. Por essa razão, são comumente inscrições ornadas de modo magnífico com o intuito de titular o livro com os méritos de uma grande empresa. Bluteau ironicamente ressalta que o título, *neste sentido, é muitas vezes empregado para ocultar à verdade o que os livros enunciam. Nestes casos, em que falsidades se escondiam sob inscrições em livros, Bluteau compara títulos com "magníficos frontispícios de cabanas, & pardieyros" e "prometem grande fabrica", mas "tudo he fachada, & vaidade do Autor".*

Por isso, analisar a representação do título como "um mero título longo" desconsidera uma prática social de representação que ao mesmo tempo constitui a si e ao letrado, diferente das práticas de representação - ou, mais apropriadamente, atos de fingir - contemporâneos. No momento em que considera os títulos como "títulos longos" o pesquisador legitima e constitui o seu território como crítico literário e inscreve sua pesquisa sob parâmetros reconhecidos pelas atuais academias, pois que, em análises literárias, como se sabe, a ficção é uma ficção, como assim poderia ter dito T. S. Eliot. Em 1730, ano de impressão do livro, é mais possível que o sentido do *título longo* seja mais apropriadamente *formas de legitimidade reconhecida* do que apenas um palavrório cumpridor de ofícios e de protocolos (mesmo que, ali, exista um modo protocolar de escrita do título). Em tese sobre as *Instituições da coisa bélica*, Ricardo Valle (2010) lembra sobre os títulos que se referem às coisas. Diz assim:

Em dicionários portugueses e espanhóis do século XVIII e antes, o *título*, em quase todas as acepções, pode ser considerado uma forma da representação de poderes específicos, porque constituía *tipos* conforme as formas da legitimidade reconhecida entre os estados de homens, ostentava majestade, santidade, doutrina, justiça, etc; conforme os tipos representados, gerava terror, amor, obediência, coragem, produzia efeitos com que podiam esconder impostores e imposturas, com que também podiam publicar condições, ordens, ofícios, méritos *titulados* nas formas previstas dos estados no Estado. Por essa força de representação que o *título* confere, é muito recorrente, ainda, a associação do título a alguma espécie de vaidade, porque inventam-se os títulos e se os dispensam nem sempre como *devidamente*, ou *de direito*, era justo que fossem (p.10).

Neste sentido, o *simples* título do livro cumpre a função de apresentá-lo por inteiro, como uma *mundi descriptio*<sup>52</sup>. As práticas de produção de *efeitos de poder* são diferentes a depender do uso que se fez do livro de Rocha Pita e estas práticas são determinadas socialmente: no caso citado delimitadas pelos efeitos de poder que a escrita de um livro pode conferir a um letrado. Já na figuração de sua portada em edição de 1880 por J. G. Góis o título é referido apenas como "*História da América Portuguesa*" e, neste caso, os efeitos de poder são especificados pelos fins que a positivação da escrita da história produziu a partir da fundação do IHGB<sup>53</sup>. O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* atribui a si efeitos de ilustração do Império do Brasil (GUIMARÃES, 1988, p.11) "que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente", como por exemplo no discurso "Instituto Histórico é o representante das idéias de Ilustração de autoria de José Feliciano Fernandes Pinheiro (IHGB, 1839, p.63)<sup>54</sup>". Isso para não citar as apropriações do livro no período em que Anísio Teixeira o inseriu no currículo escolar de escolas de ensino médio a fim de divulgar uma visão exuberante da fauna e flora brasileira. Como se sabe, esta política pública de associação da descrição da fauna exuberante brasileira a

---

52 Se permanecêssemos na chave do *autor*, utilizaríamos o título de Rocha Pita para produzir efeitos de verdades tais quais os de Pedro Calmon em seu *Prefácio* à obra: "Era Sebastião da Rocha Pita neto do homônimo, a quem se refere na sua História: "Encarregou (Matias de Albuquerque) esta ordem a Sebastião da Rocha Pitta, avô do autor, que no arraial assistia com muita gente à sua custa, por ser uma das primeiras e mais poderosas pessoas de Pernambuco, que no serviço do rei e da pátria juntava ao merecimento do valor a despesa do cabedal" Não se diz porém pelas Actas da Câmara da Cidade da Bahia se sabe, que ao começar o ano de 1626 aqui estava ele com o cargo de almoxarife, pois viera com o auxílio pernambucano à restauração da praça, expugnada dos Holandeses no ano anterior. Voltou à sua terra, pois lá figurou com honra na resistência de Matias de Albuquerque ao invasor. Acompanhou o general no grande êxodo, motivo por que o reencontramos na Bahia, já em função alta, de escrivão da Câmara em 1640." (CALMÓN, 1964)

53 Em sua fundação, as instituições longuíssimas de Cícero ainda eram recuperadas como preceitos para a produção de histórias: "Basta attendermos ao que diz Cicero sobre a historia, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um Instituto que della particularmente se occupe, e composto de homens os mais conspicuos por suas letras e por suas virtudes. - A *historia* escreve aquelle philosopho romano é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida. -Por esta judiciousa doutrina bem facilmente se conhece quaõ proficua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternisar pela historia os factos memoraveis da patria, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que nao poucas vezes lhes agglomeram a parcialidade, o espírito de partidos, e até mesmo a ignorancia." (IHGB, 1856,p.11)

54 Este texto é relacionado na historiografia contemporânea à Academia dos Renascidos, dos Felizes, dos Seletos, à Academia Científica do Rio de Janeiro e, logo, ao Iluminismo no Brasil.

uma excelência do estado político brasileiro e a inserção dos comandos de ordem e progresso no imaginário dos estudantes secundaristas brasileiros foi duramente criticado por Celso Furtado<sup>55</sup> em muitos momentos. Ali Celso Furtado via o uso do louvor como uma manipulação do imaginário e das possibilidades de compreensão do Estado Nacional do Brasil<sup>56</sup>.

Nos casos aos quais dedico a maior parte das leituras para esta pesquisa, ou seja, textos impressos entre os séculos XVII e XVIII, a linguagem e seus modos de análise a partir de uma perspectiva da Teoria da literatura (textual, estrutural, semiótico, linguístico, semântico, fonológico, histórico...) é apenas mais um modo de construir  *fatos*. Para o livro História da América Portuguesa aprendi até agora que insistir apenas em aspectos elocutivos é abrir mão de  *verdades* construídas  *no e para* o texto e, como resultado, temos análises nas quais alguns aspectos são elipsados pela perspectiva teórica que se adota  *a priori*. Um exemplo disso é o modo como se convencionou referir-se ao livro de Rocha Pita, principalmente após o Instituto Geográfico Brasileiro difundir uma certa noção do Brasil a partir de anotações, comentários e reparos aos  *fatos históricos* de matéria brasileira que também Sebastião da Rocha Pita trata. . Na  *Breve Notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, diz assim:

Em sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, de 18 de Agosto deste anno, leu o seu primeiro secretario, marechal Raymundo José da Cunha Mattos, uma proposta, por elle assignada e também pelo secretario adjunto o conego Januario da Cunha Barboza, para a criação de um Instituto Historico e Geographico Brasileiro, filial da Sociedade Auxiliadora, pedindo que se obtenha a necessaria approvação da assembléa geral da mesma sociedade. Depois de larga discussão, foi acceita a proposta que é a seguinte: Sendo innegavel que as lettras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo

---

55 Este tema será pouco tratado nesta dissertação, por isso, sugiro como leitura o quarto capítulo de IGLÉSIAS, 1971. Lá, o leitor encontrará uma reflexão teórica-descritiva da obra de Celso Furtado vinculando-a à sua carreira. Para mais ou para menos, este texto me auxiliou a refletir sobre os modos como a  *ideologia* configura o saber que os grupos produzem. São articulados, neste contexto, categorias como  *colonizador* e  *colono*;  *capital* e  *trabalho*. Categorias estas que, em parte, desvinculam o sentido do presente de Sebastião da Rocha Pita e que, aqui, procuramos reconstituir as partes das ruínas.

56 Nas discussões da epistemologia social a memória é referida em alguns casos como um campo provocativo e, mesmo nos casos em que “falte” método ou teoria, pesquisas que se utilizem de uma perspectiva mnemônica oferecem resultados que aparentemente sintetizam situações determinadas historicamente (COLFINO, 1997).

esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes publicos, é evidente que em uma monarchia constitucional, onde o merito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grao de felicidade publica, são as lettras de uma absoluta e indispensavel necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a historia e a geographia do paiz, devem ministrar grandes auxilios a publica administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros (IHGB, 1839, p.12-13)

Curioso, aqui, é perceber que esta prática que Iglésias sugere como nova era um uso comum para os lusitanos, sob outros parâmetros, hoje esquecidos. É curioso como os efeitos do *projeto nacional* de composição da História do Brasil a partir do século XIX são em algumas medidas semelhantes ao livro impresso por Sebastião da Rocha Pita. O alcance desta proposição extrapola os limites desta dissertação, mas, para um estudo comparativo, analisamos as obras de José Bonifácio, Madureira Feijó e outros escritos históricos que tratam da formação do Estado-nação Brasileiro. Nestes autores estão supostos os conceitos de *nação*, *independência* e *soberania* nacional e os livros destes autores citados tratam das formulações que dariam corpo a estas práticas no estado-nação do Brasil. Com uma breve leitura destes textos foi possível perceber que os textos oitocentistas são devedores dos sistemas retóricos que operavam em Sebastião da Rocha Pita e a produção da verossimilhança do governo e sua constituição em muito se assemelha às teses de Estado de Botero ou de Jerônimo Barbosa, por exemplo. Ilustraremos o assunto, pois estudos recentes se dedicam a este aspecto:

A política das monarquias ibéricas do século XVI é definida cristãmente como uma arte de manter a unidade e a segurança do reino contra inimigos internos e externos. Contra a hipótese maquiavélica de que o poder é um artifício desvinculado da ética visando o triunfo nas competições da cidade, a doutrina católica adapta tópicos testamentários à redefinição da política no novo estado de coisas decorrentes das Descobertas e da Reforma protestante, reafirmando a ética medieval como espelho ou modelo da ação dos príncipes. Visando a unidade e a segurança do reino, a política pressupõe a necessidade da concórdia de cada um consigo mesmo, como autocontrole dos apetites prescrito pela ética aristotélica relida em chave neo-escolástica, e a amizade de todos os indivíduos e estamentos, como concórdia do todo do corpo político do Estado (HANSEN, 1998,p.350).

Esta matéria diverge um pouco do assunto específico desta dissertação, mas na análise julgamos necessário inseri-la para compreender os desdobramentos das práticas descritivas da América Portuguesa que depois se tornaria Estado do Brasil. O leitor notará que as matérias, os modos de dizer, a estrutura narrativa de composição do argumento no oitocentos é similar ao do setecentos e esta, por sua vez, recupera traços e vestígios de escrita do seiscentos. No entanto, solicitamos que esta duração escolhida (XVII, XVIII e XIX) não seja confundida com a inscrição deste trabalho em uma *longa duração*, mas, sim, como tentativas de recuperação de dispositivos e formas legais de escrita que, por alguns motivos, não foram abandonados ou translaborados no presente da preparação de um Estado-nação.

Ainda sobre usos particulares das histórias nos seiscentos e setecentos cito, por exemplo, o *Tratado Descritivo do Brasil* de Fernão Cardim impresso em 1625 e incluído na coleção inglesa *Purchas his Pilgrims* sob o título *The Seaventh Booke - Voyages to and about the Southern America with many Marine Observations and Discourses of those Seas and Lands by Englishmen and others*, em Londres (CARDIM, 2008). Se observássemos cada um dos usos dos títulos das histórias que posteriormente são recuperadas para compor o louvor da fauna e flora brasileira e constituição das propagandas políticas do estado moderno, observaríamos que as circunstâncias de impressão são muito diversas dos usos políticos atuais.

As formas de legitimação do poder são já conhecidas, os *modos* de se dizer deste domínio é onde reside a diferença. Estas apropriações posteriores ao século XVIII podem ser compreendidas pela leitura de Foucault:

A conservação cada vez mais completa do escrito, a instauração de arquivos, sua classificação, a reorganização das bibliotecas, o estabelecimento de catálogos, de repertórios, de inventários representam, no fim da idade clássica, mais que uma sensibilidade nova no tempo, ao seu passado, à espessura da história, uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos. E é nesse tempo classificado, nesse devir quadriculado e espacializado que os historiadores do século XIX se empenharão em escrever uma história enfim 'verdadeira'- isto é, liberada da racionalidade clássica, de sua ordenação e de sua teodicéia, uma história restituída à violência irruptiva do tempo (FOUCAULT, 1987, p.145-146)

Aqui utilizamos o conceito *longa duração* mais por sua importância na Teoria da História, em específico a *história das mentalidades*, do que por sua

efetiva participação nos sistemas de produção de narrativas no seiscentos, setecentos e oitocentos. Se neste trabalho supôssemos o conceito longa duração nos moldes que Braudel o sugere estaríamos assumindo de boa vontade que a acumulação do tempo produz conhecimentos melhores, desconsideraríamos o presente da enunciação de Piso, Pita e Feijó e, anacronicamente, procuraríamos nas representações letradas do seiscentos, setecentos e oitocentos o *labor*, o *ócio* e as classificações entre melhores e piores que se atribuem a cada uma dessas práticas de trabalho desde o século XIX. Voltando ao foco da produção de narrativas no oitocentos, nesta *chave* podemos dizer que os projetos nacionais do XIX, são mais a reiteração do sistema "esquecido" da Retórica do que uma ratificação de uma ruptura. O termo *longa duração*, aqui, diz respeito a uma *temporalidade*.

Nos domínios linguísticos, a longa duração é uma das chaves de uso válidas, pois que sabemos que as alterações nas línguas levam por vezes séculos para se efetivar. Seguimos para esta articulação estes princípios:

We must keep in mind that the fact we consider Rocha Pita's *History* as literature is an ideological product of a romantic and postromantic nature. We must, therefore, be careful not to impose anachronistic qualities upon the text. Instead, our examination should focus on two important questions: one, what the History signified to its contemporaries; and two, the reasons for its new and different significance for us today (JANIGA, 1990, p.37).

Hoje sabemos que esta suposta visão do contemporâneo de Rocha Pita é obtusa, distante, o que não nos impedia de rastrear vestígios das construções simbólicas que figuram no livro. Janiga (1990) nos oferece uma boa síntese das apropriações de Rocha Pita para as ciências humanas no Brasil, auxiliando-nos a refletir sobre as relações entre saber-poder que recaem sobre o História da América Portuguesa:

Many critics have attempt to come to terms with the significance of Rocha Pita's text. For example, Coutinho points out that the History underscores the beginning of a historical consciousness in Brazil, reflecting the mentality of the epoch during which tim nationalism replace nativism. Hernani Cidade examined the literary aspects of the work. Grappling with th apparent cultism in the text, Alfredo Bosi call it a Gongoresque history of Brazil. Wilson Martins places special emphasis on th mannere style of the work. However, if our analysis is to be complete, I believe our critical



approach should take an entirely different direction (JANIGA, 1990, p.36-37).

## 2.2.Preâmbulos

Um dos caminhos de conhecer as descrições dos objetos e corpos do Novo Mundo e seu lugar na manutenção do bem-comum do corpo do Estado é considerar que o discurso histórico apresenta características "parafrásticas" (SINQUEVISKE, 2000), visível como reatualização, repetição e reapresentação de uma *história* já conhecida que reafirma o presente constante na variedade de seus papéis historiográficos. Neste ponto, é conveniente explicitar o que é *exórdio* e seu caráter recorrente nas histórias impressas nos séculos XVI, XVII e XVIII, pois que esta categoria retórica produz efeitos de sentido semelhantes aos produzidos pela *narratio* da obra por meio da descrição dos objetos.

Algumas doutrinas que circularam entre os séculos XVI, XVII e XVIII dizem que as matérias para os textos exórdiais são pensamentos distribuídos pelas diferentes partes do texto como melhor se convém ao fim de persuadir (BARBERO, 1834, p.24), animados pelos afetos para mover e ganhar a vontade dos ouvintes (CÍCERO, 2005, p.59) (*captatio benevolentiae*<sup>57</sup>). Comumente retirados de lugares comuns, os *exórdios* podem ser vários segundo seja a causa: honesta ou torpe, certa ou duvidosa, baixa ou humilde, clara ou escura. Cada causa possui atribuições específicas a depender daquele que a doutrina. *Causa honesta*, por exemplo, pode ser aquela que se dispõe a defender "aquilo que parece que deve ser defendido por todos" (CÍCERO, 2005, p.57) ou aquelas causas que tem sua parte na *lei divina*, abaixo da qual se compreende também a *lei natural* e a *lei humana* conforme a

---

57 Vai longe a discussão sobre a produção do efeito de benevolência em discursos laudatórios e não há consenso na discussão acadêmica sobre este uso. Pode-se dizer que há *particulares* que produzem o efeito de tornar os seus *leitores* favoravelmente dispostos. As doutrinas que constroem esta noção referem o anônimo a Herênio, como estudou Yates (cite{yates}, capítulo 1). Para as doutrinas que constituem o *saber* que opera as narrativas de Sebastião da Rocha Pita julgamos conveniente falar do *Candelabrum* de Bebe de Florença, impresso em 1220, seguindo a pista de que há relação estreita entre as *scientia* de Portugal e Itália. %As divisões deste tratado segue as conhecidas pela Retórica a Herênio e tratam do ritmo da fala, tipo de composição e outros aspectos da disposição das palavras, dos ornatos. O livro *iv* de Bebe trata do *Exórdium* como uma introdução aos relatos dos assuntos a fim de tornar benevolente e atento o leitor por meio de referência ao autor, ao destinatário ou à ocasião e, a depender da matéria, pode ser direto (*principium*) ou indireto (*insinuatio*) - como em Herênio. }

divina ou ao menos não contrária a ela (SISCAR, 1984). É honesto, pois, que *ao Príncipe, que lhe rege o Império, pertence patrociná-lo a História* (PITA, 1730, p.6), assim como ao letrado é honesto que este "reconhece o domínio, e recebe as Leys (p.6).

Ao fazer uso da figura retórica do exemplo (*exemplum*) que cita algo feito ou dito no passado atualizando a autoridade da ação e assim compor a razão de todas as narrativas que seguem descritas em *História da América Portuguesa* as doutrinas do exórdio podem ser relacionadas às doutrinas da *ars praedicandi*<sup>58</sup>.

Se nos propusermos a analisar o exordium de histórias tais quais eles se apresentam no interior da narrativa, poderíamos partir dos primeiros parágrafos do texto, demonstrando seu argumento, seus usos da eloquência e o desdobramento das ações. Ao percorrer as páginas do livro, perceberíamos que as estruturas exordiais se repetem a cada nova ação ou elemento representado. E cada uma dessas proposições descritivas (de ação ou de objeto) concatena-se em uma seguinte, num fio interminável de histórias e histórias que atualizam histórias já tidas por *verdadeiras e necessárias*. Se partíssemos dos primeiros parágrafos que compõe o *exórdio* anterior à *narratio*, perderíamos de encontrar parte da legitimação destas histórias, afirmadas no Prólogo<sup>59</sup>. É difícil, por isso, a tarefa de delimitar o *corpus* do exórdio nas Histórias, pois que a norma de circulação do livro no século XVIII aceita que certos textos (aprovações, prólogos, panegíricos...) sejam indexados ao livro em um momento posterior à produção do texto sendo que isso implica em um

---

58 Em seus usos latinos Aristóteles diz que o exemplo é formado por sentenças que tendem a definir o objeto a partir de uma enunciação universal, o mais geral possível. Na *Retórica* de Alexandre se diz que o exemplo é composto por *referências*. Nos Progymnasmatas de Hermógenes o exemplo é tido como uma virtude de exposição. Como é especificado nas figuras de sentença na *Retórica a Herênio* o uso do exemplo é a formulação de um modelo *universal, exemplar, edificante* da matéria tratada na narrativa (ERNESTI, 1962, p.63-64).

59 Em estudo sobre a censura lusitana, assim diz Márcia Abreu: "Quando comecei a pesquisar esse tema, imaginava encontrar uma massa de documentos produzidos durante séculos, sobre os serviços realizados pelo Estado e pela Igreja para controlar a leitura dos súditos e fiéis. Isso já seria interessante, suponha, pois permitiria saber o que se quis fazer circular em Portugal e seus domínios, o que foi proibido e o que foi autorizado, segundo as determinações legais que circulavam sobre o que deveria ser considerado atentatório à política, à religião e à moral. Tudo isso, efetivamente, está abundantemente registrado em milhares de folhas manuscritas. Entretanto os censores não se limitavam ao que prescrevia a lei e discorriam longamente sobre a qualidade dos textos, do ponto de vista da pureza de linguagem, da construção de personagens, da elaboração das tramas, da observância aos preceitos poéticos e retóricos, da elegância da tradução, etc. "

acréscimo de legitimidade e louvor ao próprio livro. Assim, é possível inferir que as aprovações fazem parte do exórdio? Se por um lado as doutrinas retóricas sobre exórdio dizem o contrário, por outro a produção dos efeitos de persuasão por meio das aprovações e prólogos ratificam que sim. Por isso, é necessário Rocha Pita afirmar no Prólogo ao leitor que “se entenderes, que o compuz em applauso, e reverencia do Clima em que nasci, podes crer, que são seguras, e fieis as noticias, que escrevo, porque os obsequios não fizeraõ divorcio com as verdades PITA, 1730, p.7)” assim como é tópica o conselheiro de sua Magestade e do Tribunal Ultramar, Antonio Rodrigues da Costa, escrever em sua aprovação que “ainda que me parece mais elogio, ou panegyrico, que Historia, não entendo, que desmerece o Author (p.11)”.

Nos casos citados, os remetentes do Prólogo e da Aprovação reiteram o louvor da História como propõe a tópica da *historia magistra vitae* e também afirmam suas posições de cristãos, discretos, aos modos semelhantes aos de Vieira quando este escreve sua correspondência para a Corte, como aponta Hansen, ao afirmar que o jesuíta representa “os afetos da sua posição de súdito no pacto de sujeição” (HANSEN, 2003, p.14).

Tanto o autor quanto o conselheiro, apresentam os argumentos com método, propriedade e observando a elegância adequados aos gêneros, estilos, etc. Compondo as cartas preambulares como uma encenação dos lugares, como em um teatro do engenho (p.8) no qual as proposições instrumentais servem aos que escrevem para demonstrar suas idéias com arte de modo a “pintar a palavra, falar aos olhos, e dar cor, e alma aos pensamentos (FREIRE, p.13).

O que é aparentemente particular e necessário é visto aqui como uma atualização de um *sistema* que percorre todo o corpo do livro (de diversos livros, de diferentes épocas), inclusive nos princípios de descrição do corpo natural do Estado. Os Prólogos, Aprovações, Dedicatórias e demais textos indexados aos livros e que figuram anteriores ao que denominamos narrativa são representações do próprio corpo do Estado e encenações das posições hierárquicas da Corte (HANSEN, 2003), assim como cada elemento descrito no interior da *narratio*, e por isso, de modo conciso, agudo e discreto tais textos representam a totalidade da obra que se há de ler, bem como todo o Império que se há de promover o louvor.

É o que se exemplifica em o prólogo de História da América Portuguesa de Sebastião da Rocha Pita. Ao apresentar as matérias do livro, diz:

Que as materias, e noticias, que nella trata, são colhidas de relações fidedignas, conferidas com os Authores, que estas materias tocarão, e com particulares informações modernas, (que eles não tiverão) feitas por pessoas, que cursarão as mayores partes dos continentes do Brasil, e as depuzarão fielmente como testemunhas de facto, com a sciencia de que o Author as inquiria para compor esta Historia, cujo essencial instituto he a verdade (PITA, 1730, p.10)

Quando lemos tratados que tratam sobre o corpo natural brasileiro observamos que produzem o efeito de tornar conhecidos novas flores, novos frutos, novos monte, novos rios, novas planícies \dots Algumas leis gerais da história acompanham estas descrições e estas leis são apresentadas, comumente, em seus textos preambulares, como por exemplo a aprovação de Boaventura de S. Gião, Qualificador do Santo Ofício<sup>60</sup>:

Pontualmente cumpre os preceitos da narração, e as leys da História, porque determina acções, ajusta annos, observa tempos, distingue lugares, demarca terras, individua successos, reduzindo a abbreviados periodos o que poderá ser materia de copiosos tratados. E denominandose esta parte do Orbe, Novo Mundo, para nós he agora Mundo novo, pela noticia, que o Autor nos communica do que he, e do que contém tão dilatado Paiz, expundo à nossa comprehensão, o que atéqui se occultou ao nosso conhecimento.

Na produção de mundos verossímeis são supostos máquinas de mundo representáveis por meio das matemáticas, físicas, químicas, biológicas e outras ciências que vão se formando a partir do XVI e que formam o corpo do que hoje chamamos de ciências humanas. Quando Rocha Pita diz assim na sua Advertência:

Adverte o Author, que da riquissima America (tão dilatada, que se estende por quasi quatro mil legoas de comprimento, estando

---

60 Em artigo Fente (*\cite{fente}*) estuda uma carta de Isabel de Guevara escrita em 1556. De acordo com Fente, em seu sentido formal a carta segue os modelos da *\textit{artes epistolandi}* e constitui a sua verossimilhança a partir do discurso jurídico. Parte dos usos que faremos nesta dissertação dos textos exordiais de Rocha Pita segue esta proposta de Fente.

ainda por saber as que tem de largo, e jaz debaixo de tres diversas Zonas, dividindose em Septentrional, e Meridional) da parte Septentrional não falla, e só trata na Meridional da grandissima porção, que comprehende o Estado do Brasil, assumpto desta Historia da America Portugueza (PITA, 1730, p.5)

Que não poem nella o computo dos tempos em numero successivo de annos, porque desde o de mil e quinhentos, em que foy descuberta, a America Portugueza, por largo curso, até o de mil e quinhentos e trinta e cinco, em que se doaraõ algumas Provincias, e se principiou a fundação dellas, não aconteceraõ outros progressos mais, que a vinda do Cosmografo Americo Vespuccio, por ordem delRey Dom Manoel, a demarcar esta Região, e as suas Costas; e depois a de outros Geografos, e Capitaens enviados pelo mesmo Rey, e por seu filho, e successor ElRey ElRey D.Joaõ III, a tomar posse, meter marcos, observar o curso dos mares, sondar os portos, explorar o Paiz, e levar delle mais distinctas noticias.

Que estas operações se fizeraõ com intervallos de tempos, e desde o anno de mil e quinhentos e quarenta e nove, em que veyo o primeiro Governador do Estado, leva a' conta delles pela successao dos Governos, e ordem dos factos, mediando ainda alguns largos espaços sem

acções para a escritura, a falta, que precisamente interrompe a serie dos annos, mas não altera a verdade da Historia, nem as noticias do Brasil, que he o fim para que o Author a escreve, e toda a alma, e substancia dos escritos; pois o mais são accidentes.

Que as materias, e noticias, que nella trata, são colhidas de relações fidedignas, conferidas com os Authores, que estas materias tocaraõ, e com particulares informações modernas, (que eles não tiveraõ) feitas por pessoas, que cursaraõ as mayores partes dos continentes do Brasil, e as depuzaraõ fielmente como testemunhas de facto, com a sciencia de que o Author as inquiria para compor esta Historia, cujo essencial instituto he a verdade.

Que como nos dous primeiros livros descreve o corpo natural, e material desta Região, as maravilhosas obras, que nella fez a natureza, as admiraveis producções em varios generos, e especies, e as sumptuosas fabricas, que para o trato Civil, e Politico das suas Povoações foy compondo a arte, no retrato de tanta fermosura, precisada a ser pincel a penna, não teme sahir dos preceitos da Historia, quando altera a pureza das suas leys com as idéas da pintura, que requer mais valentes fantezias, tendo por exemplar portentos, em que a mais elevada frase Poetica he verdade ainda mal encarecida.

Que nos outros livros, que contém materias Politicas, leva o estylo Historico com estudo castigado, e não poem nas margens os numerosos rios, e as varias especies das producções do Brasil, porque sendo tanto do instituto desta obra, entende, que devem ir no corpo della (PITA, 1730, p.10).

A invenção do tempo em tratados históricos é retórica, pois que parte de argumentos dispostos logicamente por seu *todo*, *parte*, *gênero* e *espécie*. Em doutrinas sobre o tempo que circularam na Bahia no século XVIII é dito que

quatro coisas foram criadas antes de todo tempo: o mesmo tempo, os quatro elementos, o céu e os anjos. Para estas doutrinas, os eventos que sucedem no ajustamento dos anos diferenciam-se das outras coisas pois que, mesmo que tenha tido um princípio, terá um fim quando cessar o movimento celestial. Assim o é porque nestas doutrinas Deus é a máquina que rege o movimento do mundo. A invenção é, portanto, teológica. A invenção destes argumentos são ditos pelas espécies que se diferenciam dos gêneros e estas diferenças dependem da ordem das categorias que são gêneros de coisas e que se reduzem a tudo o que há no mundo - as conhecidas substâncias, quantidades, qualidades, movimentos, lugares \dots Pode-se dizer, portanto, que a invenção da história é aristotélica. Recolhemos em alguns textos exordiais algumas regras que poderiam ser observadas nas descrições das matérias do Mundo novo e a recorrência de tópicos nestas diversas histórias auxiliou a compreender como a observação dos céus, dos anos, do tempo e da terra era executada em histórias, em especial na História da América Portuguesa.

É comum alguns estudos históricos vincularem este saber sobre as montes, serras, flores, frutos, curso dos rios e da navegação e outros assuntos que figuram em geral nos livros iniciais que compõe as histórias setecentistas a um relato da medicina natural ou relatos de observação de viagens. Em leituras corriqueiras, esbarrei na curiosa nota que vincula a produção destes conhecimentos comumente atribuídos à cristãos-novos no Brasil. Estando inscrita num programa em memória não me furtei do direito de pensar estas formas de se dizer do semitismo e esta tentativa contemporânea de re-dizer a história dos judeus no Brasil, cadastrando cada entrada e saída, vinculando por meio de qualquer vestígio a genealogia dos melhores portugueses ao saber técnico que só os judeus teriam conhecimento (por exemplo, o João de Barros, cosmógrafo).

Esta dissertação aborda a seguinte pergunta: o que poderemos falar das "inúmeras particularidades curiosas sobre a Ásia, a África e o Novo Mundo" se as pensarmos como *discursos*, com regras, leis e juízos diferentes daqueles que supõe *o brasileiro, o viajante* ou *os amigos da literatura*.

A invenção da história no século XVIII mantém relação com diversas artes: astrologia, medicina, cosmografia, geografia entre outras. A leitura de diversos tratados históricos que versaram sobre as terras do novo mundo foi

importante para a compreensão de certos argumentos sobre a natureza, os movimentos, aspectos das estrelas, reconhecimento de planetas para prognosticar doenças e tratamentos, relação entre natureza e enfermidade e outras coisas. No limite ao qual chegamos nesta pesquisa, podemos dizer que há uma estreita comunicação entre as artes e estas diversas artes constituem no século XVIII as invenções históricas. Será que não estão supostas nesta escritas durações antiquíssimas que sequer tinham conhecimento da formação de Estado que é suposta quando se enuncia o brasileiro?

Pergunta-se: e em que medida a descrição (ethopeia) destes particulares não são também prescritas, regradas? Como dito, no livro de Sebastião da Rocha Pita, as leis que constróem as invenções do mundo são tratadas particularmente nos textos preambulares.

As produções descritivas de mundo nas histórias partem das mais diversas artes a partir das coincidências em muitos sentidos não apenas com as poéticas ou com as retóricas, mas com tratados cosmográficos, por exemplo, nos quais doutrinas de mundos são comprovados por meio da astrologia, geometria, física e matemática. Se partíssemos de uma perspectiva da literatura brasileira, focaríamos o estilo médio do Rocha Pita, a falta de "autonomia crítica", abusaríamos dos usos elocutivos das poéticas e suas atualizações no livro História da América Portuguesa. Pois, como se sabe, para compreender textos setecentistas no campo da literatura, algumas poéticas esclarecem que o estilo sublime é dedicado os textos elevados, como por exemplo, a poesia, a ode, as quadras e outras espécies de poesia. O estilo médio e simples é o adequado para as Histórias, como ensina Minturno e Cândido Lusitano.

Aqui, como veremos, o estudo de Hansen e também o de Eduardo Sinqueviske (2000) focam o que, nas distinções descritivas nas Retóricas denominam-se pragmatografias, ou descrições de agentes em ações. Estas descrições pragmatográficas produzem como efeito a adequação dos agentes ao Estado e os estudos de Hansen tratam dos efeitos desta descrições no corpo político do estado.

São incontáveis os usos das histórias e suas atualizações são sempre particulares, mas num certo sistema de produção de verdades, são comuns os seguintes preceitos: a) cabe ao historiador dizer coisas não falsas de acordo

com as doutrinas teológicas e nem dizer coisas que possam ferir a ordem do corpo político do Estado e nesta doutrina aristotélica assim se constitui a verdade do que se pode ser dito nas histórias, crônicas, anais e efemeridades produzidas e impressas concordes com estas doutrinas; b) ao escrever é vedado o uso das paixões, afecções, adulações, congratulações. Cito, aqui, um estudo de excelência para a literatura brasileira:

Num tempo em que o letrado não tinha autonomia crítica, as conveniências hierárquicas e a subserviência implícita antecediam qualquer consideração propriamente intelectual; assim, a primeira conferência da Academia dos Esquecidos também evidencia a maneira seiscentista e setecentista de definir a experiência da história e a auto-representação dos letrados e poetas que viviam e escreviam. Como em História da América Portuguesa (1730), de Sebastião da Rocha Pita, é uma história composta conforme o modelo da crônica, acumulando exemplos de ações virtuosas e de eventos providenciais orientados como aconselhamento ético dos poderosos que exercem a "política católica". Os letrados adotam a concepção ciceroniana da história como *magistra vitae*, mestra da vida, compondo a temporalidade dos eventos narrados como exemplaridade do presente (HANSEN, 2002, p.35).

Outro modo de conhecer o que se espera da história é ler o próprio livro considerando o seu material paratextual: lá figuram os preceitos que estão presentes nas narrativas. Por exemplo, nas advertências do livro História da América Portuguesa, fr. Boaventura de S. Gião assim qualifica o livro:

He a idéa do Escriitor igualmente elevada, que o assumpto, e a sua Penna proporcionada a tão sublime emprego, pois desempenha nesta obra o que premeditou o seu conceito e ajuizou o seu pensamento, e com grande brado reputará no theatro do Mundo as proezas, e façanhas do braço Portuguez, no descobrimento de novas terras, tão dilatadas, como incognitas. Descreve a bondade do clima, fertilidade da terra, sempre fecunda nas suas produções; faz presente o passado; e põe à nossa vista, o que está tão longe dos nossos olhos. Pontualmente cumpre os preceitos da narração, e as leys da Historia, porque determina acções, ajusta annos, observa tempos, distingue lugares, demarca terras, individua successos, reduzindo a abbreviados períodos o que poderá ser matéria de copiosos tratados (PITA, 1730, p.13).

Também a aprovação de Manoel Guilherme para o livro História da América Portuguesa apresenta sucintamente alguns preceitos da história. Estes textos circulam primeiramente em páginas avulsas que, quando inseridas no corpo do livro, legitimam aquela leitura como católica. Cumpre, por isso,



uma função definida pelo universo retórico de sedução do leitor (*captatio benevolentiae*)<sup>61</sup>. Diz ele:

Vi o livro intitulado Historia da America Portugueza, composto por Sebastião da Rocha Pitta, e na brevidade de dez dias, em que o li, mostro admirey a frase verdadeiramente Portugueza, desaffectedada, pura, concisa, e conceituosa. Que me parecer, que o Author desempenha todas as leys da Historia, que ouço dizer são muitas, e de difficil observancia. Pela principal razaõ de não ter cousa contra a Fé, ou bons costumes, me parece he merecedora esta obra da licença, que pertende (PITA, 1730, p.15)

Ou ainda a do Desembargo do Paço:

Lendo a Historia da America Portugueza, com compos Sebastião da Rocha Pitta, não achei nella cousa, porque se deva negar a licença de se imprimir; antes me parece, que não sómente he digno de louvor, porém ainda de premio o zelo, com que seu Author quis augmentar a gloria da Patria. Delle se vê, que a soberana protecção, que Vossa Magestade concede às artes, e sciencias, inspirando os mayores escritores da Europa, anima tambem os das mais distantes partes do Mundo; pois as remotas, e dilatadas Provincias da America lhe tributaõ mais preciosos thesouros, que os de suas minas neste livro, o qual se adorna com os successos historicos, que refere, e brilha com varios ornatos poeticos de largos episodios, frequentes figuras, e discretos panegyricos, que contem.

Algum reparo se poderá fazer na miudeza, com que em historia taõ succinta relata alguns successos mais dignos de horror, e silencio, que de memoria, mas não fazer delles menção, seria diminiur a gloria dos leaes, encobrando a infamia dos traidores contra as severas leys da historia: nihil veri non audeat. Este he o meu parecer. Vossa Magestade mandará o que for mais conveniente ao seu Real serviço. Lisboa Occidental, 25 de julho de 1727.

Martinho Mendonça de Pina e de Proença.

Que se possa imprimir, vistas as licenças do Santo officio, e Ordinario, e depois de impresso tornará a Mesa para se conferir, e taixar, que sem isso não correrá. Lisboa Occidental. 1 de Agosto de 1727.

Marquez P. Pereira. Oliveira. Teixeira. Bonicho!<sup>[p.22-23]</sup>{pita.

Entre os documentos exordiais, as aprovações do Ordinário, da Inquisição e do Paço deviam testemunhar a verdade da instrução cristã que o

---

61 Seguimos, aqui, uma acurada pesquisa de : "É pois do ponto de vista discursivo que notadamente prólogos, cartas ao leitor, discursos laudatórios, prefácios e dedicatórias têm a mesma finalidade do exórdio, qual seja, conquistar o interesse e a benevolência do leitor, exibindo por antecipação a causa final do discurso que o segue, comumente por meio de fórmulas de modéstia e sempre pela ênfase da importância ou utilidade da matéria, em consideração ainda de sua novidade, unidade ou verdade)" (SOCORRO, 2010, p.15)

livro continha, segundo a Lei católica em Portugal, autorizando sua impressão e circulação, de modo que não representasse ofensa "contra a nossa santa Fé católica". É o que se diz na *Aprovação* do livro de Gandavo. Neste livro, o primeiro texto parece ser a aprovação do Ordinário, feita por uma autoridade episcopal do reino e expressa como parecer *ad hoc* solicitado pelas autoridades do Conselho Geral do Santo Ofício da Inquisição, que assinam o segundo texto. Ao que se sabe, a última Licença não aparece em todos os exemplares do livro existentes hoje. Pela diferença na caixa de texto, parece ter sido inserida após a impressão completa do volume, e pelo que se sabe, não em todos os exemplares. Aparentemente, esta é a Licença do Paço, ou se faz passar por ela, uma vez que a *História da província Santa Cruz*, foi tirada de circulação depois de impressa.

As aprovações geralmente apresentam concisamente aspectos que são relevantes para compreendermos a confecção das histórias nos séculos XVI, XVII e XVIII, por exemplo, o conceito engenhoso, o uso que se faz da verdade, o que se quer por particular e produção de verossimilhança. Ainda seguimos Carvalho (2010):

Prólogos e cartas ao leitor, licenças do paço, do ordinário e do Santo Ofício, privilégios, dedicatórias, apresentações, discursos encomiásticos e títulos, todo este conjunto tem ação retórica similar à do exórdio, parte da composição definida na Retórica aristotélica como início do discurso (arché logou - principium dicendi) que predispõe e prepara o espírito do público, dando "o tom" da composição. Estamos, portanto, no conhecido domínio da disposição retórica. A disposição desses discursos preambulares interfere no decoro da obra em si, compondo parte de sua autoridade, mormente no livro impresso, embora também seja perceptível nos livros manuscritos, pois é fácil perceber que o então crescente mercado da indústria da impressão afetou de modo definido e irrecusável o estatuto e o status dos discursos de apresentação do livro como um todo. Deve-se portanto partir da concepção prevista pela retórica de que na disposição de um discurso reside uma ação artificiosa e que, por consequência, o exórdio é também um artifício retórico, o que significa, como decorrência direta e simples, que apresenta efeitos previstos ao texto que principia (p.11).

A assimilação do trabalho de Carvalho (2010) é aqui interessante, no entanto, nos distanciamos da autora quando é proposta a adequação unívoca entre exórdio e textos regimentais-laudatórios preambulares. Mesmo que as

aprovações, prólogo ao leitor, licenças do Ordinário, do Paço e demais textos produzam o efeito da *captatio benevolentiae*, a sua semelhança com a disposição (*dispositio*) retórica é mais por semelhanças no efeito do que por semelhanças estruturais no texto. Citamos por exemplo a Retórica impressas no XVI de Segni, na qual atualizam-se os usos retóricos do discurso, mas ao mesmo tempo estes textos preambulares estão lá no livro, significando outras coisas diferentes dos efeitos retóricos do *exórdio* aristotélico.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII dizia-se que a História narrava as ações "particulares" de agentes melhores-do-que-nós fundamentando-as em princípios "verdadeiros". Já foi dito que a *História da América Portuguesa* (SINQUEVISKE, 2000), é um dos pontos no corpo político do Estado em que se (re)afirma a verdade apresentando as ações gloriosas dos agentes justificadas em seus modelos teológicos-políticos (HANSEN, 2003).

Matéria fundamentalmente *exemplar*, supõe-se que a *história* pode ser ordenada por preceitos retóricos; apresenta alguns usos morais, políticos e civis das ações que encena; parte de acumulações de autoridades eclesiásticas, bélicas, poéticas, heróicas, etc. e cumpre determinações que regulam a sua circulação num "sistema de editoração" que assume como norma o uso de censuras, reparos ou panegíricos.

A *aprovação* de Antonio Rodrigues da Costa do Conselho Ultramarino de Portugal<sup>62</sup> pode ser um *exemplo* desta articulação que estamos dizendo entre "práticas letradas" e "memória social":

Em execução da ordem de Vossas Excellencias vi o livro, intitulado Historia da America Portuguesa, composta pelo Coronel Sebastião da Rocha Pitta; e ainda que me parece mais elogio, ou panegyrico, que Historia, não entendo, que desmerece o Author, que Vossas Excellencias lhe concedaõ a faculdade que pede de poder condecorar o seu nome na edição, que fizer desta obra, com o titulo, que goza de Academico Proivincial desta Academia Real da Historia Portugueza. Vossas Excelencias ordenaraõ o que

---

62 Na ata de Fundação do Conselho em 1591, diz-se das funções deste lugar: "Para centralizar todas as matérias, coisas e negócios da Fazenda, visto que até então eram tratados por vários tribunais dispersos pelo Continente e Ultramar. Agruparia as funções desempenhadas pelos Vedores e administraria a Fazenda Real, cabendo-lhe também o conhecimento das apelações e agravos das contadorias dos Mestrados, as renovações dos prazos das Ordens e a aprovação das habilitações. Tutelaria ainda vários organismos, nomeadamente a Casa de Índia ( e seus armazéns ), as Alfândegas, a Casa dos Contos e a Casa da Moeda}" (MONTEIRO, 1996,p.1).

for mais justo, e acertado. Deos guarde as pessoas de Vossas Excellencias. Casa 10. de Agosto de 1726 (PITA, 1730,p.11).

Esta aprovação é mais ou menos protocolar, porque sabemos que qualquer ofício na América Portuguesa deveria passar pelas mesas censórias lusitanas<sup>63</sup>. Por meio desta simples aprovação, já sabemos que o livro História da América Portuguesa percorreu um largo caminho até a sua impressão<sup>64</sup> e a recstituição destes caminhos do livro de Sebastião da Rocha Pita já foi assunto de diversas histórias, podemos dizer, inventadas ou o que, aqui, chamamos de cadeia de leitores. Por exemplo:

A very rare book. The only general history of Brazil; a meagre and inaccurate work, which has been accounted valuable, merely because there was no other. Rocha Pitta, an intelligent and well-informed Brazilian, compiled a history of Brasil, from the Chronicles of the Jesuits and others authorities, and some valuable local knowledge of his own. This work is extremely copious in the details of its foundation as a colony, its successive governors, its churches, monasteries, and convents; but, in its natural history, productions, commerce, and, in short every point of useful information, is brief, cramped, and deficient; it is written also in the most bombastic and enthusiastic style: yet the Portuguese government in a few years publicly prohibited its being read under the severest penalties, and it is now only to be met with (carefully socluded) in the cabinets of the curious (RICHARD, 1835,p.44)

Outro, ainda, sobre a apropriação política do História da América Portuguesa, no qual o autor diz em nota alguns dos efeitos do livro de Sebastião da Rocha Pita quando se dá a alteração do governo e uma nova

---

63 A estrutura do Conselho era regimentada assim: ``Compunham a estrutura orgânica deste Conselho, o Tribunal e quatro repartições. Faziam parte do Tribunal ( ou Mesa ) o Vedor-presidente e quatro Conselheiros ( dois letrados e dois não letrados ). Cada repartição tinha como responsável um escrivão da Fazenda, coadjuvado por um auxiliar e, em certos momentos, por um juiz da Fazenda. Exerciam ainda funções um porteiro e dois moços de recado}" (MONTEIRO, 1996,p.1-2)

64 Dizemos isso a partir dos estudos de Socorro: ``Os discursos preambulares constituem rica introdução retórica às antologias poéticas do Seiscentos europeu, e não apenas a estas, pois, segundo a regra vigente no período, todos os livros então editados na península Ibérica apresentam um conjunto de discursos que antecedem os poemas ou textos em prosa. Discursos breves, cartas, chancelas e poemas, os pequenos textos de apresentação dispostos antes da matéria do livro propriamente dito são retoricamente regrados na medida em que, especificados pelo uso, testemunham não apenas a exposição pública da obra, mas também o ato de sua publicação, seus efeitos sobre os leitores e as circunstâncias em que o livro está sendo publicado. Trata-se também de textos que, com o objetivo de angariar disposição afetiva para a obra, promovem no registro impresso a recepção favorável que por vezes já existe em função da circulação dos poemas em apresentação oral ou manuscrita em papéis avulsos." (SOCORRO, 2010, p.10)

noção de duração e temporalidade entram em jogo (DIBDIN,1825; DENIS).Ou, ainda,

Poderia citar aqui numerosos autores, naturais do Brasil, que se ocuparam em descrever a história desse belo país. Mas, obediente ao plano que me tracei, ser-me-á difícil examiná-los, ainda que rapidamente. Além de intrépidos viajantes, os brasileiros foram muitas vezes interessantes historiadores. Infelizmente, como suas biografias o atestam, nem todas as suas narrativas vieram a lume, e sem dúvida os amigos da literatura devem lamentar vivamente a completa cessação de um trabalho que deveria tornar conhecidas inúmeras particularidades curiosas sobre a Ásia, a África e o Novo Mundo. O primeiro volume dessa coleção foi dado ao prelo em 1795, mas não chegou a aparecer, e provavelmente um sem-teto de memórias curiosas, compostas por brasileiros, não puderam vir a lume. Seria obre digna do governo continuar essas antigas pesquisas, futando à poeira das bibliotecas os documentos que ali jazem amontoados (CÉZAR, p.76)

Por isso, memória é, aqui, práticas, usos e também memória autorizada, como se compreende a partir da aprovação de d. Antonio Caetano de Sousa. Diz assim:

... pelo que he muito de agradecer a curiosa applicação, com que seu Author se empregou em escrever esta História, que, sendo principalmente política, tem muito da natural, pelo que se faz mais agradável, não só pela notícia dos seus preciosos mineraes, mas pela de innumeráveis animaes terrestres, quadrúpedes, reptiles, e voláteis, monstrosos horríveis, ainda aquáticos, porque aquelles mares produzem cousas de grande admiração como também o são as vegetais, com tão extraordinárias produções da natureza, que fazem fertilíssima aquella grande porção de terra, comprehendida debaixo do domínio do nosso Augusto Protector.

Ao tratar do corpo natural do mundo novo inscrevendo estas *etopéias*, *ekphrasis* e outras espécies descritivas em sistemas válidos de artes para o presente de Rocha Pita esperamos articular pelo campo da memória discussões que ficaram de fora das teorias literárias e históricas. %Falamos, por isso, de uma história que a todo momento

As adequações aristotélicas e a produção de leis universais são já anunciadas nos prólogos. Por exemplo, ao dizer:

Adverte o Author, que da riquissima America (taõ dilatada, que se estende por quasi quatro mil legoas de comprimento, estando

ainda por saber as que tem de largo, e jaz debaixo de tres diversas Zonas, dividindose em Septentrional, e Meridional) da parte Septentrional não falla, e só trata na Meridional da grandissima porção, que comprehende o Estado do Brasil, assumpto desta Historia da America Portuguesa (p.9)

Observando a ciência que considera tudo o que contém dentro do circuito do céu (APIANO, 1578) a partir dos círculos que, acreditava-se, compunham a esfera da Terra, pode-se compreender a invenção da separação e distribuição dos lugares assinalados do Império Luso, invenção fingida a partir das correspondências imaginadas entre lugares particulares em terra firme. É importante observar como a História faz uso das regras das Cartas Geográficas, nas quais descrevem-se apenas uma região ou um Reino, da Hidrográficas, onde se descrevem Mares, Baías e Enseadas e como este saber combinado com as regras de viver dos homens podem determinar o uso das leis que se instauraram em terras lusitanas.

Apresentados sucintamente alguns dos preceitos (ou leis, ou princípios, ou regras, ou usos, ou práticas, ou modos de apresentação) da História, passemos aos procedimentos da *descriptio* e como este ornato retórico é vinculado à noção de bem-comum e "corpo-do-Estado".

### 3 Corpo Político e Corpo Natural

Nos casos citados de História da América Portuguesa para a produção da verossimilhança das matérias está suposta a conveniência da encenação daquele objeto ou do que se pode conhecer sobre determinado elemento. São, por isso, produções de enganos, manhas descritivas (*simulationis artificium*) com os *quais se mostra que se sabe, ou que se quer fazer, ou dizer alguma coisa, que não se sabe, nem se faz, nem se diz (simulatio)*. Seguimos o estudo de Janiga (1990) sobre a História impressa no setecentos na América Portuguesa. Diz assim:

In the sixteenth century, truth was considered to be that body of information guaranteed by an authority. Only through the power of tradition or by means of the personal prestige of the author could historical facts be transforme into `truth'. Therefore, there is a discursive displacement in these texts from the representation of events themselves to the imaginative elaboration and interpretation of the historical occurrence(p.35)

Em doutrinas retóricas no setecentos, em particular as ciceroneanas, os testemunhos são referidos como razão para *fundar muchas ciudades, sufocar muchas guerras y establecer muchas e muy firmes alianzas y amistades inviolables (CÍCERO, p.85)*". Daí, em História da América Portuguesa o testemunho principia louvando a parte do novo mundo *"tantos séculos escondido e de tantos sábios caluniado"* a partir da amplificação da *"vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas;* e, depois de louvadas os corpos naturais, louva-se as produções da terra, a cana em particular.

Em doutrinas sobre o epidítico (MENANDRO, 1981) o louvor subdivide-se em louvor à deuses e louvor a objetos. Determinada a matéria central do louvor, neste caso a Coroa lusa em terras americanas, Rocha Pita passa a descrever em detalhes como cada assunto em específico participa do todo que lhe convém. Para as histórias, os assuntos louvados são a) cidades e países e b) obras de criaturas que compõe as cidades e estados. Para este segundo assunto, as doutrinas retóricas subdividem os assuntos históricos em a) homens, b) animais aquáticos, c) animais terrestres (voadores e quadrúpedes)

e d) objetos inanimados. As matérias são louvadas pelos privilégios da ordem que as Escrituras encerram. Dito assim, parece à primeira vista que deixamos de lado o princípio aristotélico dos 'agentes em ação' próprio para a escrita da história. No entanto, nos tratados descritivos de assuntos brasileiros (em especial aqueles recuperados pelo IHGB para a construção da imagem brasílica no Império) as descrições do corpo natural e material da América são matérias extensivas que compõe grande parte das narrativas. São matérias em comum nas narrativas históricas de Cardim, Piso, Soares, Pita e Gandavo as descrições dos gados, canas, engenhos, bálsamos, copaíbas \ldots e outros assuntos. Cada uma destas narrativas atualizam estes corpos materiais com um enunciado (verba) utilizando-se dos modos do epidítico e da chancela da Igreja Católica para a produção do louvor. Em Hexamerão diz assim:

Diz a Escritura: produza a terra a alma vivente segundo a espécie, quadrúpedes, serpentes, animais da terra e rebanhos segundo a espécie, e todos os répteis segundo a espécie. E Deus fez os animais da terra, todos os rebanhos segundo a espécie e tudo o que se arrasta sobre a terra segundo a espécie. E Deus viu que era bom e Deus disse: Façamos o homem. Nesta passagem, não ignoro que alguns enumeram as espécies de animais, de gado e de répteis da terra, para relacioná-los à crueldade dos crimes, à insensatez do pecado, à imoralidade do pensamento: eu, porém, aí vejo apenas a natureza de cada espécie (AMBROSIO, 2009,p.227)

É muito comum na tratadística setecentista as descrições históricas serem referidas por este acúmulo de exemplos que tipificam os assuntos a serem descritos. Assim, a erudição do letrado constrói os lugares das histórias.

Os rios, montes, frutos, lagos, aspectos topográficos, hidrográficos ... do Novo Mundo são dissimulações ou disfarces compostos sob uma espécie de Prudência tímida, digna daqueles que produzem discursos fabulosos. Difere-se, aqui, da Dissimulação honesta que Gracián trata para assuntos políticos. Este rebuço inventivo é, por isso, indigno da Magestade. Ao político, diz Gracián, "deve-se nunca dar mostra do que se deseja, falar-se contra o que se entende, contradizer-se o que se quer, abraçar o que se aborrece, mostrar-se furioso com sangue frio e, no fervor do sangue, fingir-se plácido e benigno". Bluteau ainda define:



Na sucessão dos acontecimentos, Rocha Pita relata que tendo 'já dado o sol cinco mil e quinhentas e cinquenta e duas voltas ao zodíaco, pela mais apurada cronologia dos anos' 'uma tempestade' trás à costa brasileira Pedro Álvares Cabral. São atribuídos ao capitão epítetos como 'famoso, ilustre. Este relato diz do primeiro, logo o melhor entre os lusitanos, sob os critérios de fidalguia acima ditos. O próêmio de Rocha Pita louva e constitui a unidade da Coroa lusitana louvando a parte da América Portuguesa, constituindo a genealogia lusitana e os acordos políticos que mantinha firme com a nossa obediência e religião'. Em seguida, tendo findo a composição geral da Coroa lusitana, Rocha Pita passa a descrever a posição do Brasil em relação aos meridianos:

Em retóricas é dito que são três os gêneros de narração: o primeiro é aquele no qual se expõe o que aconteceu, visando a vitória (CÍCERO, 2005, p.65), o segundo é o que entrecorta o discurso para fazer a fé, incriminar, fazer uma transição ou uma preparação (p.65) e o terceiro afasta-se das causas civis, mas deve ser exercitado como invenção apóitando-se nas ações ou nas personagens. Em Rocha Pita as invenções sobre o novo mundo reafirmam o domínio lusitano em terras americanas. Este modo de se dizer sobre a localização geográfica brasileira é atualizada em diversos tratados históricos e estes tratados utilizam-se de saberes específicos.

Este modo de constituir as histórias futuras foi referido por Foucault na aula de 9 de janeiro de 1980. Foucault conta de um uso de um teto por Sétimo Severo no século I d. C. no qual pinta-se as virtudes que devem ser atribuídas àquele que decide as leis. Coisa semelhante se faz nas Casas de Caridade (Igreja, Monastérios, Palácios, Fortes ...) na Cidade de Salvador e que seguem descritas no livro de Rocha Pita. Nos ambientes destes edifícios onde se reúnem os homens ilustres é comum ter objetos (afrescos, esculturas, livros, quadros \ldots) que representem a ética que cada um deve praticar (caridade, benevolência, etc.). Recupero a anedota que Foucault diz do caso de Sétimo Severo, pois sentidos semelhantes podem ser atribuídos às cosmologias (e posições em relação às estrelas) das igrejas da cidade de São Salvador como Rocha Pita as descreve ou como seguem representadas nos frontispícios dos livros, já que, como dito, o livro representaria a imagem do império como um todo.

Com o excelente estudo de Patricia Seed (1990), aprendemos a relacionar a descrição celeste nos escritos do século XVI relativos às navegações portuguesas a um novo conhecimento astronômico, com medidas mais precisas do firmamento. Assim, por meio de um conhecimento teórico e técnico que pretendia constituir a autoridade real portuguesa nas terras de além-mar, legitimava-se o descobrimento da terra pela descrição do céu que a recobre. Assim, às imagens do mundo correspondem ao passar do tempo (AMBRÓSIO, 2009, p.26) e a constituição destes domínios e os tempos descritos em seus particulares quando atualizados dão forma ao curso dos futuros anos, "para que por esta lei surgisse a sucessão dos anos (p.26)".

Com Seed (1990) aprendemos a observar os diferentes modos de se dizer senhor daquele local e como os diferentes modos de legitimação da posse geraram contestações, querelas e invasões. No caso português Seed (1990) estuda as invasões holandesas e como os navegantes de Maurício de Nassau "seguem na esteira" dos lusitanos, invadindo cada território alcançado. Para a autora, é provável que as tecnologias náuticas lusitanas tenham se desenvolvido mais rapidamente do que as holandesas. Certo é que ficaram os registros das guerras brasílicas quando os holandeses obstinavam-se na aquisição de sua posse. O estudo é interessante e é válida a sua leitura pois que os dados são levantados a partir de discursos que se fizeram sobre as navegações em diferentes estados nacionais: legais, regimentais, sermos, entradas triunfais etc. Então, nestes sistemas, a produção do louvor das novas sementes e da variedade da terra correspondem à conveniência dita em doutrinas teológicas de que, no princípio das coisas, fosse registrado em primeiro lugar a geração das espécies e que "a mesma geração fosse aquecida por brisas mais amenas (AMBROSIO, 2009, p.27)". Nestas doutrinas, a sucessão dos anos corresponde ao que primeiro disse a lei de Deus: "Que a terra germine a erva do feno, produzindo semente segundo o gênero e segundo a semelhança, e a árvore frutífera dando seu fruto (p.26)" e, daí, qualquer que fosse o tempo (passado, presente ou futuro) estaria a Terra ordenada para receber a obediência à lei cristã. Por isso em cartas fundadoras da brasilidade figuram o louvor da variedade da natureza em terras recém-descobertas.

Observemos como há ainda coincidência entre as cosmografias e as histórias quando é sugerido, em Apiano, que a partir desta correspondência entre proporção e medida é possível sugerir a proporção dos climas, diversidade dos dias e noites. Em textos seiscentistas e setecentistas que versam sobre o Brasil estes assuntos são tópicos atualizadas. Mesmo a invenção da demarcação do Novo Mundo subordinada a outro Estado segue semelhantes princípios.

Esta divisão das medidas do mundo pela situação dos seus habitantes é saber antigo e permanece ainda no XVIII. A postura diversa dos habitantes do mundo recebem nomes gregos - Periecos, Antecos e Antipodas. O Perieco significa o mesmo que habitantes à roda e são os que, de acordo com as doutrinas, vivem em um mesmo paralelo, mas em diferentes Meridianos. Os Antecos são habitantes que se encontram ou que estão defronte, são os que vivem debaixo do mesmo meridiano, mas em paralelos opostos e igualmente apartados do Equador. Os Antipodas - caso dos habitantes das Índias Ocidentais e Orientais - são aqueles que tem os pés voltados contra os pés dos outros, vivem em meridianos e paralelos diametralmente opostos. São, por isso, opostos em tudo: Nadir de uns, Zenith de outros; meia noite para uns, meio dia para outros; Inverno para uns e Estio para outros; Boreal se troca para outros em Austral. Como saber antigo correspondem à doxa ou opinião dos habitantes do globo e, por isso, não devem ser confundidos com 'impressões' européias a respeito das terras americanas ou mesmo com 'crenças' e 'fatos' sobre os Tupinambás, por exemplo. Quando em discursos são relatados os 'modos bárbaros' dos habitantes da costa marinha as metáforas correspondem à saberes (scientia) específicos. Por isso as descrições das comilanças de carne humana em fartura, o embalo de uma mãe indígena com o filho em pedaços na cesta atrás das costas, os pés voltados para trás dos indígenas, a justiça e razão incivil e barbaramente praticada (PITA), os furos nos beijos... são acordos discursivos, produções de enganos.

A Cosmografia é, por definição, o traço, descrição e pintura do globo mundo de modo artificioso. A Cosmografia é também gênero onde as geografias, corografias, hidrografias, topografias são espécies e estas ciências (ou artes) coexistem em História da América Portuguesa enquanto "regras" de

produção de verossimilhanças dos índios Tupinambás, dos Caramurus, dos engenhos, dos paus-brasis, dos rios Amazonas, das macucaguás e tantos quais mais forem os específicos fingidos. Por isso, a Cosmografia é doutrina recuperada no século XVIII quando os antípodas são discursivamente reputados por temerários ou quando Rocha Pita recupera Santo Agostinho referindo-os como "fabulosos" pois que não era crível que se pudesse atravessar o Oceano. Quando sobre os tupinambás e tapuias recaem qualidades como "bárbaros" - para citar apenas um exemplo - é possível que, nesta constituição do ethos, Rocha Pita e outros narradores das terras do novo mundo reconstruam esta tradição e façam reparos a estas doutrinas. Naquele sentido que citamos de Kossovitch. de invenção do Mundo. Por isso, quando em Rocha Pita lemos que no vastíssimo corpo da América Setentrional a divisão das gentes em feras ou menos feras, todas bárbaras, "sem regime de lei, ou de razão" observamos a relação disso que é dito com outras artes que comporiam aquele conhecimento (scientia). Especificando a Cosmografia em Geografia, Corografia e outras espécies de demonstrar as coisas que existem no mundo (hydrographia, topographia etc), afunilando cada vez mais as espécies que podem ser ditas em um livro de História, fomos observando que a descrição é recorrente tanto como artifício, procedimento ou regras de fazer. Foucault poderia dizer "técnicas-de-si". quanto como regimes de poder, remédios políticos aplicados ao corpo do estado.

Por exemplo, o Gandavo anuncia o início da descrição do corpo natural da terra de Sancta Cruz e depois dedica inúmeras outras passagens ao mantimento mandioca. Já o Sebastião da Rocha Pita ao principiar a descrição dos mantimentos, dedica parágrafos extensos à produção da cana. Os procedimentos destas descrições foram compreendidas pelo texto *An Idea of phytological history*, de Neemias Grew, impresso em 1673: "In making whereof I proceeded from the Seed fown throughout all the Parts, to the Seed again. Subjoyning to the Anatomy of every part, my thoughts of their oeconomical Uses then deduced (GREW, n.p.)

São ditos em Sebastião da Rocha Pita a testemunho feito sob sua própria vista das espécimes; a descrição da conformação espiral das raízes; a comunicação de muitos usos econômicos de cada parte das plantas e algumas coisas (things) observáveis das partes das flores, frutos e sementes, com

adornos em figuras, como em Grew: "and much better since Things are far more numerous then Men, and no less various and out of fight (p.11)"

Por atualização de elementos políticos em histórias compreendíamos mais ou menos os modos retóricos de produção da história, que reuníamos didaticamente sob os usos amplificativos e das conhecidas sinédoques, relacionados a situações específicas de senhorio. Daí em seu particular a produção do louvor e domínio indicado em História da Província Santa Cruz é interessante àqueles que "vivem em pobreza (GANDAVO, 2005, p.59)" e o livro incita-os a "escolherem(p.59)" o Novo Mundo "para seu amparo(p.59)". Já em Gabriel Soares de Sousa, a produção do louvor amplificada desta parte do governo Luso é por ser "esta província abastada de mantimentos de muita substância e menos trabalhosos que os de Espanha (SOARES,2008,p.34)", dentre eles as madeiras, carnes, algodões etc que seguem descritos no livro. Observávamos os usos (consuetudo) em diferentes histórias das doutrinas de produção de louvor e vitupério e procurávamos verificar como estes usos eram atualizados quando subordinados aos regimes do rei D. João V a partir do livro História da América Portuguesa de Sebastião da Rocha Pita.

À medida que a pesquisa avançava, íamos combinando saberes sobre o Novo Mundo. Os saberes sobre o corpo natural do Novo Mundo são fingidos dissimuladamente nas histórias de Rocha Pita, Piso, Cardim, Gandavo, Soares, Frei Vicente do Salvador e também nas cartas de Nóbrega, Vieira, nos relatos de Hans Staden, Vilegagnon, no Frei Caneca, Diogo António Feijó, José Bonifácio de Andrada e Silva etc. Ao início da pesquisa perguntávamos como poderíamos rastrear estes modos de fingir principalmente se os pensássemos sob os modos de inventar das poéticas, retóricas e demais doutrinas de fingir tipos.

A produção de narrativas nos séculos que nos interessam é devedora dos esquemas interpretativos de mundo no seiscentos e setecentos nos quais as mudanças são naturais às coisas que estão debaixo do céu da Lua, como diz Aristóteles. Nestes esquemas, é natural os movimentos circulares para os céus e para os homens, por isso, as coisas nas histórias sucedem umas às outras e se renovam nos pequenos mundos descritos em cada relação, supostos nestes sucessos a mão de Deus que organiza a vida dos tipos descritos. Nas hierarquias do História a inspiração divina constrói os sucessos

dos lusitanos e nestes artifícios as árvores e plantas se renovam, descritas com novos ramos, flores, frutos por não lhe faltarem os contínuos e sucessivos ocasos do sol, lua e estrelas com suas fluências e obrigações. Por isso, o mundo descrito por Rocha Pita é perfeitamente redondo, pois que sua esfera Natural é a máquina do mundo criada por Deus e sua esfera artificial é um instrumento narrativo composto de diversos círculos, pontos e linhas que servem para explicar a situação do mundo e os movimentos da esfera natural\cite{geografialusitana}. É o que se diz nas Advertências:

O esquema dos livros que constituem o História compõe um repertório dos tempos distinguindo as matérias que nele se trata. Primeiro, fala-se do tempo e das partes que o compõe, difere-se a parte do mundo a ser descrita observando os prognósticos das mudanças dos ares, culturas das árvores, criações de animais, observação das marés e rios. Dentre as coisas naturais, observa-se, ainda, as ervas medicinais e daninhas relacionadas com lunarios e eclipses. O que é dito no livro sobre as propriedades dos signos e Planetas não tira a constituição do homem e nem necessidade às obras humanas, sujeitas à correção e obediência à Igreja Romana, como diz a aprovação do Santo Ofício de Fr. Manoel Guilherme, qualificador do Santo Ofício, Examinador das Tres Ordens Militares:

Vi o livro intitulado Historia da America Portugueza, composto por Sebastiao da Rocha Pita; e na brevidade de dez dias, em que o li, mostro admirey a frase verdadeiramente Portuguesa, desaffectedada, que ouço dizer são muitas, e de difficil observancia. Pela principal razaõ de não ter cousa contra a Fé, ou bons costumes, me parece he merecedora esta obra da licença. que pertende. Vossa Eminencia mandará o que for servido.

E o leitor é fingido como benévolo a estas explicações do mundo.É o que parece ser dito no Prólogo ao leitor de Rocha Pita: Isso porque o modo de saber conforme o modo de ser das coisas é natural: começa-se com a natureza desde o mais simples, primitivo e imperfeito, prosseguindo pelas coisas que são derivadas da coisa primeira, compondo o artifício até chegar ao registro ``perfeito" do assunto, dando matizes com a ordem de doutrina de cada coisa que se quer tratar. Daí, para o História é possível que cada matéria seja fundamentada com assuntos civis, cotidianos, religiosos, náuticos \ldots É

nesta ordenação das coisas que as matérias descritas por Rocha Pita relacionam com os estudos sobre a memória. Em doutrinas sobre a história é comum dizer-se dos gêneros das histórias: efeméride ou diário (diurno, ephēmeris) para o registro de um só dia; calendários para os registros em cada mês e anais para os feitos de um ano. Cada um desses registros respeitam às ações dignas de memória, ``na guerra e na paz, no mar e na terra(PINTO, 2010, p.395)". A história é nesta razão ``o feito de muitos anos ou tempos, cujos comentários anuais foram depositados nos livros com diligência (p.396)"

Esta tópica do *historia magistra vitae* é comumente relacionada ao louvor ou vitupério por ser composta segundo sistemas retóricos que ordenam os discursos. Os exemplos que escolhemos para compor este anúncio de pesquisa deixam entrever o louvor da História promovido pelo historiador para narrar as histórias e, desde que enunciados, estes exemplos servem de matéria para a invenção de outros que ficam subordinados a um princípio unitário de interpretação.

Na construção do discurso histórico, que pertence ao gênero demonstrativo da retórica, as tópicos do lugar ameno cumprem a função de louvar o monarca senhor daquele domínio por meio da amplificação (*minutio* ou *exaggeratio*) das qualidades dos ventos, rios, lagos, etc. Mesmo sendo Plínio, o Velho e Teofrasto citados diretamente nos textos históricos, não podemos perder de vista a ``interferência" de outras espécies de escritos. Para propor a descrição dos objetos, o historiador faz uso de diversas categorias, entre elas a *ekphrasis*, empregando a figura ``topografia" (*loci descriptio*), que se vincula à noção de lugar, região e países particulares, bem como à noção de flores, frutos e árvores. O historiador descreve as regiões como uma pintura de toda a terra com suas partes, demarcações, etc., empregando-as nos acidentes e qualidades da terra, como o número de habitantes, quantidade de casas, espécies de frutos...

Louvando primeiro a enorme variedade de espécies, o historiador escolhe algumas em particular, enumerando seu sabor, fragrância, beleza, como indica Plínio, o Velho, no livro xxii de sua História. Ao nomear as espécimes ele atribui ou imputa noções análogas e verossímeis daquilo que se espera do objeto. Por ``atribuir" (do latim *attribuere*, *attributio*, *assignatio*) entendemos aplicar (por uma coisa junta ou por cima de outra) a uma pessoa

ou a uma coisa algum predicado (ou qualidade). A construção da fábula, por exemplo, é uma atribuição de uma série de comparações ou qualquer outra coisa que se tem trazido no discurso, as vezes sem conhecimento seguro, dos feitos ou qualidades de alguém ou algo.

Nos xvi, xvii e xviii, "atribuição" refere ao mesmo sentido que "assinalar" algo a alguém como de sua competência ou assignação de algum título, como quando Camões diz: "As armas e os Barões assinalados" o auctor honra a coisa que pertence ou se atribui a algum. Atribuições de nomes para flores, frutos, gentes, etc, por isso, significa dar, aplicar, apropriar, dar peso, valor, crédito, considerar como causa deste ou daquele efeito.

Ainda no século xviii, o mesmo lugar ameno é recuperado nas histórias impressas pela Academia Real de História. Atualiza-se os modos de dizer do domínio, os lugares que interessam para promover o louvor e as próprias categorias retóricas. No caso do Guilelmo Piso e Gandavo (para citar apenas dois), o locus amoenus é construído a partir da movimentação dos ventos e suas propriedades curatórias, da construção da esfera do mundo (no caso, da indexação desta parte do mundo ao sistema de mundo conhecido). Para o Sebastião da Rocha Pita, por exemplo, importa dizer que o mundo já é dominado, conquistado e faz parte do Império Lusitano, sendo uma de suas antípodas.

Um exemplo disso que falamos é quando, por exemplo, em histórias demarca-se o sítio do Novo Mundo. Ao observar a situação e configuração do mundo encontrado demonstra-se quais paralelos são coincidentes no Equador e até qual meridiano é possível observar uma certa "formação triangular" do Novo Mundo, "cuja base é para o Oriente" (Pita), como dizem os historiadores das terras portuguesas. O exemplo pode ser detalhado se prosseguirmos elencando os dados que formam a ymago mundi do Brasil: sua relação de oposição com os etíopes, qual lado é voltado para o Oriente, qual base do triângulo se estende em linha reta para o Ocidente ... Nestes modos, segundo a distinção e distribuição dos círculos declara-se o lugar das terras a que se correspondem e a medida e proporção delas entre si. Ora, o que é isso senão o que faz a história?

Seguindo neste propósito, selecionamos em diversas histórias o princípio das narrações das variedades das plantas e, por meio da



apresentação discursiva que se seguirá nas próximas páginas, procuramos demonstrar as semelhanças entre os efeitos de sentidos produzidos pelos enunciados. No Gandavo, por exemplo, na promoção do louvor da variedade das plantas, flores e frutos, diz--se:

São tantas e tão diversas as plantas, frutas e ervas, que há vasta província, de que se podiam notar muitas particularidades, que seria coisa infinita escrevê-las aqui todas e dar notícia dos efeitos de cada uma miudamente. E por isso, não farei agora menção, senão de algumas em particular, principalmente daquelas, de cuja virtude e fruto participam os portugueses. Primeiramente tratatei da planta e raiz de que os moradores fazem seus mantimentos que lá comem em lugar de pão (GANDAVO, 2008, p.87).

Louvando primeiro a enorme variedade de espécies, o historiador escolhe algumas em particular, enumerando seu sabor, fragrância e beleza. Para compor a descrição das frutas nativas da região o historiador faz uso da ekphrasis, que é um termo retórico utilizado para designar a descrição regulamentada de lugares, personagens ou de um verossímil análogo de objetos que se assemelham à expectativa que o público ou leitor têm sobre aquele objeto. Segundo as *Retóricas*, a descrição tanto funciona dentro da narratio como pode ser mencionada enquanto ornato retórico. Nos usos retóricos da *descriptio*, ela é comumente associada a uma definição imperfeita (ou *causa segunda*) ou representação, ou pintura de alguma coisa com palavras, principalmente, de elementos que formam a geografia do mundo (*terrae descriptio*) (lugares ou topografia). Descrever se define, aqui, como *evidentia*, cujo sentido é tornar visível aos olhos as ações. A *eckphrasis* geralmente é referida como uma pintura viva (*enargeia*) e embora seja comumente relacionada à pintura, a *eckphrasis* pode estar relacionada a qualquer cena ou imagem demonstrada vividamente através de proceçimentos retóricos, por meio de uma descrição amplificada das matérias propostas pelos discursos e participa da produção da verossimilhança da História, como nos assegura o História da América Portuguesa.

Qual a diferença de produção de efeito de sentido entre uma história e outra? No Gandavo, a primeira planta escolhida para ser descrita é a mandioca, enquanto que para o Rocha Pita importa a cana. Já para Guillelmo Piso, as primeiras especiarias descritas são as árvores e há breves preceitos

de como se cultivar as terras por estas regiões. Esta escolha aparentemente aleatória revela, entre outras coisas, o lugar político da produção dos mantimentos da terra e em que medida eles servem para louvar o império Lusitano. Analisados cada um dos elementos (mandioca para Gandavo, madeira para Piso e cana para Rocha Pita), percebemos que seguem os mesmos preceitos de louvor e de vitupério e estas descrições são compostas segundo analogias que produzem o efeito do objeto por meio do uso de metáforas. A descrição destes elementos - flores, frutos, montes, rios, gentes - não é rara para os escritos históricos.

Neste sistema é justo que a descrição de elementos que hoje julgamos acessórios louvem também a magnificência e poder do soberano, pois representa o próprio corpo político do Estado. É neste sentido que dizemos que a ordem da descrição dos elementos da fauna e flora brasílicas encenam a própria ordem das hierarquias do Império (português, espanhol ou holandês - a depender do caso). No caso das histórias promovidas e divulgadas pelas Academias o livro tenciona também produzir o efeito de equivaler ao domínio do monarca em toda a sua extensão e em cada um de seus corpos. Nos muitos Horácios impressos entre os séculos XVIII, a fábula é comumente associada a uma ação una, inteira e de justa grandeza. Estes preceitos tornam a representação da ação algo como verdadeiro - ou crível. A ação (ou fábula) é representada como se passou de acordo com o verossímil e necessário. Seguindo neste curso, a história pode apresentar coisas verdadeiras e não fingidas. A construção desta verossimilhança poderia ser assim apresentada nos textos:

Estas ações verdadeiras, verossímeis e necessárias que formam as histórias servem também de matéria de invenção para inúmeras espécies de textos (poemas, odes, épicas, etc.) e são compostas segundo a arte do seu gênero e fingidas por esta mesma arte aptamente\cite{cascales. A produção desta verossimilhança que aceita como norma o elogio, o vitupério, a invenção, o fingimento, sujeita às leis da Igreja, às leis jurídicas entre outros sistemas promove uma série de protestações que asseguram ao auctor do livro o direito de não ser punido por aquilo que diz. Estas protestações geralmente figuram aos finais dos livros, quando os autores reparam os ``falsos" costumes ou ``falsas" leis que imprimiram nos livros. É o caso de História da América

Portuguesa que recusa as ``matérias que tocarem a aparições ou parecerem milagres e sucessos sobrenaturais ditos na história, de Erario Mineral que assevera que se alguma cousa neste livro digo contra a santa fé Catholica,ou contra o proximo, ou contra os bons costumes, o hey por não dito, e em tudo me sugeyto às disposiçoens da santa Madre Igreja de Roma\cite[p.489]{erario.

Louvor, memória e imagem promovem, portanto, a perenidade e perpetuação dos feitos dos homens célebres nos lugares ibéricos reformados e, assim, asseguram aos historiadores, pintores e aos poetas um lugar de fama, honra e glória.

Como a poesia, a pintura observa uma imitatio e um decorum no que respeita à arte e partilha dos efeitos do docere, movere e delectare que cumprem a função ética de representar os costumes e natureza de cada coisa, deleitando os olhos e exortando os espectadores a agir tal qual a coisa passada. Para tanto, o artífice aciona uma memória autorizada presente na mente de quem a pinta e de quem a vê, mostrando aos olhos as histórias acontecidas: a pintura, tal qual a poesia, exige um conhecimento da técnica por parte de quem a pratica e quem a observa Sobre a doutrina da verossimilhança: ``No caso das letras seiscentistas hoje tidas como "barrocas", a doutrina é aplicada, basicamente, como regulação proporcionada das incongruências resultantes da transferência da metáfora para a base das tópicos da invenção desenvolvida dialética e retoricamente como disposição acumulada ou cruzada dos discursos". VER: HANSEN, João Adolfo. Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do Conceito no século XVII colonial. IN: Floema especial - Ano II, n.2, p.85-109 out.2006. Assim, a ordenação é retórica, isto é, mimética e prescritiva, objetivada nas práticas artísticas em esquemas que especificam usos autorizados.

Nestas doutrinas, o conhecimento dos tipos partem das causas e não dos sintomas e, por esta razão, nos discursos históricos, a descrição dos usos do corpo natural pelos habitantes mais experimentados da terra são referidos nas narrativas como `erro', pois que de acordo com estas doutrinas, os homens da terra mais velhos e experimentados (pajés e índios) deduzem o tratamento pelos sintomas e negligenciam as causas. Cesare Ripa diz assim sobre a Corografia:

Chorographia è detta Coros, che in Greco significa luogo, è Grapho denota scrino, onde Corographia tanto vale, quanto descriptione d'un luogo, cioè d'un Città, ò terra particolare, ouero paese, mà non però troppo grande, essendo questo nome l'istesso presso Tolomeo col nome di Topographia, la quale propriamente parlando, disegna un luogo particolare (RIPA, 1659, p.120).

No XVIII a corografia é sinônimo de Topografia e, na descrição, considera lugares particulares por si mesmos, sem consideração nem comparação entre si ou com outros. A produção de verossimilhança na corografia poderia ser exemplificada por uma cidade, na qual se relacionam todas as particularidades e propriedades, por mínimas que sejam de determinados lugares sejam dignos de notar: como são portos, lugares, povos, vertentes de rios e todas as coisas semelhantes. Nas cosmografias, em especial a de Apiano, é comum referir a corografia como o pintar de um lugar particular, ``como se um pintor pintasse uma orelha ou um olho e outras partes da cabeça de um homem".

Este artigo de Kurman rastreia usos da efrase em épicas a partir da descrição do escudo de Aquiles, na Ilíada de Homero e diz das suas apropriações em diversos textos poéticos e supostas movências do termo (deus artifex, descriptio, \ldots). Para compor a descrição dos lugares, o historiador faz uso da ekphrasis, empregando a figura ``topografia", que se vincula à noção de lugar, região e países particulares. O historiador descreve as regiões como uma pintura de toda a terra com suas partes, demarcações etc., empregando{-as nos acidentes e qualidades da terra, como o número de habitantes, quantidade de casas, propriedades formais, visuais, táteis, gustativas \ldots das espécimes.

Por exemplo, Gandavo, ao descrever as casas de taipa e o aprimoramento da técnica por meio do uso de pedra e cal, louva esta parte do Império aproximando{-o a) dos atributos arquitetônicos da corte e b) das finalidades civis e políticas das terras americanas. Para exemplificar um dos usos da técnica arquitetônica em Portugal no xvi temos notícia de que o tratado Estudos sobre embadometria, estereometria e as ordens de arquitetura de Filippo Terzi impresso em 1578 serve de invenção para as descrições das igrejas da cidade da Bahia compostas por Sebastião da Rocha Pita. Sabe-se, por exemplo, que o templo do Convento de São Francisco, concluso em 1680 e

derrubado durante as guerras entre os holandeses, foi construído na cidade de São Salvador segundo estes preceitos, emulados provavelmente dos tratados de Alberti. Este, por sua vez, segue os preceitos de Vitruvius no *De architectura*. Os usos são sempre particulares e, para discutir-se a memória destes casos, a produção dos enunciados (verba) devem ser lidos caso a caso pois cada descrição adquire sentidos e efeitos persuasivos específicos em sua ocorrência, constituindo-se de opiniões moralmente aceitas por diversas doutrinas.

A produção do discurso histórico em *História da América Portuguesa* seria permeada desde o início pelo encômio à Coroa e aos grandes feitos portugueses, a partir da amplificação da matéria proposta pelo discurso. Neste percurso, em Rocha Pita, do *Novo Mundo* "a melhor parte" é o Brasil e, se do Brasil, a melhor parte é a "potentíssima cidade da Bahia", sendo a "cabeça do Estado" da Coroa de Portugal, logo não é a Bahia em última instância que é rica, mas Portugal como cabeça do Império. Simultaneamente ficaria implícito que os outros membros como as cidades do Rio de Janeiro ou do Recife são necessariamente inferiores à Bahia e à Portugal, embora compusessem também a grandeza de Portugal. A metáfora aqui produziria a elevação ou rebaixamento do todo de que participa.

No *Tratado das significações das Plantas, Flores e Frutos* de Isidoro de Barreyra a "Oliveira" é metáfora para coisas puras, comparada à Igreja Católica por Santo Agostinho. Assim, quando Rocha Pita relaciona a cabeça do Estado lusitano à oliveira e pomba discursivamente enuncia a concórdia do Reino. Para isso, da leitura de algumas preceptivas, tais como as *Retóricas* de Aristóteles e Cícero, verificava como o discurso histórico era concebido pelos retores na Antiguidade. Procurava entender, então, como as artes retóricas e poéticas que tratam do discurso histórico foram apropriadas no período que se estende do xvii ao xviii e, com isso, pretendia verificar o pertencimento de *História da América Portuguesa* ao gênero demonstrativo das retóricas, tendo por fim a promoção do louvor do empreendimento civilizatório das terras do Novo Mundo, como disse a *Dedicatória* de Sebastião da Rocha Pita.

Assim, em *História da América Portuguesa* deviam estar descritas coisas que compõem partes conhecidas da Terra e coisas assinaladas que compunham a redondez da Terra.

Para compor o globo terrestre, são recuperados os princípios das coisas como as pensaram Platão ou Aristóteles; Santo Ambrósio ou Santo Agostinho. Observando diversos enunciados em diferentes histórias verificamos que era possível que a ordenação na história ajudasse a conservar na memória a ordem e localização dos lugares, "como se um homem quisesse pintar uma cabeça inteira como se convém" com o propósito de deleitar homens ilustres e servir de exemplos para as virtudes belicosas dos homens de armas. As histórias até o setecentos são ratificações da fé cristã e partem de princípio 'verdadeiros' que referem ao 'tempo, à ordem ou ao alicerce (AMBROSIO, 2010, p.394)'.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Censura Lusitana: uma pré-história da crítica literária**. Campinas: Caminhos do livro no Brasil, 2007.

ACTAS da Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1947, v.I.

\_\_\_\_\_. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1947, v.I.

\_\_\_\_\_. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1947, v.II.

\_\_\_\_\_. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1947, v.II.

\_\_\_\_\_. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1947, v.III.

\_\_\_\_\_. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1947, v.III.

AGOSTINHO. De libero arbitrio. El libre albedrio. Bilíngüe In: **Obras de San Agustín**. Madrid: Editorial Católica, 1982. p. 215-432. (Edição Bilíngüe).

ALBERTI, S. J. M. M. Amateurs and Professionals in One County: Biology and Natural History in Late Victorian Yorkshire. In: **Journal of the History of Biology**. v. 34, p.115-147, 2001. Disponível em: <<http://www.ingentaconnect.com/content/klu/hist/2001/00000034/00000001/00316127>>. Acesso em: 09 maio. 2010.

ALCAÇAR, B. **Das especies, invençam e disposiçam das oraçoens que pertencem ao genero exornativo do padre Bartholomeo Alcaçar da Companhia de Jesus no seu tratamento da Rhetorica**. Coimbra: Companhia de Jesus, 1750.

AMBRÓSIO, S. **Examerão: os seis dias da criação**. São Paulo: Editora Paulus, 2009.

APIANO, P. **La cosmographia de Pedro Apiano**. In: Arquivos digitalizados de la Universidad de Sevilla. Disponível em : <<http://fondosdigitales.us.es/media/books/995/995>>. Acesso em: 15 maio. 2010.

AQUINO, T. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2002. (Edição Bilíngüe).

ARISTÓTELES. **Éthique de Nicomaque**. Paris: Garnier, 1940.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 245-436. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **Poética**. São Paulo: Abril, 1981.

\_\_\_\_\_. **Aristoteles peri poietikhe, Aristoteles ars poetica, poética de Aristóteles**.. Madrid: Editorial Gredos, 1992. (Edición trilingue).

\_\_\_\_\_. **Aristóteles, Longino, Horácio**. São Paulo: Cultrix, 1997.

\_\_\_\_\_. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

\_\_\_\_\_. **Política**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_. **Categorías. De Interpretatione. Porfirio: Isagoge**. Madrid: Tecnos, 1999.

AZEVEDO, A. M. **Introdução ao Tratado da Terra e Gente do Brasil de Fernão Cardim**. São Paulo: Ed. Hedra, 2009. p. 9-78.

AZEVEDO, M. D. M. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert & C, v.48, p.265-322,1885. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p>>. Acesso em: 29 maio. 2010.

BACHELARD, G. **The Poetics of Space**. Boston: Beacon Press, 1969.

BARBERO, F. S. **Principios de retorica y poética**. Madrid: Imprenta de la Admistracion de Real Arbítido de Beneficencia. 1805. Disponível em: <[http://books.google.com/books?id=udBh8kTy7xEC&printsec=frontcover&dq=Principios+de+retorica+y+poetica&hl=pt-BR&ei=SHyoTZr0J4qCgAfx7dnzBQ&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=2&ved=0CDIQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com/books?id=udBh8kTy7xEC&printsec=frontcover&dq=Principios+de+retorica+y+poetica&hl=pt-BR&ei=SHyoTZr0J4qCgAfx7dnzBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CDIQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false)> Acesso em:10 jun.2010.

BARBOZA, S. **Summario da Bibliotheca Lusitana**. Lisboa: Officina de Antonio Gomes,1786. Disponível em: < [http://books.google.com/books?id=Bt4-AAAcAAJ&pg=PA265&dq=barboza+summ%C3%A1rio+bibliotheca+lusitana&hl=pt-BR&ei=YH-oTZH5CdPegQeKlfDzBQ&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=6&sqi=2&ved=0CE4Q6AEwBQ#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com/books?id=Bt4-AAAcAAJ&pg=PA265&dq=barboza+summ%C3%A1rio+bibliotheca+lusitana&hl=pt-BR&ei=YH-oTZH5CdPegQeKlfDzBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=6&sqi=2&ved=0CE4Q6AEwBQ#v=onepage&q&f=false) > . Acesso em: 15 jun. 2010.

BARILLI, R. **Retórica**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

BARREYRA, F. I. **Tratado das Significações das Plantas, Flores e Frutos que se referem na Sagrada Escritura tiradas de divinas e humanas letras, com suas breves considerações**. Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1658. Disponível em: <<http://purl.pt/14228>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

BERGMANN, E. L. **Art Inscribed: Essays on Ekphrasis in Spanish Golden Age Poetry**. Harvard: Harvard University Press,1979.



BERGSON, H. **Matière et mémoire. Essai sur la relation du corps à l'esprit.** Paris: Les Presses universitaires de France, 1965.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Português e Latino.** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Disponível em: < <http://purl.pt/13969>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

BURKE, P. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. **As fortunas de O cortesão: a recepção europeia de O Cortesão de Castiglione.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

CALMÓN, P. **História da Literatura Baiana.** Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1949.

CARDIM, F. **Tratado da Terra e Gente do Brasil.** São Paulo: Hedra, 2009.

CARVALHO, M. d. S. **Poesia de Agudeza.** São Paulo: Humanitas Editorial; Edusp; Fapesp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil.** Teresina: Editora Universitária da UFPI. 2009.

CASCALES, F. **Tablas poeticas...** Madrid: Don Antonio de Sancha, 1779. Disponível em: < [http://books.google.com/books?id=mbtCAAACAAJ&printsec=frontcover&dq=tablas+po%C3%A9ticas+cascales&hl=pt-BR&ei=PoSoTfCyJ6Tv0gGB16zoDw&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCgQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com/books?id=mbtCAAACAAJ&printsec=frontcover&dq=tablas+po%C3%A9ticas+cascales&hl=pt-BR&ei=PoSoTfCyJ6Tv0gGB16zoDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCgQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 06 jun. 2010.

CASTELLO, J. A. (Org.). **O movimento academicista no Brasil (1642-1820/22).** São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo. 1978. v. I-II.

CÉSAR (Org.), G. **Historiadores e críticos do romantismo. 1 - A contribuição europeia crítica e história literária,** São Paulo; Rio de Janeiro: Edusp; LTC, 1978.

CÍCERO, M. T. **Retórica à Herênio.** São Paulo: Hedra, 2005.

COLFINO, A. Collective Memory and Cultural History: problems of method. In: **The American Historical Review.** n.102, p. 1386-1403, 1997. Disponível em: < <http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 15 set. 2010.

COMPAGNON, A. **O demônio da teoria: literatura e senso comum.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

CURTIUS, E. R. **Literatura europeia e Idade Média latina.** São Paulo: Edusp, 1996.

DELLA PORTA, G. **L'Arte de Ricordare...** Marco Antonio Passaro al Seggio Capuano. s.d.

\_\_\_\_\_. G. **Phytognomonica**. Neapoli: H. Salvianum, 1588.

DENIS, F. **Scènes de la Nature sous Les Tropiques, et de leur influence sur la Poésie siuivies de Camoens et Jozé Indio**. Paris: Louis Janet, 1824.

DU VERDIER, A. **La Prosopographie ou Description des Personnes insignes, enrichie de plusieurs effigies...** Lyon: Antoine Gryphius, 1573.

DURÃO J. d. S. R. **Caramuru. Poema Epico do Descubrimento da Bahia, composto por Fr. José de Santa Rita Durão, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, natural da Cata-Preta nas Minas Geraes**. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1781.

ELIAS, N. **A sociedade de corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ERIKSEN, R. **The Building in the Text: From Alberti to Shakespeare and Milton**. Pensilvânia: Penn State Press, 2008.

ERNESTI, J. C. **Lexicon technologiae latinorum rhetoricae**. Hildesheim: Georg Olms, 1962.

FASS, P. S.. Cultural History - Social History: some reflections on a continuing dialogue. In: **Journal of Social History and Theory**. n. 37, p. 39-46, 2003.

FENTE, R. M. De retorica y derechos: estrategias de la reclamacion en la carta de Isabel de Guevara. In: **Hispania**. n. 79(1), p. 1-7, 1996.

FENTRESS, J; WICKHAM, C. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Editora Teorema, 1992.

FONTIUS, M. Literatura e História: desenvolvimento das forças produtivas e autonomia da arte... In: LIMA, L. C.. **Teoria da Literatura em suas Fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. São Paulo: Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos da PUC-Rio. Rio de Janeiro**: 1974. p. 6-125, nº 16.

.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1988. v.I.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura**: na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens; Nova Veja, 2006.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia das Ciências e história dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008. v. II. (Coleção Ditos e Escritos).

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France, 1979-1980 (aulas de 9 e 30 de janeiro de 1980). São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

FREIRE, F. J. **Arte poética**. Lisboa: Oficina de Craeesbeck, 1759. 2. ed.

FRISCH, M. American History and the Structures of Collective Memory: a modest exercise in empirical iconography. In: **The Journal of American History**. n. 75, p. 1130-1155, 1989. Disponível em: < [www.jstor.org](http://www.jstor.org)>. Acesso em: 17 out. 2010.

GANDAVO, P. M. **História da Província Santa Cruz**. São Paulo: Hedra, 2008.

GREW, N. **An idea of a phytological history propounded, together with a continuation of the anatomy of vegetables, particularly prosecuted upon roots**. Londres: John Martyn for Richard Chiswell, 1673.

HALBWACHS, M. **Les Cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Alcan, 1925.

\_\_\_\_\_. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HANNERZ, U. Social Memory by James Fentress; Chris Wickham. In: **American Anthropologist**. n. 95, p. 470-471, 1993.

HANSEN, J. A. **A sátira e o engenho**. Gregório de matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **Autor**. São Paulo: Imago, 1992. p. 11-43.

\_\_\_\_\_. Uma arte conceptista do Cômico: O Tratado dos Ridículos de Emanuele Tesauro. In: **Cedae-Referências**. Campinas: IEL-Unicamp, 1992. p. 7-27.

\_\_\_\_\_. **Teatro do Sacramento**: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. Razão de Estado. In: NOVAES, A. (Org.). **A crise da Razão**. São Paulo: Minc-Funarte; Companhia das Letras, 1996. p.35-56.

\_\_\_\_\_. Estranhando a semelhança. In: GUMBRECHT, H. U.; ROCHA, J. C. d. C. (Orgs.). **Máscaras da mimesis**: a obra de Luiz Costa Lima. São Paulo: Editora Record, 1999. p.179-199.

\_\_\_\_\_. Retórica da agudeza. In: **Letras Clássicas**. Revista do Depto. de Letras Clássicas da Usp. São Paulo: n 4, p. 317-342, jun.2000.

\_\_\_\_\_. **Fênix Renascida & Postilhão de Apolo**: uma introdução. In: PÉCORA, A. (Org.) **Poesia seiscentista**: Fênix renascida & Postilhão de Apolo. São Paulo: Hedra, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Cartas do Brasil**. São Paulo: Hedra, 2003

\_\_\_\_\_. Agudezas seiscentistas. In: **Floema**. Especial: João Adolfo Hansen. Vitória da Conquista: Edições Uesb, n. 2a, p.85-109, out. 2006.

\_\_\_\_\_. **Alegoria- construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. Barroco, Neobarroco, e outras ruínas. In: **Floema**. Especial: João Adolfo Hansen. Vitória da Conquista: Edições Uesb, n. 2a, p.15-84, out. 2006

\_\_\_\_\_. Introdução: notas sobre o gênero épico. In: TEIXEIRA, I. (Org.). **Épicos**, São Paulo: Edusp, 2008. p.17-91. (Coleção Multiclássicos).

HEFFERNAN, J. A. W.. **Museum of Words**: The Poetics of Ekphrasis from Homer to Ashbery, London: The University of Chicago Press, 1993.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

HIGUERA, H. d. I. **Arte de Retorica**. Madrid: Guillermo, 1578.

HORÁCIO. **Arte Poetica de Q. Horacio Flacco**. Lisboa: Officina Rollandiana, 1778.

HUTTON, P. H. **History as an Art of Memory**. Hanover: University Press of New England: 1993.

HUYSSSEN, A. **Twilight Memories**: marking time in a culture of Amnesia. New York: Routledge, 1995.

IGLÉSIAS, F. **História e Ideologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Catálogo de coleção de manuscritos relativos à História do Brasil e Dissertação da história eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos o pe. Gonçalo Soares da França no ano de 1724**. In: RIHGB Rio de Janeiro, v.20, p. 77-97, 1857.

JANIGA, C. G. Sebastião da Rocha Pita's. História da América Portuguesa: literariness and the imaginative reconstruction of the past. In: **South Atlantic**, v.55, n.1, p.35-45, 1990.

KANSTEINER, W. Finding Meaning in Memory: a methodological critique of collective memory studies. In: **History and Theory**. V.41, n. 2, p. 179-197, maio. 2002.

KANTOR, Í. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana. São Paulo: Hucitec, 2004. p.1724-1759.

KANTOROWICZ, E. H. **Os Dois Corpos do Rei**: um estudo sobre teologia medieval. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2000.

KENNEDY, G. A. **Classical Rhetoric and its christian and secula Tradition from Ancient to Modern Times**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 1999.

KENNY, M. G. A Place for Memory: the Interface between Individual and collective history. In: **Comparative Studies in Society and History**. n41, p. 420-437, 1999.

KIERNAN, V. G. Social Memory by James Fentress; Chris Wickham. In: **The English Historical Review**. n.110, p.816-817, 1995.

KINNEY, A. F. **Humanist Poetics**: thought, rhetoric, and fiction in sixteenth-century England. Massachusetts: Univ of Massachusetts Press, 1986.

KLEIN, J. T. **Interdisciplinarity**: history, theory and practices. Detroit: Wayne University Press, 1990.

KLEIN, K. L. On the Emergence of Memory in Historical Discourse. In: **Representations**. n. 69, p. 127-150, 2000.

KOSSELECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto;PUC-Rio, 2006.

KOSSOVITCH, L. Tradição clássica. In: **Anais do II Seminário de Teoria e História Literária**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006.

KURMAN, G.. Ecphrasis in Epic Poetry. In: **Comparative Literature**. n. 26, p.1-13, 1974.

LAMEGO A. **A academia brazilica dos Renascidos**. Sua fundação e trabalhos inéditos. Paris-Bruxelles: L'Édition d'Art Gaudio, 1923.

LANDWEHR, M. Introduction Literature and the Visual Arts: questions of influence and intertextuality. In: **College Literature**. n. 29(3), p.1-16., 2002.

LAUSBERG. H. **Elementos de Retórica Literária**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Lisboa: Edições 70, 2000. v.I.

LEE, R. W. Ut pictura Poesis: the humanistic theory of painting. In: **Art Bulletin**, 1940.

LIMA, L. C. Em prol da poética. In: **Teoria da Literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUND, C. C. Francisco Leitao Ferreira's Nova Arte de Conceitos: a portuguese apology for the conceit in the tradition of gracion and tesouro. In: **Luso-Brazilian Review**. n.14(1), p. 60-75, 1977.

MACHADO, D. B.; FARINHA, B. J. d. S. (et al). **Bibliotheca Historica de Portugal**. Lisboa: Arco do Cego, 1786.

MENANDRO. **Rhetor**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

MENESES, S. C. d. **Summa Politica...** Amsterdam: Simão Dias Soeiro Lusitano, 1650.

MINTURNO. **L'Arte Poetica del Signor Minturno**. Napoli: Stamperia di Gennaro Muzio, 1725.

MOFFIT, J. F. Medieval Mappaemundi and Ptolomy's Chorographia. In: **Gesta**. n. 32, p. 59-68, 1993.

MONTEIRO, A. R. **Actas de Posse do Conselho Ultramarino**. Dissertação: (Mestrado em Paleografia e Diplomática). Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1996.

MUHAMA, A. **Poesia e Pintura ou Pintura e Poesia**: tratado seiscentista de Manuel Pires de Almeida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002.

NOVO ATLAS para uso da mocidade portuguesa... Lisboa: Typographia Rollandiana, 1782.

OLICK, J. K. & ROBBINS J. Social Memory Studies: from Collective Memory to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. In: **Annual Review of Sociology**. n. 24, p. 105—140, 1998.

PÉCORA, A. **Teatro do Sacramento**: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira. São Paulo: Edusp;Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. **Máquina de gêneros**. São Paulo: Edusp, 2001.

PEDROSA, F. M. A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia. In: **Revista da SBHC**. n.1, p.21-28, 2003.

PERELMAN, C. **Tratado da Argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_.; OLBRACHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINTO, L. C. G. **Do que se confia às Letras**: a ciência gramatical nas etimologias de Isidoro de Sevilha. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

POLO, M. **El libro d'el famoso Marco Paulo veneciano d'las cosas maravillosas que vido en las partes oritales, conviene saber en las indias**. Armenia Arabia. Persia e Tartaria. Sevilla: Juan Varela de Salamanca, 1518.

PORFIRIO. **Porphyry's Launchingpoints to realm of mind**: an introduction to the neoplatonic philosophy of Plotinus. Michigan: Phanes Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **Introdução às Categorias de Aristóteles**. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

POST, L. A.. Ancient Memory Systems. In: **The Classical Weekly**. n. 25, p. 105-110, 1932.

REVISTA do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemert, 1856.

RICHARD, O. **Bibliotheca Americana Nova**. Oxford: Harper and Brothers, 1835.

RICOUEUR, P.. **Memory, History, Forgetting**. London: The University of Chicago Press, 2004.

RIPA, C.. **Iconologia di Cesare Ripa Perugino Cavalier de'Santi Mauritio, & Lazaro, Divisa in Tre Libri ne i quali si esprimono varie Imagini di Virtù...** Venetia: Zaratino Castellini, 1659.

SANTOS, M. S. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHIAVINATTO, I. Henri Berr: a história como vida e valor. In: **Revista Brasileira de História**: memória, história, historiografia. Dossiê Ensino de História. n.13, p.105-120, 1992-93.

SEED, P. **Cerimônias de Posse na Conquista do Novo Mundo (1492-1640)**. São Paulo:Unesp; Cambridge: University Press, 1999.

SEJNI, B. **Rettorica et Poetica d'Aristotile**. Venegia: Bartholomeo & Francesco, 1551.

SENA J. d. Maneirismo e Barroquismo na Poesia Portuguesa dos Séculos XVI e XVII', In: **Luso--Brazilian Review**. n.2, p.29-53, dez.1965.

SINQUEVISKE, E. **Retórica e política**: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII. Introdução a um debate sobre gênero. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - DLCV- FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. A História da América Portuguesa (1730) de Sebastião da Rocha Pita na história da literatura brasileira. In: **Anais do VII Simpósio Internacional de História da Literatura**. Rio Grande do Sul: PUC/RGS, 2007.

SISCAR, G. M. Y. **Retorica**. Valencia: Ayuntamiento de Oliva, 1984. v. 2.

SKINEER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SMITH, D. Old Christian Merchants and the Foundation of the Brazil Company, 1649. In: **The Hispanic American Historical Review**. n. 54, p. 233-259, 1974.

SORABJI, R. **Aristotle Transformed**: the ancient commentators and their influence. New York, Ithaca: Cornell University Press, 2000.

SOUSA, G. S. d. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

SPINDEL, D. J. Assessing Memory: Twentieth-Century Slave Narratives Reconsidered. In: **Journal of Interdisciplinary History**. n. 27, p. 247-261, 1996.

TAI, H. H. Remembered Realms: Pierre Nora and French National Memory. In: **The American Historical Review**. n. 106(03), p. 906-922, 2001.

TESAURO, Emanuele. **Il Cannochiale Aristotelico...** Torino: Bartolomeo Zavatta, 1670.

TIGERSTEDT, E. N. Observations on the Reception of the Aristotelian Poeti in the Latin West. In: **Studies in the Renaissance**. n.15, p.7-24, 1968.

TONKIN, E. Social Memory by James Fentress; Chris Wickham. In: **Man**. N.19 (01), p.129-132, 1994.

TOSH, J. Social Memory by James Fentress; Chris Wickham. In: **Social History**. n.19(01), p.129-132, 1994.



TUCKER, K. H. Aesthetics, Play, and Cultural Memory: Giddens and Habermas on the postmodern challenge. In: **Sociological Theory**. n.11, p.194-211, 1993.

VALLE, R. M. **Instituições da Coisa Bela**. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Florilégio da poesia brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1946. v. I.

VERNANT, J. P. **Mythe et pensée chez les grecs**. Paris: Maspero, 1971. v. I.

\_\_\_\_\_. **Mythe e tragédia in Grèce ancienne**. Paris: Maspero, 1972.

WEINBERG, B. From Aristotle to Pseudo-Aristotle. In: **Comparative Literature**. n. 5, p. 97-104, 1953.

WELLBERRY, D. E.; KRETSCHMER, J.; LIMA, L. C. (Orgs.). **Neo-Retórica e Desconstrução**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

WHITE, H. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WHITEHEAD, P. J. P. **The biography of Georg Marcgraf (1610-1643-4) by his brother Christian**. J. Soc. Bibliophy nat. History.1979. v. 9.

YATES, F. A. **A Arte da Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

YOUNG, J. **At Memory's edge: After-Images of the Holocaust in Contemporary Art and Architecture**. New Haven: Yale University Press, 2000.

ZIMMER, R. Abstraction in Art with Implications for Perception. In: **Philosophical Transactions: biological sciences**. n. 358, p.1285-1291, 2003.